MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
SECRETARIA ESPECIAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

REGISTRO DE REUNIÃO

FPMPE/2018

TEMA DA REUNIÃO
REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ TEMÁTICO DE ACESSO A MERCADOS

MEMBROS
Lista de presença anexa

DATA	HORÁRIO	LOCAL
05/07/2018	15:30h	Confederação Nacional do Comércio - Setor Bancário Norte – Quadra 01 - Bloco B - Nº 14 - 18º Andar - Edifício CNC - Asa Norte – Brasília/DF

REGISTRO DE REUNIÃO

Aos cinco dias do mês de julho do ano de 2018, às quinze horas e trinta minutos, na Confederação Nacional do Comércio (Setor Bancário Norte, Quadra 01, Bloco B, Nº 14, 18º Andar – Edifício CNC – Asa Norte – Brasília/DF), reuniram-se os representantes nominados na lista de presença anexa a este documento para a realização da Reunião Ordinária do Comitê Temático de Acesso a Mercados do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – FPMPE/SEMPE/MDIC.

ITEM 01 - ABERTURA

A reunião foi presidida pelos senhores:

- Nizar Ratib Midrei - Diretor do Departamento de Apoio à Micro e Pequena Empresa da Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (DAMPE/SEMPE/MDIC) e Secretário Técnico do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FPMPE).
- Maria José Esteves de Matos – Coordenadora Substituta da Coordenação de Acesso a Mercados e Fontes de Financiamento do Departamento de Apoio à Micro e Pequena Empresa da Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (DAMPE/SEMPE/MDIC) e Coordenadora Governamental Substituta do Comitê Temático de Acesso a Mercados do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (CT2/FPMPE).
- Hélio Rodrigues de Almeida – Coordenador Privado do Comitê Temático de Acesso a Mercados do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Movimento de Apoio à Micro e Pequena Empresa - MONAMPE).

Sra. Maria José Esteves de Matos – DAMPE/SEMPE/MDIC agradeceu a presença de todos, em especial aos membros do Comitê Temático de Acesso a Mercados – CT2. Informou que o objetivo da reunião seria apresentar as ações que estão sendo trabalhadas nos Grupos de Trabalho do respectivo comitê.

Sr. Hélio Rodrigues de Almeida – MONAMPE também agradeceu a presença de todos salientando a importância dos trabalhos executados no CT2 para as micro e pequenas empresas e os microempreendedores de forma geral. Salientou a importância dos temas: Exportações para Micro e Pequenas Empresas – MPEs e Compras

Governamentais, em especial o projeto do Portal de Oferta e Procura de Licitações Públicas. Considerou que o trabalho conjunto de todos os membros envolvidos no processo será essencial para aumentar a exportação, a arrecadação do governo, alavancar os negócios, gerar emprego e renda e aquecer novamente a economia brasileira.

ITEM 02 – APRESENTAÇÃO BANCO CENTRAL – SISTEMA DE PAGAMENTO EM MOEDA LOCAL

Sr. Cláudio Barra de Castro – Banco Central, informou que o Sistema de Pagamentos em Moeda Local - SML é um sistema de pagamentos informatizado que permite a exportadores e importadores, nos países que integram o sistema, fazerem e receberem pagamentos referentes a transações comerciais ou benefícios em suas respectivas moedas.

Informou que no momento, existem três convênios SML firmados pelo Banco Central do Brasil (BCB) com países do MERCOSUL; o primeiro com o Banco Central da República da Argentina (BCRA), o segundo com o Banco Central do Uruguai (BCU) e o terceiro com o Banco Central do Paraguai (BCP) e que está em fase de regulamentação.

Informou não haver a necessidade de realizar as operações de câmbio com uma moeda intermediária. Com o SML são usadas as moedas locais. Sem o intermediário espera-se a redução do custo das transações, tanto financeiros como administrativos. Registra-se que, entre os objetivos do SML, também está o aumento do nível de acesso dos pequenos e médios agentes ao comércio transfronteiriço.

O SML será acionado pelo exportador, que deverá registrar a operação e executar seu pagamento em moeda local. Essas transações devem ser realizadas em uma instituição financeira conveniada. A instituição financeira em questão deverá, então, registrar a operação junto ao Banco Central de seu país. A partir de então, ocorrerá a compensação entre os Bancos Centrais dos valores em moeda local. Após esta compensação, os Bancos Centrais executarão o crédito aos exportadores via sistema bancário.

Informou que podem utilizar o SML pessoas físicas e jurídicas dos três países (Brasil, Argentina e Uruguai). Informou que o fluxo operacional da transação dura em média 3 dias.

Informou que no processo não é necessário estabelecer um contrato de câmbio, porém, a conversão entre as moedas é necessária. Esclareceu que a Taxa SML é o valor pelo qual são convertidos os valores fixados das operações cursadas no SML na moeda da parte emissora da ordem de pagamento.

Salientou que as transações permitidas pelo BCRA são: Operações de comércio de bens (até 360 dias), serviços de despesas relacionados ao comércio de bens e benefícios previdenciários, neste caso a moeda de registro da operação é a do exportador. As transações permitidas pelo BCU compreendem as transações do BCRA, serviços não relacionados ao comércio de bens e transferência de pequenos valores, neste caso a moeda de registro da operação pode ser do importador ou do exportador.

Informou que as vantagens ao utilizar o SML são:
- Custos de transação reduzidos (até 50%), onde não há a necessidade de contrato de câmbio e as Instituições Financeiras utilizam apenas moeda local;
- Taxa de conversão melhor que a de mercado (A taxa SML será, teoricamente, mais favorável aos agentes, uma vez que é formada pelas taxas interbancárias);
- Possibilidade de negociar o preço e o recebimento das exportações ou o pagamento das importações em Reais;
- Riscos cambiais reduzidos;
- Facilitação do controle do fluxo de caixa das empresas.

Questionado a respeito das adesões das IFs brasileiras no SML o Sr. Cláudio Barra informou que a relação dos bancos conveniados está disponível no site do Banco Central e que quaisquer IFs que queiram aderir ao SML podem fazer o registro, mesmo àqueles que não operam câmbio.

Questionado a respeito das modalidades de utilização do SML o Sr. Cláudio Barra informou que no sistema não há limite financeiro de operação e desde que compreendam as transações permitidas em cada convênio os micro e pequenos empresários são beneficiados em sua totalidade.

Questionado acerca da baixa participação do SML no total exportado (em média 5,08% de 2009 a 2016 - Argentina) o Sr. Cláudio Barra considerou que falta a divulgação necessária da ferramenta.

Questionado acerca da ampliação do SML para outros mercados o Sr. Cláudio Barra informou que o Banco Central está em processo de tratativas com o Chile, Colômbia, México, Peru e China.

Sr. Nizar Midrei agradeceu a participação do Banco Central na Reunião Ordinária do CT2 e solicitou aos membros do FPMPE que ajudem na divulgação da ferramenta junto aos seus clientes/associados a fim de dar maior visibilidade ao sistema apresentado.

ITEM 03 – APRESENTAÇÃO CORREIOS – EXPORTA FÁCIL

Sr. Daniel de Oliveira dos Santos – CORREIOS informou que o Exporta Fácil é uma solução completa e simplificada para empresas e pessoas físicas (artesãos, agricultores, etc) que desejam exportar seus produtos. Foi criado em 2000 com o objetivo de inserir as MPEs no mercado internacional. Informou que o serviço Exporta Fácil dos Correios foi desenvolvido com a parceria da Receita Federal, Banco Central, da Secretaria de Comércio Exterior, Câmara de Comércio Exterior e de outros órgãos relacionados às exportações, tendo como objetivo simplificar os processos postais e alfandegários. O sistema está disponível em todas as agências dos Correios nas 27 unidades da federação.

Informou que o fluxo do Exporta Fácil é formado pelo:

- Exportador: Responsável por realizar a venda ao exterior, preparar a mercadoria para exportação, efetuar a pré-postagem no site e entregar o objeto na agência;

- Correios - Responsável pelo recebimento da carga na agência e o encaminhamento ao centro internacional, pela preparação da mercadoria e dos documentos para a apresentação à Aduana, o registro da declaração no Portal SISCOMEX, o acompanhamento do despacho de exportação e o envio da mercadoria para o exterior;

- Operador Logístico – Responsável pelo recebimento da mercadoria no destino, a nacionalização da carga e a entrega ao importador.

Informou que os Correios estão investindo significativamente na informatização dos formulários a serem preenchidos pelo exportador a fim de tornar o processo mais célere.

Informou que os passos para o processo de exportação são: o exportador registra a pré-postagem no site dos Correios. De posse do código gerado, efetiva a postagem em uma agência dos Correios. As informações da postagem são enviadas previamente à Aduana no Brasil e ao Correios e à Aduana no Exterior. Em seguida é feita a distribuição e entrega no exterior.

Informou que o exportador dispõe de várias modalidades postais a depender da necessidade do mesmo.

SEDEX Mundi
- Para o exportador que busca a prioridade máxima na entrega;
- Prazo garantido, definido em função da origem e do destino;
- Rastreamento completo;
- Embalagem gratuita.

EMS - Mercadoria Expressa
- Para o exportador que busca a prioridade na entrega;
- Possibilidade de Rastreamento.

Leve internacional
- Para o exportador que busca equilíbrio entre preço e prazo.

Mercadoria econômica
- Para o exportador que busca o menor preço.

Informou que clientes com contrato têm descontos progressivos nas postagens feitas na modalidade expressa.

Informou que já foram realizadas exportações para 197 países; mais de 15 mil empresas já utilizaram a solução Exporta Fácil e foram feitas mais de 260 mil remessas. Informou, ainda, que os principais destinos são: Estados Unidos, Japão, Grã-Bretanha, Portugal, Bolívia, Espanha, China, França, Alemanha, Canadá e Rússia. Os principais produtos exportados são:
- Instrumentos de óptica, de fotografia, de medida, instrumentos médicos-cirúrgicos;
- Vestuários de malha e seus acessórios;
- Livros, jornais e outros produtos das indústrias gráficas;
- Produtos farmacêuticos;
- Óleos essenciais e resinoides, produtos de perfumaria ou de toucador;
- Materiais Elétricos;
- Máquinas e aparelhos;
- Calçados, polainas, artefatos semelhantes e suas partes;
- Artefatos de joalheria, metais preciosos e bijuterias;
- Obras de couro, artigos de viagem, bolsas e semelhantes.

Informou que os principais estados de origem são: São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Amazonas, Goiás, Bahia e Distrito Federal.

Informou que as soluções tecnológicas compreendem o novo web service de preços e prazos, o web service de pré-postagem e a troca de dados eletrônicos (Correio e Aduana de destino / Aduana local).

Sra. Helena Rego – SEBRAE questionou como o Exporta Fácil se comporta a respeito dos Microempreendedores Individuais – MEIs tendo em vista que os mesmos não são obrigados a emitirem nota fiscal para pessoas físicas.

Sr. Daniel informou que a respeito do MEI, os Correios possuem em sua estrutura, e em todas as unidades da federação, um assistente de comércio exterior que está diretamente voltado ao apoio ao pequeno exportador. Informou que o MEI será totalmente assistido por este profissional de forma gratuita. Referente à nota fiscal informou que no processo de exportação o MEI é obrigado a emitir a nota fiscal independente se for pessoa física ou jurídica pois trata-se de uma venda que precisa desta documentação para fins de regularização junto à Receita Federal.

Sr. Fábio Silva – Diretor do Departamento de Artesanato e Empreendedorismo da Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa -DEART/SEMPE/MDIC sugeriu proceder uma parceria entre os Correios e a SEMPE para inserir o Exporta Fácil no Portal do Empreendedor.

Questionado acerca da integração do Exporta Fácil no Portal Único o Sr. Daniel informou que o portal já está sendo utilizado, porém as cargas estão sendo realizadas de forma manual. Informou que já está em processo de finalização e automação a entrega dos processos de Trânsito Aduaneiro - DAT e Cia Aérea, e que as questões relacionadas à Declaração Única de Exportação - DUE tem previsão para entrega em dezembro/2018.

Sr. Tiago Terra – APEX informou que no ano de 2017 foi lançado pela SEMPE o Simples Exportação. Informou que o Exporta Fácil possui uma limitação quanto ao valor, o peso e tamanho da embalagem. Salientou que o Simples Exportação resolveu o problema do operador logístico. Questionou se os Correios pretendem mudar a estratégia de atuação de forma que estas limitações sejam superadas. Sr. Daniel informou que não há mais limite de valor no Exporta Fácil. Em relação ao peso informou que o limite máximo é de 30kg em conformidade com as normas internacionais estabelecidas. Informou que, caso o produto exportado supere este peso, o envio deverá ser fracionado de forma que atenda o limite de 30kg. Informou que os Correios já estão buscando novas alternativas

para resolver esta questão. Informou que o modal utilizado pelo Exporta Fácil é o aéreo e que estudos estão sendo realizados para a ampliação da modalidade de envio.

ITEM 04 – AÇÕES EM DISCUSSÃO

Levantar motivos de tantas empresas saírem da condição de exportadores (DESISTENTES) e diagnosticar os problemas das empresas exportadoras

Sra. Maria José Matos informou que esta proposta resultou na realização de uma pesquisa com as empresas que entraram e saíram da base exportadora. Informou que foi feito um levantamento com base nas empresas que possuíam uma faixa de faturamento de até R$ 3,6 Milhões e que exportavam. Informou que, em contato com a SECEX/MDIC, foi disponibilizada uma relação de aproximadamente 4.000 empresas que exportaram no ano de 2015 e não exportaram nos anos de 2016 e 2017. Essa relação foi enviada ao SEBRAE e, tendo em vista que os dados enviados pela SECEX/MDIC eram brutos, os mesmos foram depurados a fim de separar as empresas por porte (MEI e MPE). Após essa depuração foram identificadas aproximadamente 1990 empresas. Informou que foi formulado um questionário, compartilhado entre os membros do CT2, a fim de receber maiores contribuições para a pesquisa. Com base nas 1990 empresas levantadas foi realizada uma nova depuração dos dados com o intuito de identificar aquelas empresas que tinham algum canal de comunicação para a realização da pesquisa. Essa última depuração resultou em 790 empresas. Informou que a pesquisa está sendo realizada pelo SEBRAE e que na próxima reunião ordinária os dados compilados serão apresentados aos membros do Comitê Temático de Acesso a Mercados.

Identificar os entraves para melhorar implantação e operação do modelo com operador logístico

Sra. Maria José Matos informou que na última reunião dos Grupos de Trabalho do Comitê Temático de Acesso a Mercados a Sra. Ivone Malaquias – Agência de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco comprometeu-se em aproximar a SEMPE da RFB na questão aduaneira a fim de que seja efetuado um levantamento das principais multas que as MPEs recebem no processo aduaneiro por preenchimento errado em algum campo da documentação exigida. Informou que foi sugerida a criação de um canal informativo junto à RFB a fim de que as dúvidas no processo de exportação possam ser esclarecidas antes do preenchimento dos documentos, prevenindo, assim, advertências e multas assessórias. Foi sugerida também a criação de materiais informativos (cartilhas, ebooks ou vídeos) acerca do tema.

Divulgação das ferramentas de apoio ao comércio exterior como o drawback, SISPRON e o Simples Exportação

Sra. Maria José informou que a SECEX deve fazer a gravação de um vídeo informativo das aludidas ferramentas de apoio ao comércio exterior e a divulgação do material deve ser disponibilizado pelo SEBRAE e SEMPE nos respectivos portais das instituições.

Referente ao Simples Exportação, o Sr. Flávio Pimentel – Coordenador de Tecnologia, Inovação e Capacitação do DAMPE/SEMPE/MDIC informou que esse novo regime se destina às micro e pequenas empresas optantes do Simples Nacional e os Microempreendedores Individuais que desejam realizar vendas ao exterior, utilizando-se de procedimento simplificado de exportação. Informou que o processo pode ser realizado por conta própria ou por meio de um operador logístico. Informou que, quando a MPE realizar a exportação por conta própria, a habilitação será simplificada, bastando o preenchimento de um formulário eletrônico que deverá ser assinado por certificado digital, sem a necessidade de apresentação de documentos adicionais. Com a contratação de Operador Logístico as MPEs optantes pelo Simples Nacional podem contratar, sem exigência de habilitação do responsável no Siscomex, operadores logísticos para realizarem suas exportações. Os operadores logísticos poderão, sem necessidade de recolher procuração das MPEs, recolher as mercadorias nas instalações da micro e pequena empresa, transportar para suas unidades de armazenagem, preparar as cargas, providenciar o despacho aduaneiro, providenciar o embarque e o transporte internacional. O serviço poderá incluir, se a legislação do país de destino permitir, a liberação aduaneira e a entrega nas instalações do importador. Informou que os operadores logísticos habilitados para realizarem despachos aduaneiros de exportação para as MPEs são:

I – a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT);

II – as empresas de transporte internacional expresso (courier) habilitadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB); e

III - os transportadores certificados como Operadores Econômicos Autorizados (OEA), na forma prevista na Instrução Normativa RFB nº 1.598, de 9 de dezembro de 2015.

Sra. Helena Rego – SEBRAE questionou acerca da exigência da assinatura por meio do certificado digital para Microempreendedores Individuais – MEIs no fluxo do Simples Exportação visto que o mesmo é dispensado da utilização do certificado para cumprimento de obrigações principais e/ou acessórias.

Sr. Flávio Pimentel informou que para o processo de exportação o empresário deverá apresentar o CNPJ e a NFE. Quanto a certificação eletrônica informou que, conforme legislação, é opcional para MEIs.

Fortalecer as indústrias e estimular que as grandes empresas nacionais comprem das pequenas empresas nacionais

Sra. Maria José informou que na última Reunião dos Grupos de Trabalho do CT2 foi realizada uma apresentação do Projeto "Metodologia Sebrae - Comércio Brasil para Encadeamento Produtivo" com o objetivo de aproximar as MPEs de grandes compradores. Informou que a Sra. Eliane Borges – Coordenadora do Macrosseguemento Energia/SEBRAE -, deve fazer na próxima reunião ordinária do CT2 a apresentação do resultado do estudo sobre energias renováveis.

ITEM 05 – ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, os senhores Nizar Midrei e Maria José Matos agradeceram a presença de todos e encerraram a reunião.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
SECRETARIA ESPECIAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

LISTA DE PRESENÇA

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
SECRETARIA ESPECIAL DE MICRO E PEQUENA EMPRESA
FÓRUM PERMANENTE DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

REUNIÃO ORDINÁRIA DOS COMITÊS TEMÁTICOS DO FPMPE

DIA 05/07/2018 - HORA: 15:30H - LOCAL: CNC (SETOR BANCÁRIO NORTE - QUADRA 01 - BLOCO B - Nº 14 - 18º ANDAR - ED. CNC - ASA NORTE - BRASÍLIA/DF)

CT2 - COMITÊ TEMÁTICO DE ACESSO A MERCADOS

LISTA DE PRESENÇA

REPRESENTAÇÃO		NOME	CARGO	TELEFONE	EMAIL	ASSINATURA
Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos	ABIMAQ	Walter Filippetti	Diretor de Relações Governamentais	(61) 3364-0521	walter.filippetti@abimaq.org.br	
		Eduardo Galvão	Gerente Executivo de Relações Governamentais	(61) 3364-0521	eduardo.galvao@abimaq.org.br	
Associação Brasileira da Indústria de Panificação e Confeitaria	ABIP	Gilson Pereira Santos	Advogado	(31) 9.8488-3704	gilson@advminas.com.br	
Associação Brasileira das Sociedades de Microcrédito	ABSCM	Rubens de Andrade Neto	Diretor	(21) 3852-4797	rubens@socialcred.com.br	
Banco Central	BANCO CENTRAL	Cláudio Barra de Castro	Analista	(61) 3414-1742	claudio.barra@bcb.gov.br	
Banco Santander Brasil	BANCO SANTANDER	Alexandre Villas Boas Fontenelle		(11) 3553-7536 / 9.9144-3959	afontenelle@santander.com.br	
Banco Bradesco	BANCO BRADESCO	Rinaldo de Martini	Gerente Departamento de Empréstimos e Financiamentos	(11) 3684-7722	rinaldo.martini@bradesco.com.br	
Caixa Econômica Federal	BANCO CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	Saulo Mendes Passos Briglia	Gerente de Clientes e Negócios	(61) 3206-9913	saulo.passos@caixa.gov.br	
Brasil Júnior	BRASIL JÚNIOR	Victória Albuquerque de Farias Carramaschi	Institucional	(61) 9.9561-5000	victoria.carramaschi@brasiljunior.org.br	
Central Brasileira do Setor de Serviços	CEBRASSE	Renato Fortuna Campos		(31) 9.8434-9132	seacmg@seacmg.com.br	
		Adriana Saliba	Advogada	(31) 3278-3008	gerencia@seacmg.com.br	
Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo	CNC	Antonio Everton Chaves Júnior	Economista	(21) 3804-9200 / 9364	antonioevertonjunior@cnc.org.br	
		Arno Gleisner	VP - Coord. do Conselho de Comércio Exterior da Fecomércio/RS	(51) 3378-1029 / 3220-3143	arno.gleisner@gmail.com	
		Charles Dickens Ázara Amaral	Presid. do Sindicato das Emp. de Serviços de Informática do DF	(61) 3201-6869 / 3039-5500	rcinicial@gmail.com	

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
SECRETARIA ESPECIAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

FÓRUM PERMANENTE DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
SECRETARIA ESPECIAL DE MICRO E PEQUENA EMPRESA
FÓRUM PERMANENTE DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

REUNIÃO ORDINÁRIA DOS COMITÊS TEMÁTICOS DO FPMPE

DIA 05/07/2018 - HORA: 15:30H - LOCAL: CNC (SETOR BANCÁRIO NORTE - QUADRA 01 - BLOCO B - Nº 14 - 18º ANDAR - ED. CNC - ASA NORTE - BRASÍLIA/DF)

CT2 - COMITÊ TEMÁTICO DE ACESSO A MERCADOS

LISTA DE PRESENÇA

REPRESENTAÇÃO		NOME	CARGO	TELEFONE	EMAIL	ASSINATURA
Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo	CNC	Adelmir Araújo Santana	Vice Presidente	(61) 3038-7500 / 7502	presidencia@fecomerciodf.com.br	
Confederação Nacional da Indústria	CNI	Patricia Fernandes de Carvalho	Especialista	(61) 3317-8940	pfcarvalho@cni.com.br	
		Caroline Letícia Lompa	Especialista	(61) 3317-9477	clompa@cni.com.br	
Confederação Nacional de Serviços	CNS	João Adilberto Pereira Xavier	Diretor Jurídico	(11) 2165-1300	secretaria@cnservicos.org.br	
Confederação Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	COMICRO	José Augustinho Flogiatto	Presidente - FEMICRO/GO	(62) 99975-4732 / 98583-0786	augustinho9@hotmail.com	
Confederação Nacional dos Jovens Empresários	CONAJE	Giovani de Souza Bernardo		(48) 99919-0087	bernardo.giovani@gmail.com	
Confederação Nacional das Micro e Pequenas Empresas e Empreendedores Individuais	CONAMPE	Ercílio Santinoni	Presidente	(41) 3351-7604 / 99155-6300	presidencia@conampe.org.br / erciliosantinoni@hotmail.com	
		Valdemar Thomsen	Diretor da Conampe	(11) 98420-8944 / 4796-6266	thomsen.f@terra.com.br	Vídeo
		Peterson Santana	Presidente	(48) 9.9147-0000	presidente@ampemetropolitana.com.br	
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	CORREIOS	Tânia Regina Teixeira Munari	Assessora	(61) 2141-6280	tmunari@correios.com.br	
		Daniel de Oliveira dos Santos	Analista de Comércio Exterior	(61) 2141-7137	dansantos@correios.com.br	
		Andrea da Silva Carreira	Analista de Comércio Exterior	(61) 2141-7448	andreascarreira@correios.com.br	
Instituto Empreender Endeavor	ENDEAVOR	Pedro Lipkin Peçanha Rosa	Coordenador de Advocacy	(11) 9 9830-8431	pedro.lipkin@endeavor.org.br	Vídeo
Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado da Bahia	FE/BA	Rubia Tatiane Santana de Melo Almeida	Técnica	(71) 3115-7833	rubia.melo@sde.ba.gov.br	

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
SECRETARIA ESPECIAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

FÓRUM PERMANENTE DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
SECRETARIA ESPECIAL DE MICRO E PEQUENA EMPRESA
FÓRUM PERMANENTE DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

REUNIÃO ORDINÁRIA DOS COMITÊS TEMÁTICOS DO FPMPE

DIA 05/07/2018 - HORA: 15:30H - LOCAL: CNC (SETOR BANCÁRIO NORTE - QUADRA 01 - BLOCO B - Nº 14 - 18º ANDAR - ED. CNC - ASA NORTE - BRASÍLIA/DF)

CT2 - COMITÊ TEMÁTICO DE ACESSO A MERCADOS

LISTA DE PRESENÇA

REPRESENTAÇÃO		NOME	CARGO	TELEFONE	EMAIL	ASSINATURA
Forum Estadual de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte do Estado de Goiás	FE/GO	Larissa R. de Freitas Moreira	Coordenadora da FEMEP/GO	(62) 3201-5531	femep@sed.go.gov.br	
		Sérgio Menezes	Diretor de Indústria, Comércio e Serviços		diretoriadics@gmail.com; gabinetesedeme@gmail.com	VÍDEO
Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Estado do Paraná - PR	FE/PR	Adriana Cordeiro	Assessora Técnica	(41) 3351-7636	adriana.cordeiro@sepl.pr.gov.br	
		Tania Mara Queiroz Ribas	Ass. do Grupo Intersecretarial de Rel. Inst. em Brasília	(61) 3425-8400	tania.ribas@ccivil.pr.gov.br	
		Carla Maria Naves Ferreira	Controle Interno / Rel. Inst. do PR em Brasília	(61) 3425-8400	carlaferreira@representacao.pr.gov.br	
Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia - Rio Grande do Sul	FE/RS	Jorge Imperatore	Coordenador de Microcrédito - SDECT DAMEPP	(51) 3288-5555	jorge-imperatore@sdect.rs.gov.br	
		Rafael Braga Librelotto	Diretor do Departamento de Apoio a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte	(51)3210-5574	rafael-braga@sdect.rs.gov.br	
Fórum Estadual das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Tocantins - Secretaria de Desenvolvimento Econômico,	FE/TO	Juliane Barbosa Costa Carneiro	Diretora de Desenvolvimento Econômico	(63) 3218-2183 / 9.9252-2035	julianebcarneiro@hotmail.com	
Federação Nacional das Juntas Comerciais	FENAJU	Luiz A. Paranhos Velloso Júnior	Presidente - JUCERJA	(21) 2334-5434 / 35	luiz.velloso@jucerja.rj.gov.br / presidencia@jucerja.rj.gov.br	
		Vladimir Oliani	Presidente da JC do Estado de Rondônia	(69) 3216-8622	gabinete@jucer.ro.gov.br; vladmiroliani@hotmail.com	
		Sergio Silva Sombra	Presidente da Junta Comercial do Estado do Maranhão	(98) 2106-8522	presidencia@jucema.ma.gov.br; sergiosombra@jucema.ma.gov.br	
		Mauro dos Santos Leônidas	Vice Presidente da Junta Comercial do Estado do Pará (JUCEPA)	(91) 3217-5800 / 5840 / 9 8429-4722 / 9 8443-6655	mauroleonidas16@hotmail.com	
		Carlos Alberto Barros de Araújo	Presidente da Junta Comercial do Estado de Alagoas	(82) 3315-9903 (82) 9 88338504	presidencia.juceal@gmail.com	

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
SECRETARIA ESPECIAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

FÓRUM PERMANENTE DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
SECRETARIA ESPECIAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA
FÓRUM PERMANENTE DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

REUNIÃO ORDINÁRIA DOS COMITÊS TEMÁTICOS DO FPMPE

DIA 05/07/2018 - HORA: 15:30H - LOCAL: CNC (SETOR BANCÁRIO NORTE - QUADRA 01 - BLOCO B - Nº 14 - 18º ANDAR - ED. CNC - ASA NORTE - BRASÍLIA/DF)

CT2 - COMITÊ TEMÁTICO DE ACESSO A MERCADOS

LISTA DE PRESENÇA

REPRESENTAÇÃO		NOME	CARGO	TELEFONE	EMAIL	ASSINATURA
Ministério da Indústria,Comércio Exterior e Serviços	MDIC	Nizar Ratib Midrei	Diretor	(61) 3411-8442	nizar.midrei@mdic.gov.br	
		João Adolfo de Farias Machado	Chefe de Divisão	(61) 3411-8334	joao.machado@mdic.gov.br	
		Amanda Cristina Paranhos Knup	Supervisora	(61) 3411-8374	amanda.knup@mdic.gov.br	
		Bruno de Araújo Lima Saldanha Martins	Assistente de Administração	(61) 3411-8396	brunoalsm@hotmail.com	
		Matheus Guedes Dantas de Moura	Estagiário	(61) 3411-8382	matheus.moura@mdic.gov.br	
		Marcelo da Costa Oliveira	Assistente de Administração	(61) 3411-8369	mcomarcello@yahoo.com.br	
		Flávio Martins Pimentel	Coordenador	(61) 3411-8388	flavio.pimentel@mdic.gov.br	
		Elias dos Santos Amorim	Supervisor	(61) 3411-8368	elias.amorim@mdic.gov.br	
		Tânia Batista da Silva	Assistente de Administração	(61) 3411-8333	tanialider2@gmail.com	
		Maria José Esteves de Matos	Economista	(61) 3411-8390	maria.esteves@mdic.gov.br	
		Gilvaneide de Jesus Gonçalves	Assistente de Administração			
		André Emediato Barbosa da Silva			andre.silva@mdic.gov.br	
		Anne Caroline Nascimento da Silva	Diretora Substituta	(61) 3411-8303	anne.silva@mdic.gov.br	
		Fábio Santos Pereira Silva	Diretor	(61) 3411-8304	fabio.santos.silva@mdic.gov.br	
Ministério do Trabalho e Emprego	MTb	Lucilene Estevam Santana		(61) 2031-6353	lucilene.santana@mte.gov.br	

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
SECRETARIA ESPECIAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA
FÓRUM PERMANENTE DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

REUNIÃO ORDINÁRIA DOS COMITÊS TEMÁTICOS DO FPMPE

DIA 05/07/2018 - HORA: 15:30H - LOCAL: CNC (SETOR BANCÁRIO NORTE - QUADRA 01 - BLOCO B - Nº 14 - 18º ANDAR - ED. CNC - ASA NORTE - BRASÍLIA/DF)

CT2 - COMITÊ TEMÁTICO DE ACESSO A MERCADOS

LISTA DE PRESENÇA

REPRESENTAÇÃO		NOME	CARGO	TELEFONE	EMAIL	ASSINATURA
Movimento Nacional da Micro e Pequena Empresa	MONAMPE	Eliane Bento	Diretora/Tesoureira	(44) 3028-6106 / 99912-0144	fampeparmga@gmail.com	
		Armando Santos Lira	Diretor e Presidente da Microtiba - Curitiba/PR	(41) 99614-9641 / 3022-5472	armandos.lira@gmail.com	
		Hélio Rodrigues de Almeida	Vice Presidente	(62) 3261-8947 / 98432-9001	fempeg@hotmail.com	
		Raimundo Nonato Carneiro da Silva	Diretor	(61) 98533-8070	aspromnorte@hotmail.com	
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas	SEBRAE	Helena Maria do Pojo Rego	Analista Técnica da Unidade de Políticas Públicas e de Desenvolvimento Territorial	(61) 3348-7223	helena.rego@sebrae.com.br	
		Eraldo Ricardo dos Santos	Analista Técnico da Unidade de Acesso a Mercados	(61) 33448-7160	eraldo.santos@sebrae.com.br	
		Bruna Rodrigues		(61) 3348-7667	bruna.rodrigues@sebrae.com.br	
		Mariana A. Eghrari Pereira	Analista Técnica da Unidade de Assessoria Institucional	(61) 3348-7524	mariana.pereira@sebrae.com.br	
Superintendência da Zona Franca de Manaus	SUFRAMA	Kamyle Medina		(61) 2027-7473	kamyle.rey@suframa.gov.br	
		Adlaide Cavalcanti	Economista	(61) 2027-7473	adlaine.cavalcanti@mdic.gov.br	
APEX-BRASIL	APEX	TIAGO TERRA	ANALISTA	61 3435 0287	TIAGO.TERRA@APEXBRASIL.COM.BR	
CONAMPE / FAMPESC	PMF	Alcides Andrade	Superintendente	48) 98607-7333	ALCIDESANDRADE@GMAIL.COM	
CNI		SUZANA PEIXOTO			SUZANA@CNI.COM.BR	
BANCO DO NORDESTE	BNB	Fábio Lúcio Cavalcante	Assessor	(61) 2102 7600	FLUCIO@BNB.GOV.BR	

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
SECRETARIA ESPECIAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
SECRETARIA ESPECIAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

FÓRUM PERMANENTE DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

REUNIÃO ORDINÁRIA DOS COMITÊS TEMÁTICOS DO FPMPE

DIA 05/07/2018 - HORA: 15:30H - LOCAL: CNC (SETOR BANCÁRIO NORTE - QUADRA 01 - BLOCO B - Nº 14 - 18º ANDAR - ED. CNC - ASA NORTE - BRASÍLIA/DF)

CT2 - COMITÊ TEMÁTICO DE ACESSO A MERCADOS

LISTA DE PRESENÇA

REPRESENTAÇÃO		NOME	CARGO	TELEFONE	EMAIL	ASSINATURA
BNDES		RICARDO ARBANO	CHEFE DEPTO.	(21)2052-7585	nadv@BNDES.GOV.BR	
CORREIOS		TANIA MUNARI	ASS. VP CANAIS	61 995513006	TMUNARI@CORREIOS.COM.BR.	
FE/GO		Ronaldo Costa				Vídeo
FE/GO		Graciela de Souza				Vídeo
CNI		Ronnie Pimentel		61 33179459	RPIMENTEL@CNI.COM.BR	
DAMPE		Jaqueline C. Ribeiro	Secretária	3411.8425	jaqueline.ribeiro@mdic.gov.br	

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
SECRETARIA ESPECIAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

FÓRUM PERMANENTE DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

FÓRUM PERMANENTE
DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
SECRETARIA ESPECIAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

SECRETARIA ESPECIAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

REGISTRO DE REUNIÃO ORDINÁRIA

TEMA DA REUNIÃO
REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ TEMÁTICO: CT5 – FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EMPREENDEDORA

COORDENADOR DE GOVERNO
FLÁVIO MARTINS PIMENTEL SEMPE/MDIC

COORDENADORES DA INICIATIVA PRIVADA
Coordenador Titular: MAURO DOS SANTOS LEÔNIDAS FENAJU – Federação Nacional de Juntas Comerciais

PAUTA	
DESCRIÇÃO	**RESPONSÁVEL**
ITEM 01 – ABERTURA DO COMITÊ TEMÁTICO	COORDENADORES
ITEM 02 – APRESENTAÇÕES E DEBATES	COORDENADORES
ITEM 03 – DISCUSSÕES	COORDENADORES
ITEM 04 – ENCERRAMENTO	COORDENADORES

DATA	HORÁRIO	LOCAL
05/07/2018	10:45 às 12:00	Confederação Nacional do Comércio – SETOR BANCÁRIO NORTE - QUADRA 01 - BLOCO B - Nº 14 - 18º ANDAR - ED. CNC - ASA NORTE - BRASÍLIA/DF

PRESENTES
Lista de presença em anexo.

REGISTRO DE REUNIÃO

ITEM 01- ABERTURA DO COMITÊ TEMÁTICO

- Aos cinco dias do mês de julho do ano de 2018, às quatorze horas no edifício da Confederação Nacional de Comércio – SBN – Quadra 01, bloco B, n°14, Brasília/DF, reuniram-se os representantes nominados na lista de presença em anexo, para a realização da Reunião Ordinária do Comitê Temático de Formação e Capacitação Empreendedora do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - FPMPE/2018.
- O Sr. Flávio Pimentel deu boas-vindas aos participantes e iniciou a Reunião. Tomou a liberdade de inverter o item da Pauta: "**Cursos EAD do SENAC com descontos para as entidades representativas do FPME".**

Cursos EAD do SENAC com descontos para as entidades representativas do FPME

- Logo em seguida concedeu a palavra a representante da CNC, Sra. Daniela Papelbaum para que a mesma pudesse falar a respeito dos próximos passos do Acordo de Cooperação Técnica com o SENAC.
- A Sra. Daniela dissertou a respeito da operacionalização do Acordo, a forma como se dará a inscrição e candidatura aos cursos de capacitação EAD com descontos especiais.
- Destacou ainda a necessidade de elencar uma pessoa representante do Fórum que irá indicar as empresas que vão se candidatar, e após isso qual o curso que a empresa vai se candidatar.
- O Sr. Flávio informou que a Secretaria do Fórum possuiu um cadastro com todas as entidades-membro do Fórum, e essas entidades irão informar as empresas filiadas.

ITEM 02- APRESENTAÇÕES E DEBATES

Relato da apresentação do Supertec/Pronatec para MPE's

- Segundo o Sr. Flávio Pimentel, é uma plataforma desenvolvida pela SINN do MDIC para conseguir alcançar as MPE's a capacitação do PRONATEC.
- O Sr. Flávio Pimentel passou a palavra ao Diretor da SINN, Sr. Luciano Cunha.
- O Sr. Luciano Cunha apresentou o Pronatec e seus objetivos. Dissertou a respeito da funcionalidade do Programa.
- Após isso apresentou a Supertec, que é um sistema automatizado para identificar a demanda empresarial por capacitação, seja para requalificação ou para demanda de novas vagas.
- Destacou que o processo é totalmente online, com o preenchimento pela empresa demandante. Assim, o governo federal consegue direcionar a demanda para as áreas necessárias.
- Há um monitoramento e avaliação da efetividade dos cursos através da utilização da base de dados da RAIS e CAGED. O Supertec permite, ainda, um mapeamento de competências e despertar vocacional.
- Em sua apresentação, o Sr. Luciano Cunha mostrou a tela inicial do programa no sítio eletrônico. Solicitou aos representantes do Fórum que divulgassem às empresas a plataforma Supertec para que fosse utilizado da melhor forma no sentido de capacitar a mão-de-obra das empresas.
- O Sr. Nizar Midrei informou que a Secretaria já divulgou a plataforma no Fórum para as entidades. E destacou a importância de aproximar a demanda das MPE's ao Pronatec, ressaltando que o sistema é gratuito para as empresas, relembrando para as associações presentes que os associados precisam ter acesso a essa plataforma.
- O Coordenador Titular da iniciativa privada, o Sr. Mauro Leônidas, concordou com o Sr. Nizar Midrei, destacando que irá ajudar a divulgar a plataforma, visto que as juntas comerciais são importantes nessa atuação.
- Foi questionado, por representante do Fórum, se existe a possibilidade de inscrição no Pronatec de um estagiário, visto que tem um vínculo frágil com a empresa. O Sr. Luciano Cunha destacou que é possível sim a indicação de vagas para estagiários ou outros representantes da empresa, mesmo que sem vínculo.
- O Sr. Flávio destacou que o Pronatec já existe há um tempo considerável, porém agora está mais acessível às MPE's.
- O Sr. Mauro salientou a necessidade de ouvir as demandas dos Estados e suas experiências. E o Diretor Nizar prontamente concordou, confirmando que o Fórum é o local para a troca de experiências positivas.
- Representante do Fórum questionou se o MEI poderia se beneficiar do Supertec. O Sr. Flávio respondeu positivamente.
- O Sr. Nizar questionou os representantes do Fórum se o Pronatec seria funcional para os Microempreendedores individuais.

ITEM 03 – DISCUSSÕES

GT INICIAÇÃO EMPREENDEDORA

Ação: Construir base nacional de capacitação para MPE

- O Sr. Flávio Pimentel destacou que essa ação está sendo tratada pela área de Tecnologia da Informação do MDIC, que está avaliando tecnicamente o sistema e fazendo um pré-orçamento para a sua operacionalização.
- O Sr. Nizar Midrei informou que a Base Nacional de Capacitação tem dois grandes bancos de dados, os cursos oferecidos nas diversas regiões pelas diversas entidades e os capacitados.
- Adicionou que esse banco de dados com as informações será cruzado com a base nacional de empresas que está sendo construída pelo DREI e FENAJU. De forma a saber quais capacitações o empreendedor participou.
- O Sr. Nizar informou que há orçamento da SEMPE para a construção dessa base de capacitação e, ainda, que na próxima reunião do Fórum, será apresentado o novo portal da REDESIM.
- O Portal da REDESIM será utilizado para acesso a crédito, capacitação e outras acessibilidades.

Ação: Base Curricular de Empreendedorismo (Ensino Fundamental, Médio e Superior)

- O Sr. Flávio Pimentel perguntou se o Sr. Mauro Leônidas teria algo a falar a respeito dessa ação, antes de explicar o Projeto de Lei 772/2015.
- O Sr. Mauro Leônidas destacou a necessidade que o empreendedorismo se trate de maneira transversal e que seja incluído no processo pedagógico.
- O Sr. Flávio Pimentel falou a respeito do PLS n° 772/2015, de autoria do Senador José Agripino que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir o tema do empreendedorismo no currículo da educação básica.
- O PLS propõe a inclusão do tema empreendedorismo de forma transversal a partir do 6º ano do ensino básico.
- No último grupo de trabalho do Comitê foi decidido pela elaboração de uma moção de apoio ao Projeto de Lei.
- A Representante da Empresa Júnior destacou a importância dessa moção e se prestou a auxiliar de forma a conseguir apoio dos setores envolvidos no tema.

Ação: Disseminação da Propriedade Industrial

- O Sr. Flávio Pimentel informou que se encontra aguardando a atualização das cartilhas pelo INPI.
- A representante da INPI informou que o posicionamento atual é envidar esforços para uma ação desenvolvida no CT3, portanto não há previsão para a atualização dessas cartilhas.
- O Sr. Flávio questionou se poderia ser retirado o tema da pauta. A representante da INPI concordou com o posicionamento.

GT SUSTENTABILIDADE DOS NEGÓCIOS

Ação: Cursos do IEL/FIBRA com descontos para entidades representativas do FPMPE

- O Sr. Flávio Pimentel indicou que o Acordo de Cooperação Técnica está em fase inicial de elaboração do acordo e juntada de documentos para a concessão de descontos nos cursos oferecidos pelo IEL/FIBRA.
- A documentação está sendo encaminha à Conjur do MDIC para análise.

GT PARCEIROS PÚBLICOS E PRIVADOS

Ação: Programa de capacitação de administradores para atendimento especializado às MPE – MPE ASSISTIDA

- O Coordenador Governamental explicou que a ação já existe e se iniciou através de acordo de cooperação técnica entre a SEMPE e o Conselho Federal de Administração – CFA, antes da reformulação do FPMPE em 2017. Mesmo assim continuaram operando o ACT.
- No atual momento o objetivo é dar continuidade ao trabalho. O Escopo do ACT é capacitar administradores em MPE, ao final do curso à distância a obrigação do administrador é a elaboração de um Plano de Negócios para uma micro ou pequena empresa.
- O Sr. Flávio destacou que o acordo se encontra em fase de montagem da 3ª turma, com 275 administradores capacitados. Destacou que o CFA ficou de enviar um documento de divulgação do curso. O prazo para solicitação das empresas, em participar do plano de negócio elaborado pelos administradores, é final de agosto.
- O Sr. Nizar Midrei explicou que o ACT, em outras palavras, concede consultoria gratuita para as micro e pequenas empresas, porém é necessário que sejam indicadas essas empresas para a consultoria. Pediu ajuda às entidades representativas do FPMPE.
- Lembrou, ainda, que o curso é de pós-graduação com 120 horas, e a consultoria é totalmente gratuita para o empresário. Atualmente, há 1 faculdade ofertando o curso, a Fundação Instituto da Administração - FIA de São Paulo e ano passado quem ofereceu foi a Univalle de Itajaí. O Acordo de Coorperação Técnica firmado entre a SEMPE e o CFA visa capacitar 275 administradores em 15 estados, os Estados contemplado nesta edição serão: Bahia, Ceará, Roraima, Santa Catarina e São Paulo.

- O representante da CFA dissertou a respeito dos trâmites do processo de escolha dos administradores e dos Estados escolhidos. Detalhou as características do curso e respondeu alguns questionamentos dos representantes do Fórum.

Ação: Capacitação de Bancos e Gestores Públicos para atendimento às MPE's

- O Sr. Flávio Pimentel indicou que esse assunto continuará sendo discutido nos Grupos de Trabalho deste comitê. O SEBRAE e o Ministério do Planejamento possuem ações no sentido de treinar e capacitar agentes públicos.
- Indicou que na próxima reunião do Grupo de Trabalho representantes tanto do SEBRAE, como do MPOG irão apresentar as iniciativas para avaliar se está sendo atendida ou não essa ação.

Disseminação da cartilha de compras públicas – TC/PR

- O Sr. Flávio demonstrou o interesse em elaborar e divulgar cartilha em nível nacional, nos moldes da cartilha do Tribunal de Contas do Paraná.
- O Sr. Mauro Leônidas passou a palavra ao Presidente da Junta Comercial do Maranhão, Sr. Sérgio Somer.
- O Sr. Sérgio Somer destacou que ocorrerá no Maranhão o encontro entre as juntas comerciais do Brasil. E informou que será feito o convite para os representantes do Fórum. E está sendo analisada a participação do Fórum no evento.
- O Sr. Nizar agradeceu e informou que espera o convite para analisar a viabilidade da presença do Fórum no evento.

ITEM 04 – ENCERRAMENTO

- Sr. Nizar encerrou a reunião agradecendo a presença de todos.

FÓRUM PERMANENTE
DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

SECRETARIA ESPECIAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

LISTA DE PRESENÇA

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
SECRETARIA ESPECIAL DE MICRO E PEQUENA EMPRESA
FÓRUM PERMANENTE DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

REUNIÃO ORDINÁRIA DOS COMITÊS TEMÁTICOS DO FPMPE

DIA 05/07/2018 - HORA: 10:45H - LOCAL: CNC (SETOR BANCÁRIO NORTE - QUADRA 01 - BLOCO B - Nº 14 - 18º ANDAR - ED. CNC - ASA NORTE - BRASÍLIA/DF)

CT5 - COMITÊ TEMÁTICO DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EMPREENDEDORA

LISTA DE PRESENÇA

REPRESENTAÇÃO		NOME	CARGO	TELEFONE	EMAIL	ASSINATURA
Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos	ABIMAQ	Walter Filippetti	Diretor de Relações Governamentais	(61) 3364-0521	walter.filippetti@abimaq.org.br	
		Eduardo Galvão	Gerente Executivo de Relações Governamentais	(61) 3364-0521	eduardo.galvao@abimaq.org.br	
Associação Brasileira da Indústria de Panificação e Confeitaria	ABIP	Gilson Pereira Santos	Advogado	(31) 9.8488-3704	gilson@advminas.com.br	
Associação Brasileira das Sociedades de Microcrédito	ABSCM	Rubens de Andrade Neto	Diretor	(21) 3852-4797	rubens@socialcred.com.br	
Banco Santander Brasil	BANCO SANTANDER	Alexandre Villas Boas Fontenelle		(11) 3553-7536 / 9.9144-3959	afontenelle@santander.com.br	
Banco Bradesco	BANCO BRADESCO	Rinaldo de Martini	Gerente Departamento de Empréstimos e Financiamentos	(11) 3684-7722	rinaldo.martini@bradesco.com.br	
Caixa Econômica Federal	BANCO CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	Saulo Mendes Passos Briglia	Gerente de Clientes e Negócios	(61) 3206-9913	saulo.passos@caixa.gov.br	
Brasil Júnior	BRASIL JÚNIOR	Victória Albuquerque de Farias Carramaschi	Institucional	(61) 9.9561-5000	victoria.carramaschi@brasiljunior.org.br	
Câmara Brasileira da Indústria da Construção	CBIC	Luis Fernando Melo Mendes	Economista	(61) 3327-1013	economista@cbic.org.br	
Central Brasileira do Setor de Serviços	CEBRASSE	Renato Fortuna Campos		(31) 9.8434-9132	seacmg@seacmg.com.br	
		Adriana Saliba	Advogada	(31) 3278-3008	gerencia@seacmg.com.br	
Conselho Federal de Administração	CFA	Sueli Cristina Rodrigues de Moraes	Administradora	(61) 9.8244-1941	suelicristina@cfa.org.br / formacao@cfa.org.br	
		Gilmar Teixeira da Silveira	Administrador	(61) 3218-1846	formacao@cfa.org.br	
Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil	CFOAB	Jacques Mauricio Ferreira Veloso de Melo	Membro da Comissão Especial de Direito Tributário do CFOAB	(61) 3225-1157 / 99688-6317	jacques@velosodemelo.com.br	
Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo	CNC	Antonio Everton Chaves Júnior	Economista	(21) 3804-9200 / 9364	antonioevertonjunior@cnc.org.br	

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
SECRETARIA ESPECIAL DE MICRO E PEQUENA EMPRESA
FÓRUM PERMANENTE DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

REUNIÃO ORDINÁRIA DOS COMITÊS TEMÁTICOS DO FPMPE

DIA 05/07/2018 - HORA: 10:45H - LOCAL: CNC (SETOR BANCÁRIO NORTE - QUADRA 01 - BLOCO B - Nº 14 - 18º ANDAR - ED. CNC - ASA NORTE - BRASÍLIA/DF)

CT5 - COMITÊ TEMÁTICO DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EMPREENDEDORA

LISTA DE PRESENÇA

REPRESENTAÇÃO		NOME	CARGO	TELEFONE	EMAIL	ASSINATURA
Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo	CNC	Arno Gleisner	VP - Coord. do Conselho de Comércio Exterior da Fecomércio/RS	(51) 3378-1029 / 3220-3143	arno.gleisner@gmail.com	
		Daniela Jorge de Brito	Assessora Técnica - Gerência de Implementação e Integração Educacional do SENAC/DN	(21) 2136-5952	desenvolvimento.educacional@senac.br	VÍDEO
		Daniela Papelbaum	Gerente de Desenvolvimento Educacional do SENAC/DN	(21) 2136-5701 / 5740	daniela.papelbaum@senac.br	
		Adelmir Araújo Santana	Vice Presidente	(61) 3038-7500 / 7502	presidencia@fecomerciodf.com.br	
Confederação Nacional de Serviços	CNS	João Adilberto Pereira Xavier	Diretor Jurídico	(11) 2165-1300	secretaria@cnservicos.org.br	
Confederação Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	COMICRO	José Augustinho Flogiatto	Presidente - FEMICRO/GO	(62) 99975-4732 / 98583-0786	augustinho9@hotmail.com	
Confederação Nacional dos Jovens Empresários	CONAJE	Giovani de Souza Bernardo		(48) 99919-0087	bernardo.giovani@gmail.com	
Confederação Nacional das Micro e Pequenas Empresas e Empreendedores Individuais	CONAMPE	Ercílio Santinoni	Presidente	(41) 3351-7604 / 99155-6300	presidencia@conampe.org.br / erciliosantinoni@hotmail.com	
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	CORREIOS	Tânia Regina Teixeira Munari	Assessora	(61) 2141-6280	tmunari@correios.com.br	
		Alex do Nascimento	Gerente Corporativo de Negócios de Exportação	(61) 2141-7487	alexn@correios.com.br	
		Daniel de Oliveira dos Santos	Analista de Comércio Exterior	(61) 2141-7137	dansantos@correios.com.br	
		Andrea da Silva Carreira	Analista de Comércio Exterior	(61) 2141-7448	andreascarreira@correios.com.br	
Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado da Bahia	FE/BA	Rubia Tatiane Santana de Melo Almeida	Técnica	(71) 3115-7833	rubia.melo@sde.ba.gov.br	
Instituto Euvaldo Lodi do Distrito Federal / Federação das Indústrias do DF (IEL/FIBRA)	FE/DF	Érika Maria Caetano	Coordenadora do Núcleo de Desenvolvimento de Carreiras	(61) 3403-0887	erika.caetano@sistemafibra.org.br	

SECRETARIA ESPECIAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

FÓRUM PERMANENTE DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
SECRETARIA ESPECIAL DE MICRO E PEQUENA EMPRESA
FÓRUM PERMANENTE DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

REUNIÃO ORDINÁRIA DOS COMITÊS TEMÁTICOS DO FPMPE

DIA 05/07/2018 - HORA: 10:45H - LOCAL: CNC (SETOR BANCÁRIO NORTE - QUADRA 01 - BLOCO B - Nº 14 - 18º ANDAR - ED. CNC - ASA NORTE - BRASÍLIA/DF)

CT5 - COMITÊ TEMÁTICO DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EMPREENDEDORA

LISTA DE PRESENÇA

REPRESENTAÇÃO		NOME	CARGO	TELEFONE	EMAIL	ASSINATURA
Forum Estadual de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte do Estado de Goiás	FE/GO	Larissa R. de Freitas Moreira	Coordenadora da FEMEP/GO	(62) 3201-5531	femep@sed.go.gov.br	
		Danilo Viana Rabelo	Superintendente do Fundo de Financiamento do Banco do Povo de Goiás	(62) 3201-7522 / 9.8191-1005	danilo-vr@sed.go.gov.br	
Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Estado do Paraná - PR	FE/PR	Adriana Cordeiro	Assessora Técnica	(41) 3351-7636	adriana.cordeiro@sepl.pr.gov.br	
		Tania Mara Queiroz Ribas	Ass. do Grupo Intersecretarial de Rel. Inst. em Brasília	(61) 3425-8400	tania.ribas@ccivil.pr.gov.br	
		Carla Maria Naves Ferreira	Controle Interno / Rel. Inst. do PR em Brasília	(61) 3425-8400	carlaferreira@representacao.pr.gov.br	
Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia - Rio Grande do Sul	FE/RS	Jorge Imperatore	Coordenador de Microcrédito - SDECT DAMEPP	(51) 3288-5555	jorge-imperatore@sdect.rs.gov.br	
		Rafael Braga Librelotto	Diretor do Departamento de Apoio a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte	(51)3210-5574	rafael-braga@sdect.rs.gov.br	
Fórum Estadual das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Tocantins - Secretaria de Desenvolvimento Econômico,	FE/TO	Juliane Barbosa Costa Carneiro	Diretora de Desenvolvimento Econômico	(63) 3218-2183 / 9.9252-2035	julianebcarneiro@hotmail.com	
Federação Nacional das Juntas Comerciais	FENAJU	Luiz A. Paranhos Velloso Júnior	Presidente - JUCERJA	(21) 2334-5434 / 35	luiz.velloso@jucerja.rj.gov.br / presidencia@jucerja.rj.gov.br	
		Mauro dos Santos Leônidas	Vice Presidente da Junta Comercial do Estado do Pará (JUCEPA)	(91) 3217-5800 / 5840 / 9 8429-4722 / 9 8443-6655	mauroleonidas16@hotmail.com	
		Carlos Alberto Barros de Araújo	Presidente da Junta Comercial do Estado de Alagoas	(82) 3315-9903 98833-8504	presidencia.juceal@gmail.com	
Instituto Nacional da Propriedade Industrial	INPI	Michele de Moraes Sedrez	Coordenadora de Relações Institucionais do DF	(61) 3224-1114	msedrez@inpi.gov.br	
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	MDIC	Nizar Ratib Midrei	Diretor/Secretário Técnico do FPMPE	(61) 3411-8442	nizar.midrei@mdic.gov.br	
		João Adolfo de Farias Machado	Chefe de Divisão	(61) 3411-8334	joao.machado@mdic.gov.br	

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
SECRETARIA ESPECIAL DE MICRO E PEQUENA EMPRESA
FÓRUM PERMANENTE DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

REUNIÃO ORDINÁRIA DOS COMITÊS TEMÁTICOS DO FPMPE

DIA 05/07/2018 - HORA: 10:45H - LOCAL: CNC (SETOR BANCÁRIO NORTE - QUADRA 01 - BLOCO B - Nº 14 - 18º ANDAR - ED. CNC - ASA NORTE - BRASÍLIA/DF)

CT5 - COMITÊ TEMÁTICO DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EMPREENDEDORA

LISTA DE PRESENÇA

REPRESENTAÇÃO		NOME	CARGO	TELEFONE	EMAIL	ASSINATURA
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	MDIC	Amanda Cristina Paranhos Knup	Supervisora	(61) 3411-8374	amanda.knup@mdic.gov.br	
		Bruno de Araújo Lima Saldanha Martins	Assistente de Administração	(61) 3411-8396	brunoalsm@hotmail.com	
		Matheus Guedes Dantas de Moura	Estagiário	(61) 3411-8382	matheus.moura@mdic.gov.br	
		Marcelo da Costa Oliveira	Assistente de Administração	(61) 3411-8369	mcomarcello@yahoo.com.br	
		Flávio Martins Pimentel	Coordenador	(61) 3411-8388	flavio.pimentel@mdic.gov.br	
		Elias dos Santos Amorim	Supervisor	(61) 3411-8368	elias.amorim@mdic.gov.br	
		Tânia Batista da Silva	Assistente de Administração	(61) 3411-8333	tanialider2@gmail.com	
		Alfredo Gonçalves Nascimento	Coordenador	(61) 3411-8365	alfredo.nascimento@mdic.gov.br	
		Maria José Esteves de Matos	Economista	(61) 3411-8390	maria.esteves@mdic.gov.br	
		Gilvaneide de Jesus Gonçalves	Assistente de Administração			
		André Emediato Barbosa da Silva			andre.silva@mdic.gov.br	
		Anne Caroline Nascimento da Silva	Diretora Substituta	(61) 3411-8303	anne.silva@mdic.gov.br	
		Luciano Cunha Sousa	Diretor de Tecnologias Inovadoras	(61) 2027-7393	luciano.sousa@mdic.gov.br	
Ministério do Turismo	MTUR	Neuza Helena Portugal dos Santos	Coordenadora-Geral da Qualificação Turística	(61) 2023-7601	neuza.santos@turismo.gov.br	
		Francisco Glauber Lima Mota Filho	Agente Administrativo	(61) 2023-7611	francisco.filho@turismo.gov.br	

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
SECRETARIA ESPECIAL DE MICRO E PEQUENA EMPRESA
FÓRUM PERMANENTE DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

REUNIÃO ORDINÁRIA DOS COMITÊS TEMÁTICOS DO FPMPE

DIA 05/07/2018 - HORA: 10:45H - LOCAL: CNC (SETOR BANCÁRIO NORTE - QUADRA 01 - BLOCO B - Nº 14 - 18º ANDAR - ED. CNC - ASA NORTE - BRASÍLIA/DF)

CT5 - COMITÊ TEMÁTICO DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EMPREENDEDORA

LISTA DE PRESENÇA

REPRESENTAÇÃO		NOME	CARGO	TELEFONE	EMAIL	ASSINATURA
Movimento Nacional da Micro e Pequena Empresa	MONAMPE	Eliane Bento	Diretora/Tesoureira	(44) 3028-6106 / 99912-0144	fampeparmga@gmail.com	
		Armando Santos Lira	Diretor e Presidente da Microtiba - Curitiba/PR	(41) 99614-9641 / 3022-5472	armandos.lira@gmail.com	
		Raimundo Nonato Carneiro da Silva	Diretor	(61) 98533-8070	aspromnorte@hotmail.com	
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas	SEBRAE	Helena Maria do Pojo Rego	Analista Técnica da Unidade de Políticas Públicas e de Desenvolvimento Territorial	(61) 3348-7223	helena.rego@sebrae.com.br	
		Mariana A. Eghrari Pereira	Analista Técnica da Unidade de Assessoria Institucional	(61) 3348-7524	mariana.pereira@sebrae.com.br	
Superintendência da Zona Franca de Manaus	SUFRAMA	Kamyle Medina		(61) 2027-7473	kamyle.rey@suframa.gov.br	
		Adlaide Cavalcanti	Economista		adlaine.cavalcanti@mdic.gov.br	
MEC - SESU	SESU	Edson Sadao Ibuka		(11) 99105-6336	esadao@fei.edu.br	
CNC - RJ	CNC	Antonio Eventon	Economista	21 98269.5572	antonio.eventonjunior@cnc.org.br	
MONAMPE		Hélio R. de Almeida	V-Presidente	(62) 98432 9001	helior.almeida@hotmail.com	
FENAJU	Jucoma	Sergio Sombra	Presidente	98725 8388	sergio.sombra@jucoma	
MEC - SESU	SESU	Rodrigo H.D. Nowaki	Assistente	(61) 99851-7739	rodrigo.nowaki@mec.gov.br	
MTur		Nanza Helena Portugal	Coord. Geral	(61) 2023 7611	nanza.santos@turismo.gov.br	
BANCO SANTANDER		Alexandre Fontenelle	Supte.	99 99144 3959	afontenelle@santander.com.br	

FÓRUM PERMANENTE
DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

SECRETARIA ESPECIAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
SECRETARIA ESPECIAL DE MICRO E PEQUENA EMPRESA
FÓRUM PERMANENTE DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

REUNIÃO ORDINÁRIA DOS COMITÊS TEMÁTICOS DO FPMPE

DIA 05/07/2018 - HORA: 10:45H - LOCAL: CNC (SETOR BANCÁRIO NORTE - QUADRA 01 - BLOCO B - Nº 14 - 18º ANDAR - ED. CNC - ASA NORTE - BRASÍLIA/DF)

CT5 - COMITÊ TEMÁTICO DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EMPREENDEDORA

LISTA DE PRESENÇA

REPRESENTAÇÃO	NOME	CARGO	TELEFONE	EMAIL	ASSINATURA
MDIC	Gabriel Vinicius Rocha	Estagiário	(61) 2027-9161	gabriel.rocha@mdic.gov.br	
MDIC	Jaqueline Ribeiro dos Santos	Secretária	3411.8425	jaqueline.ribeiro@mdic.gov.br	VIDEO
Brasil Júnior Scmpe	MDIC	Leonardo Soares Oliveira			VIDEO

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
SECRETARIA ESPECIAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

REGISTRO DE REUNIÃO

FPMPE/2018

TEMA DA REUNIÃO
REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ TEMÁTICO DE INVESTIMENTO, FINANCIAMENTO E CRÉDITO

MEMBROS
Lista de presença anexa

DATA	HORÁRIO	LOCAL
05/07/2018	17:30h	Confederação Nacional do Comércio - Setor Bancário Norte – Quadra 01 - Bloco B - Nº 14 - 18º Andar - Edifício CNC - Asa Norte – Brasília/DF

REGISTRO DE REUNIÃO

Aos cinco dias do mês de julho do ano de 2018, às dezessete horas e trinta minutos, na Confederação Nacional do Comércio (Setor Bancário Norte, Quadra 01, Bloco B, Nº 14, 18º Andar – Edifício CNC – Asa Norte – Brasília/DF), reuniram-se os representantes nominados na lista de presença anexa a este documento para a realização da Reunião Ordinária do Comitê Temático de Investimento, Financiamento e Crédito do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – FPMPE/SEMPE/MDIC.

ITEM 01 - ABERTURA

A reunião foi presidida pelos senhores:

- Nizar Ratib Midrei - Diretor do Departamento de Apoio à Micro e Pequena Empresa da Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (DAMPE/SEMPE/MDIC) e Secretário Técnico do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FPMPE).
- Maria José Esteves de Matos – Coordenadora Substituta da Coordenação de Acesso a Mercados e Fontes de Financiamento do Departamento de Apoio à Micro e Pequena Empresa da Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (DAMPE/SEMPE/MDIC) e Coordenadora Governamental Substituta do Comitê Temático de Investimento, Financiamento e Crédito do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (CT4/FPMPE).
- Antônio Everton Chaves Júnior – Coordenador Privado do Comitê Temático de Investimento, Financiamento e Crédito do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Confederação Nacional do Comércio - CNC).

ITEM 02 – APRESENTAÇÃO – INICIATIVAS DA CVM NO ÂMBITO DAS FINTECHS

Apresentação realizada pelo Sr. Florisvaldo Machado – Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Sr. Florisvaldo informou que a expressão “Fintech” é o resultado da junção entre as palavras “financial” e “technology” (tecnologia financeira). Portanto, esta definição engloba as empresas que usam recursos tecnológicos para otimizar as relações do mercado financeiro com o consumidor.

Referente a visão geral da CVM sobre as Fintechs o Sr. Florisvaldo informou que os principais objetivos regulatórios relacionados às Fintechs visam estimular o empreendedorismo e a expansão de inovações tecnológicas no mercado de valores mobiliários, bem como garantir a proteção dos investidores e a integridade do mercado de valores. Informou que, dentro da visão geral da CVM em relação às Fintechs existem algumas frentes de trabalho que estão sendo empreendidas, que são:
- Plataformas de crowdfunding de investimento;
- Robo-advisors;
- Blockchain (Distributed Ledger Technology);
- High Frequency Trading;
- ICOs (emissores de valores mobiliários);
- Fintechs prestadoras de atividades registradas;

Informou que dentro das iniciativas recentes da CVM houve a criação do:

- **FINTECH HUB** – Criado em 2016 para acompanhar a evolução das atividades das Fintechs no mercado de valores mobiliários. O grupo é composto por servidores de diversas áreas que lidam com o assunto. Dentre as atividades desempenhadas estão:
  - Estudos e pesquisas quanto aos riscos e oportunidades gerados pelas novas tecnologias financeiras;
  - Supervisão e interlocução com participantes de mercado que desenvolvam ou adotem novas tecnologias financeiras;
  - Articulação institucional para prover canais de orientação a empresas e empreendedores não participantes de mercado que sejam desenvolvedores de novas tecnologias financeiras.

- **LAB – Laboratório de Inovações Financeiras** – Trata-se de um projeto conjunto com a Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da CVM, que reúne diferentes setores para um fórum de discussão intersetorial (financeiro, consumidor, provedor e regulatório). O intuito do LAB é fomentar a criação de instrumentos de investimento e de estruturas financeiras que maximizem a alavancagem do setor privado e que otimizem o uso de fundos de doadores. O LAB está organizado em grupos de trabalho que versam sobre quatro temas:
  - Finanças Verdes;
  - Instrumentos Financeiros e Investimentos de Impacto;
  - Títulos Verdes;
  - Fintechs.

- **GT FINTECHS** – Grupo de trabalho liderado pela CVM com a participação de representantes de órgãos públicos (MF, MDIC, MCTIC, BNDES, BCB, SUSEP e PREVIC), bem como representantes do setor privado interessados no tema das Fintechs. O Grupo de Trabalho se dividiu em três subgrupos:
  - Regulação e soluções inovadoras – Visa recomendar parâmetros para a adoção de um sandbox regulatório para os reguladores do mercado financeiro e de capitais;
  - Fomento do Ecossistema – Visa avaliar as medidas públicas e privadas que poderiam ser adotadas para estimular o setor;
  - Instituições Financeiras públicas e privadas – Visa fomentar o diálogo entre as Fintechs e as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Para fins de conhecimento informou que “sandbox” ou “caixa de areia”, na tradução literal para o idioma português, é um termo utilizado na ciência da computação quando se quer isolar a execução de um programa dentro de um espaço virtual delimitado e neutro, tornando possível testar as suas operações em um ambiente fechado para assim proteger o restante do sistema operacional do computador. Em outras palavras, o “sandbox” é uma forma eficaz de testar novos microssistemas sem comprometer o sistema como um todo. No caso do sandbox regulatório, ele tem como objetivo testar e isolar a execução de uma determinada fintech que poderá levar novos projetos e realizar suas atividades com autorização provisória dentro de um espaço virtual neutro, previamente delimitado e sob

monitoramento do órgão regular. O sandbox regulatório visa a proteção dos consumidores e do sistema financeiro, além de testar o funcionamento e avaliar os benefícios que os novos produtos financeiros poderiam trazer ao mercado e ao consumidor.

Informou que a CVM tem a intenção de instituir uma regulação de sandbox no âmbito do mercado de capitais em um futuro próximo. Disse ainda, que a CVM envidará esforços no sentido de alinhar com os demais reguladores uma plataforma única de regras a serem aplicadas por cada um dos reguladores financeiros nos seus respectivos mercados regulados.

Outras iniciativas recentes da CVM versam sobre:
- Modernização de normas endereçando novas tecnologias: norma de consultoria de valores (endereçou os robô-advisors) e norma do crowdfunding de investimento;
- Comunicados ao mercado: comunicado sobre ICO alertando sobre seus riscos, FAQ, ICO, manifestação da SIN vedando aquisição de criptomoedas por fundos de investimentos;
- Supervisão de ofertas de ICO: suspensão de oferta pública irregular da Hashcoin Brasil, decisão do colegiado acerca da definição de valor mobiliário no contexto do ICO – caso Niobium Coin.

Referente ao Crowdfunding de Investimento, o Sr. Florisvaldo informou que os principais objetivos são:
- Fomentar a atividade empreendedora, contribuindo para o desenvolvimento de setores inovadores com geração de emprego e renda.
- Ampliar e melhorar a qualidade dos instrumentos de financiamento de empresas em fase inicial ou com dificuldades de acesso ao crédito em função de seu porte.
- Promover a proteção adequada dos investidores que, em muitos casos, não são participantes costumeiros do mercado de capitais.
- Prover segurança jurídica para as plataformas de crowdfunding e para as sociedades empresariais de pequeno porte acessarem o mercado.

Informou que a CVM editou a Instrução nº 588 de 13 de julho de 2017 que regula a oferta pública de distribuição de valores mobiliários de emissão de sociedades empresárias de pequeno porte realizada com dispensa de registro por meio de plataforma eletrônica de investimento participativo, e tem por fim assegurar a proteção dos investidores e possibilitar a captação pública por parte destas sociedades. Informou que, na prática, startups podem captar recursos utilizando a internet (por meio de plataformas de crowdfunding) sem exigência de análise prévia e aprovação por parte da CVM. Salientou que as plataformas são os guardiões e têm a obrigação de assegurar que as condições da oferta e todas as regras estipuladas estão sendo observadas.

As principais condições das ofertas instituídas na ICVM nº 588 foram:
- Regime aplicável para as sociedades empresárias de pequeno porte, com receita bruta anual de até R$ 10 milhões.
- Captação máxima de R$ 5 milhões por ano-calendário.
- Limite máximo de investimento individual de R$ 10 mil por ano (exceto nos casos de investidor qualificado, investidor líder ou com renda bruta anual ou investimentos financeiros que superam R$ 100 mil – esse último limitado a 10%).
- Regime informacional assegura que os investidores tenham ciência dos riscos envolvidos (informações essenciais da oferta; termo de ciência de risco etc.)

Ressaltou que no período de 2013 a 2017 houve um crescimento exponencial do montante total captado em todas as plataformas de crowdfunding.

Informou que os próximos passos da CVM caminham no sentido de:
- Continuar monitorando os impactos das atividades das Fintechs no mercado brasileiro;
- Avaliar necessidade de aprimoramento da regulamentação (norma de analista e administrador de carteira à luz dos robô-advisors; normas de infraestrutura à luz do blockchain);
- Evoluir jurisprudência nos casos de ICOs;

- Estudar novos instrumentos regulatórios – regulação sandbox.

Informou haver um problema regulatório em relação ao sandbox pois a evolução tecnológica no sistema financeiro é mais rápida do que os instrumentos regulatórios desenvolvidos para regular esses produtos e serviços inovadores, por exemplo, a regulamentação de determinada inovação que exige um tempo de maturação mais longo (crowdfunding). Desse modo, a regulação sandbox funciona como uma ferramenta que, de um lado, dá segurança jurídica para os inovadores testarem seus produtos e serviços financeiros sem a necessidade de registro (como os participantes sujeitos a um full compliance com a regulação existente) e, de outro, permite ao regulador acessar melhor os riscos e benefícios atrelados ao ambiente das Fintechs e qual a melhor forma de endereçá-los do ponto de vista regulatório. Trata-se de um regime de autorização precária para determinadas empresas que se enquadrem nos critérios de exigibilidade, para que elas gozem de benefícios concedidos pelo regulador, desde que se comprometam ao cumprimento de salvaguardas. Esse tipo de regulação vem sendo utilizado no âmbito internacional por diversos reguladores do sistema financeiro: Hong Kong, Malásia, Singapura, Reino Unido e Austrália. A experiência internacional demonstra que a regulação sandbox pode funcionar como um meio efetivo para promoção da inovação no sistema financeiro nacional, ao mesmo tempo em que garante os objetivos de proteção aos investidores e garantia de higidez no sistema financeiro.

Informou que atualmente, a CVM está utilizando o GT Fintech para discutir com os demais reguladores e com o mercado os principais parâmetros que deverão ser estabelecidos para um sandbox regulatório no Brasil, tais como:
- Quais barreiras regulatórias são enfrentadas pelas empresas inovadoras que querem testar novas ideias no Brasil?
- Quais os descontos regulatórios e critérios de elegibilidade que deveriam ser impostos no âmbito dos pleiteantes?
- Quais salvaguardas deveriam ser adotadas?
- Qual seria um período viável de testes? Como se daria a interação entre Fintech e regulador?

Tais questões deverão ser formalizadas em documento a ser elaborado pelo Subgrupo Regulação do GT Fintech, previsto para o final de 2018.

Sr. Luis Fernando Melo Mendes – CBIC questionou a respeito da capacidade de financiamento em razão da amplitude que se imagina para o mercado de crowdfunding, por exemplo.

Referente a amplitude alcançada pelo crowdfunding, o Sr. Florisvaldo informou que a potencialidade é muito grande e que a tendência é a de uma abrangência a longo prazo. Informou tratar-se de uma alternativa bastante atraente especialmente quando se vem de uma estrutura que privilegia título público e financiamento de banco de desenvolvimento/público com juros subsidiado, porém ainda bastante alto. Referente aos riscos envolvidos informou que na regulação do mercado de capitais o bem tutelado mais importante é exatamente o fluxo informacional. Salientou que o principal objetivo da CVM é reduzir a assimetria informacional no que tange os investimentos disponíveis aos empresários de uma forma geral. Informou que o crowdfunding é um regime multifacilitado onde existe uma faixa de dispensa de registro, porém não existe dispensa do cumprimento de obrigações informacionais.

Sr. Luis Fernando considerou que a grande maioria das Fintechs existentes no mercado são adquiridas por entidades financeiras que utilizam esta figura para oferecerem produtos e serviços com custos operacionais menores, porém fazendo concorrência própria. Questiona à CVM sobre o entendimento que se tem referente a este aspecto e sobre até que ponto este processo de absorção das Fintechs pelas entidades financeiras poderia prejudicar o mercado no quesito regulatório.

Sr. Cleófas Salviano – Banco Central do Brasil informou que o termo Fintech é uma generalidade que incorpora uma diversidade muito grande de instituições e modelos de negócios. Referente a postura do regulador (Banco Central, Conselho Monetário e CVM) informa não haver a intenção de substituir as organizações financeiras tradicionais. Informa que a transição das Fintechs no mercado financeiro está ocorrendo de uma forma muito suave, com bastante interesse em virtude do potencial inovador, porém com grande cautela. Informou que, como reguladores, estão conduzindo esta questão com muito cuidado, utilizando a metodologia de sandbox, fazendo a regulação das

Fintechs de crédito em conformidade com a última resolução que criou as sociedades de crédito direto de forma bastante leve e conforme a maturidade para este tipo de regulação. O sandbox também está sendo utilizado para outros tipos de modelos de negócios os quais estão sendo avaliados continuamente. Com relação aos acordos e as incorporações, que estão acontecendo entre Fintechs e Instituições Financeiras tradicionais, o Banco Central enxerga com uma certa tranquilidade. Informou que de maneira geral existe um gap de financiamentos no país que é muito claro no que tange às micro e pequenas empresas e que permite afirmar que existe espaço para uma variedade muito grande de modelos de negócios, hoje, e em um futuro previsível, logo, acreditou ser necessário esgotar as possibilidades desses modelos e que a regulação não procura atrapalhar este movimento. Informou que o fato das Instituições Financeiras tradicionais estarem entrando no modelo de negócios das Fintechs não é necessariamente negativo, pois significa que os bancos estão reconhecendo que existe alguma coisa nestes modelos que são extremamente positivos e que eles não dispõem. Acreditou que o cuidado que se deve tomar sobre o aspecto da concorrência é fiscalizar para que a compra destas instituições não seja para prejudicar o surgimento de novos concorrentes.

Sr. Florisvaldo, visando reforçar a explanação do Sr. Cleófas, informou que o conceito literal de Fintech seria, resumidamente, qualquer tipo de aplicação de tecnologia para produtos e serviços financeiros.

Sr. Alexandre Guerra – SEBRAE considerou extremamente estratégico o surgimento de novas modelagens eletrônicas, mais ágeis, mais baratas, com novas abordagens, tanto no processo de análise quanto no processo de concessão. Acreditou ser bastante benéfica a pluralidade de modelagens com a constante presença dos reguladores, bem como considerou benéficas as discussões visando a proteção do investidor. Questionou até que ponto, principalmente acerca da classificação de risco, as novas modelagens se adequam a esta abordagem que está sendo tratada. Acredita haver um certo descompasso entre as inovações e regulamentações.

Sr. Florisvaldo considerou que as questões de inovações tecnológicas têm surgido com uma velocidade surpreendente e que o mercado regulatório precisa acompanhar a evolução com o mesmo dinamismo, porém, sempre encontrando um ponto de equilíbrio entre o estímulo de novas iniciativas e a proteção do investidor.

Sr. Cléofas informou que a regulação do sistema financeiro tradicional já era bastante rigorosa e que após a crise de 2008/2009 ficou ainda mais rigorosa tendo e vista que a crise foi, em grande parte, atribuída as falhas da regulação. Entende que após o ocorrido houve uma resposta regulatória muito significativa, por outro lado surgiram todos os novos modelos de negócios financeiros que não possuem uma regulação com o mesmo peso. Concordou que as questões pertinentes a inovações tecnológicas estão acontecendo muito rapidamente e tendem a acontecer ainda mais rápido e em direções que não se pode antecipar. Informou que há aproximadamente dois anos a presidente do Banco Santander mundial participou de uma palestra falando sobre os desafios da instituição e que os riscos não se encontravam nos grandes conglomerados financeiros. Informou que os riscos são as grandes empresas que lidam com informação, estas que são os potenciais concorrentes e tem um potencial disruptivo maior do que qualquer coisa que se conheça. Apesar do lado problemático, o lado bom é o potencial de fornecimento de serviços financeiros de melhor qualidade, com custos menores e mais significativos. Por este motivo o Banco Central possui a postura de sempre absorver ao máximo as informações e proceder com bastante cautela na questão regulatória. Informou que o Banco Central possui o dever legal de proteger os investidores e as prestadoras de serviços financeiros.

Sr. Rubens Andrade – Associação Brasileira das Sociedades de Microcrédito/ABSCM informou possuir uma visão diferente a respeito do tema tratado. Ressaltou que o mercado financeiro brasileiro já possui um grau de desenvolvimento tecnológico bastante alto, portanto, no seu entendimento, possui a impressão de que as Fintechs trarão pouco ganho de eficiência.

Sr. Cleófas considerou-se otimista a respeito das Fintechs. Informou que inovações como a do crédito consignado, por exemplo, surgiram nas instituições financeiras tradicionais, porém em bancos menores. A inovação não surgiu em grandes conglomerados financeiros que possuem mais recursos e mais escala.

Questionado acerca da regulação das registradoras e certificadoras de recebíveis o Sr. Antônio Marcos Guimarães – Banco Central do Brasil informou que referente a este assunto o que se tem de carência atualmente é um marco legal. Informou que existe uma ampla negociação no país, com um volume estimado de R$ 800 Bilhões de recebíveis ligados a transações mercantis (duplicata), que estão lastreados em uma jurisprudência que não possuem uma base sólida o suficiente para garantir a negociação desse título como um título executivo extrajudicial. Informou que o Banco Central está acompanhando através de sua assessoria técnica junto à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 9327 que foi aprovado na Câmara dos Deputados e convertido no PLC 73 no Senado Federal que trata da duplicata escritural. Esse projeto prevê e dá competência ao Banco Central de dispor de termos regulatórios e fiscalizatórios sobre um sistema eletrônico de escrituração centralizado que traria mais legitimidade para este título porque, atualmente, praticamente eliminaria o grande problema da negociação de título que é a duplicata simulada. O Banco Central acredita que, ainda em 2018, esse projeto será aprovado no Senado Federal. Acontecendo isso, a ideia preponderante é que tanto as registradoras quanto as depositárias e outras instituições financeiras possam escriturar este título seguindo as regras que o Conselho Monetário Nacional definiria para este tipo de negociação.

Sr. Antônio Everton Chaves Júnior – CNC salientou a importância da baixa das taxas de juros para o crescimento da economia brasileira. Acreditou que as Fintechs podem ser excelentes ferramentas de estímulo à concorrência em virtude do fornecimento de serviços financeiros que se diferenciam pelas facilidades proporcionadas pela tecnologia e pela oferta de serviços mais baratos. Salientou que esse movimento tecnológico aliado a serviços financeiros diferenciados seja algo que venha a modificar o perfil de acesso ao crédito no Brasil.

Sr. Cleófas informou que acompanhou a questão regulatória das Fintechs de crédito desde a origem e que resultou na Resolução 4656 de 26/04/2018. O principal ponto de foco que se teve preocupação foi verificar o quanto seria custoso para estas entidades se desapegar das instituições financeira parceiras que elas estabeleciam os contratos de parceria. Ficou muito claro que em termos de expertise para cumprimento de regulamentação, muitas estavam bem à frente das instituições financeiras parceiras, elas inclusive faziam a prestação de serviço de compliance com a regulamentação e que foi isto que deu o conforto ao Banco Central para que estas entidades trabalhassem sozinhas. Sob os aspectos das instituições que o Banco Central teve contato, tanto por audiência de consulta pública quanto consultas restritas neste processo de regulamentação, este foi o ponto determinante para a edição da resolução que dispõe sobre a sociedade de crédito direto e a sociedade de empréstimo entre pessoas.

ITEM 03 – DISCUSSÕES DAS AÇÕES

Programa de Crédito Orientado associado à identificação de empreendedores que realizam capacitação

Sra. Maria José informou que esse projeto foi capitaneado pela SEMPE, coordenado pelo SEBRAE e em parceria com as instituições financeiras. Informou que o SEBRAE efetuou um detalhamento do projeto em seis etapas. Informou que o projeto está em fase de ampliação dos parceiros do programa com a assinatura de convênios e acordos de cooperação técnica.

Sr. Hugo Cardoso – SEBRAE ratificou que o projeto está em fase de negociação com as entidades financeiras participantes que estão verificando junto às suas consultorias jurídicas os critérios necessários que devem constar no documento para que a ação seja colocada em campo. Informou da necessidade do intercâmbio de informações, que é um grande diferencial dessa proposta, utilizando uma base de dados compartilhada para a geração de inteligência e insumos de forma que o projeto possa ser cada vez mais assertivo na abordagem e capacitação dos clientes, reduzindo o seu risco e suas taxas juntos às instituições financeiras.

Semana Nacional do Crédito

Sra. Maria José informou que já foram realizadas três reuniões neste ano e que nas duas últimas reuniões foram realizados trabalhos de fixação das diretrizes que seriam trabalhadas na Semana Nacional do Crédito.

Sr. Nizar Midrei informou que as diretrizes foram encaminhadas para os membros do projeto e bastante debatidas ao longo das últimas semanas. Informou que os demais membros do CT de Investimento, Financiamento e Crédito que queiram contribuir com o documento que o façam através da coordenação do Comitê Temático. Ressaltou que a Semana Nacional do Crédito será estruturada sobre três pilares básicos (conforme item 1 das diretrizes):

1. Gestão financeira de pequenos negócios;
2. Oferta, recuperação e regulamentação de crédito em condições diferenciadas e mais benéficas às microempresas e empresas de pequeno porte;
3. Venda de produtos e serviços financeiros em condições diferenciadas.

Capilarização do crédito oferecido pelas agências de fomento através da atuação em segundo piso

Sr. Rubens Andrade informou que, baseado no sucesso do programa de microcrédito em Santa Catarina/SC, no qual o BADESC teve um papel importantíssimo no sentido de conceder crédito para as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) de microcrédito no estado e também baseado no fracasso de várias outras experiências das agências de fomento que resolveram trabalhar com microcrédito, espera que, utilizando as boas práticas de SC seria possível convencer estas agências de fomento dos demais estados a atuarem em segundo piso, ou seja, conceder funding para as sociedades de crédito ao microempreendedor e para as OSCIPs de microcrédito que podem ser utilizados para levar o crédito à ponta, assim as agências de fomento ficam com um risco e um custo operacional menor e o crédito chega às MPEs e MEIs.

Sr. Nizar Midrei sugeriu convidar a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina – BADESC, por intermédio do Fórum Estadual, para que possam apresentar nos grupos de trabalho do CT de Investimento, Financiamento e Crédito o modelo utilizado pelo estado a fim de que seja expandido para outras agências de fomento.

Capilarização para acesso ao crédito pelas micro e pequenas empresas

Sra. Maria José informou que foi realizada uma reunião, em novembro/2017, com representantes da Associação Brasileira de Desenvolvimento – ABDE, Agências de Fomento, Instituições Financeiras e SEBRAE para discutir a ação " Capilarização do Crédito oferecido pelas agências de fomento através da atuação em segundo piso" e que as discussões evoluíram para a criação dessa ação, a qual os participantes apresentaram três frentes de trabalho: arcabouço regulatório, alternativas de funding e investimento em informatização para redução de custos. Disse ainda que, na última semana de junho/2018, foi realizada outra reunião para discussão da evolução do trabalho. Os membros informaram que estão participando de trabalhos acerca das Fintechs junto à CVM, porém a ação não evoluiu conforme o esperado.

Sra. Nathalia Galera Silva – ABDE informou que a ABDE está realizando uma pesquisa entre os associados visando identificar os gargalos e obter contribuições acerca das três frentes de trabalho relatadas acima. Informou que, assim que a pesquisa for consolidada será agendada uma próxima reunião para o desenvolvimento da ação.

Regulamentação das entidades garantidoras denominadas Sociedades de Garantias de Crédito (SGCs)

Sra. Maria José informou que o Secretário Especial José Ricardo Veiga (SEMPE/MDIC) participou de uma agenda na Casa Civil a respeito do tema. Informou haver um grande interesse na regulamentação do Artigo 60-A da Lei Complementar 123/06, o qual versa sobre o Sistema Nacional de Garantias de Crédito que integrará o Sistema Financeiro Nacional.

Sr. Nizar Midrei informou que foi apresentado à Casa Civil o modelo proposto pela SEMPE para a regulamentação do Artigo 60-A do Sistema Nacional de Garantias de Crédito; que já foi agendada uma próxima reunião para dar continuidade nas discussões acerca do tema e que na próxima reunião ordinária será apresentado o resultado

desta ação. Ressaltou ainda que havendo uma sinalização positiva da Casa Civil serão iniciadas as tratativas do aperfeiçoamento da modelagem escolhida que seguirá o modelo adotado pelos governos de Portugal e da Espanha onde existem concedentes de garantias e contra concedentes de garantia em segundo piso de maneira a compartilhar o risco dentro do sistema. Informou que este tema já foi avaliado pela Casa Civil e que em um segundo momento os membros do CT de Investimento, Financiamento e Crédito serão convidados a discutir todas as frentes deste sistema.

Aperfeiçoamento dos processos legais para solução de créditos inadimplidos por MPE's

Sra. Maria José informou que essa ação foi bastante explicitada na última reunião dos grupos de trabalho do CT, porém foi identificado que para que a ação se desenvolva seria necessária a participação do Banco Central tendo em vista tratar-se de uma questão regulatória a respeito da inadimplência.

Sr. Nizar Midrei considerou a possibilidade de formalizarem uma proposta para o Banco Central que poderá ser conduzida pela entidade, inclusive.

Sra. Maria José considerou positivo aprofundar as discussões, acerca do tema, a fim de que a proposta seja construída.

Sr. Antônio Everton sugeriu criar um link entre a ação discutida e a Semana Nacional do Crédito tendo em vista que o tema de renegociação de dívidas será alvo do evento.

ITEM 04 – ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Nizar Midrei agradeceu a presença de todos e declarou a reunião encerrada.

FÓRUM PERMANENTE
DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
SECRETARIA ESPECIAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

LISTA DE PRESENÇA

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
SECRETARIA ESPECIAL DE MICRO E PEQUENA EMPRESA
FÓRUM PERMANENTE DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

REUNIÃO ORDINÁRIA DOS COMITÊS TEMÁTICOS DO FPMPE

DIA 05/07/2018 - HORA: 17:15H - LOCAL: CNC (SETOR BANCÁRIO NORTE - QUADRA 01 - BLOCO B - Nº 14 - 18º ANDAR - ED. CNC - ASA NORTE - BRASÍLIA/DF)

CT4 - COMITÊ TEMÁTICO DE INVESTIMENTO, FINANCIAMENTO E CRÉDITO

LISTA DE PRESENÇA

REPRESENTAÇÃO		NOME	CARGO	TELEFONE	EMAIL	ASSINATURA
Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos	ABIMAQ	Walter Filippetti	Diretor de Relações Governamentais	(61) 3364-0521	walter.filippetti@abimaq.org.br	
		Eduardo Galvão	Gerente Executivo de Relações Governamentais	(61) 3364-0521	eduardo.galvao@abimaq.org.br	
Associação Brasileira de Desenvolvimento	ABDE	Marco Antônio Albuquerque de Araújo Lima	Diretor	(21) 2109-6002	milima@abde.org.br	Vídeo
		Nathalia Galera Silva	Técnica da ABDE	(21) 2109-6032	nathalia@abde.org.br	Vídeo
Associação Brasileira da Indústria de Panificação e Confeitaria	ABIP	Gilson Pereira Santos	Advogado	(31) 9.8488-3704	gilson@advminas.com.br	
Associação Brasileira das Sociedades de Microcrédito	ABSCM	Rubens de Andrade Neto	Diretor	(21) 3852-4797	rubens@socialcred.com.br	
Associação Brasileira do Segmento de Reforma de Pneus	ABR	Eduardo Martins		(11) 97682-6079	comercial@abr.org.br	Vídeo
Banco do Brasil	BANCO DO BRASIL	Ademir Alves Pereira	Gerente Executivo	(61) 3493-1776	ademir@bb.com.br	
		Odácir José Fernandes Peixoto	Superintendente - Itaú Unibanco S.A	(11) 3584-4205	odacir.peixoto@itau-unibanco.com.br	
Banco Itaú-Unibanco	BANCO ITAÚ	Mauro França Rangel	Superintendente de Crédito	(11) 97400-0353	mauro.rangel@itau-unibanco.com.br	
		Silvia de Lucca	Gerente	(11) 5019-8688	silvia.a.lucca@itau-unibanco.com.br	VÍDEO
Banco Santander Brasil	BANCO SANTANDER	Alexandre Villas Boas Fontenelle		(11) 3553-7536 / 9.9144-3959	afontenelle@santander.com.br	
Banco Bradesco	BANCO BRADESCO	Elder Carlos de Carvalho	Gerente Comercial de Produtos - Nichos de Mercado	(11) 3684-7324/99690-8747	elder.carvalho@bradesco.com.br	
		Rinaldo de Martini	Gerente Departamento de Empréstimos e Financiamentos	(11) 3684-7722	rinaldo.martini@bradesco.com.br	Vídeo
Caixa Econômica Federal	BANCO CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	Saulo Mendes Passos Brigilia	Gerente de Clientes e Negócios	(61) 3206-9913	saulo.passos@caixa.gov.br	

FÓRUM PERMANENTE
DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
SECRETARIA ESPECIAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
SECRETARIA ESPECIAL DE MICRO E PEQUENA EMPRESA
FÓRUM PERMANENTE DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

REUNIÃO ORDINÁRIA DOS COMITÊS TEMÁTICOS DO FPMPE

DIA 05/07/2018 - HORA: 17:15H - LOCAL: CNC (SETOR BANCÁRIO NORTE - QUADRA 01 - BLOCO B - Nº 14 - 18º ANDAR - ED. CNC - ASA NORTE - BRASÍLIA/DF)

CT4 - COMITÊ TEMÁTICO DE INVESTIMENTO, FINANCIAMENTO E CRÉDITO

LISTA DE PRESENÇA

REPRESENTAÇÃO		NOME	CARGO	TELEFONE	EMAIL	ASSINATURA
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	**BNDES**	Ricardo Albano Dias Rodrigues	Chefe de Departamento	(21) 2172-8552 / 7585	radr@bndes.gov.br	
Câmara Brasileira da Indústria da Construção	**CBIC**	Luis Fernando Melo Mendes	Economista	(61) 3327-1013	economista@cbic.org.br	
Central Brasileira do Setor de Serviços	**CEBRASSE**	Renato Fortuna Campos		(31) 9.8434-9132	seacmg@seacmg.com.br	
		Adriana Saliba	Advogada	(31) 3278-3008	gerencia@seacmg.com.br	
Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo	**CNC**	Antonio Everton Chaves Júnior	Economista	(21) 3804-9200 / 9364	antonioevertonjunior@cnc.org.br	
		Arno Gleisner	VP - Coord. do Conselho de Comércio Exterior da Fecomércio/RS	(51) 3378-1029 / 3220-3143	arno.gleisner@gmail.com	
		Charles Dickens Ázara Amaral	Presid. do Sindicato das Emp. de Serviços de Informática do DF	(61) 3201-6869 / 3039-5500	rcinicial@gmail.com	
		Adelmir Araújo Santana	Vice Presidente	(61) 3038-7500 / 7502	presidencia@fecomerciodf.com.br	
Confederação Nacional da Indústria	**CNI**	Suzana Squeff Peixoto Silveira	Especialista	(61) 3317-9483	suzana@cni.com.br / representacao@cni.com.br	
		Maria Aparecida Rosa Vital Brasil Bogado	Especialista / CNI	(61) 9.9963-2031	cidinha@v3consultoria.com	
Confederação Nacional de Serviços	**CNS**	João Adilberto Pereira Xavier	Diretor Jurídico	(11) 2165-1300	secretaria@cnservicos.org.br	
Confederação Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	**COMICRO**	José Augustinho Flogiatto	Presidente - FEMICRO/GO	(62) 99975-4732 / 98583-0786	augustinho9@hotmail.com	
Confederação Nacional dos Jovens Empresários	**CONAJE**	Giovani de Souza Bernardo		(48) 99919-0087	bernardo.giovani@gmail.com	
Confederação Nacional das Micro e Pequenas Empresas e Empreendedores Individuais	**CONAMPE**	Ercílio Santinoni	Presidente	(41) 3351-7604 / 99155-6300	presidencia@conampe.org.br / ercilliosantinoni@hotmail.com	
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	**CORREIOS**	Tânia Regina Teixeira Munari	Assessora	(61) 2141-6280	tmunari@correios.com.br	

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
SECRETARIA ESPECIAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

FÓRUM PERMANENTE DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
SECRETARIA ESPECIAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA
FÓRUM PERMANENTE DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

REUNIÃO ORDINÁRIA DOS COMITÊS TEMÁTICOS DO FPMPE

DIA 05/07/2018 - HORA: 17:15H - LOCAL: CNC (SETOR BANCÁRIO NORTE - QUADRA 01 - BLOCO B - Nº 14 - 18º ANDAR - ED. CNC - ASA NORTE - BRASÍLIA/DF)

CT4 - COMITÊ TEMÁTICO DE INVESTIMENTO, FINANCIAMENTO E CRÉDITO

LISTA DE PRESENÇA

REPRESENTAÇÃO		NOME	CARGO	TELEFONE	EMAIL	ASSINATURA
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	CORREIOS	Alex do Nascimento	Gerente Corporativo de Negócios de Exportação	(61) 2141-7487	alexn@correios.com.br	
		Daniel de Oliveira dos Santos	Analista de Comércio Exterior	(61) 2141-7137	dansantos@correios.com.br	
		Andrea da Silva Carreira	Analista de Comércio Exterior	(61) 2141-7448	andreascarreira@correios.com.br	
Comissão de Valores Mobiliários	CVM	Florisvaldo Justino Machado Gonçalves		(61) 3327-4006 / 9.8201-9992	fjgoncalves@cvm.gov.br	
		Antônio Carlos Berwanger	Superintendente de Desenvolvimento de Mercado		berwanger@cvm.gov.br	
Instituto Empreender Endeavor	ENDEAVOR	Pedro Lipkin Peçanha Rosa	Coordenador de Advocacy	(11) 9 9830-8431	pedro.lipkin@endeavor.org.br	
Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado da Bahia	FE/BA	Rubia Tatiane Santana de Melo Almeida	Técnica	(71) 3115-7833	rubia.melo@sde.ba.gov.br	
Forum Estadual de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte do Estado de Goiás	FE/GO	Larissa R. de Freitas Moreira	Coordenadora da FEMEP/GO	(62) 3201-5531	femep@sed.go.gov.br	
Forum Estadual de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte do Estado de Goiás	FE/GO	Danilo Viana Rabelo	Superintendente do Fundo de Financiamento do Banco do Povo de Goiás	(62) 3201-7522 / 9.8191-1005	danilo-vr@sed.go.gov.br	
Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Estado do Paraná - PR	FE/PR	Adriana Cordeiro	Assessora Técnica	(41) 3351-7636	adriana.cordeiro@sepl.pr.gov.br	
		Tania Mara Queiroz Ribas	Ass. do Grupo Intersecretarial de Rel. Inst. em Brasília	(61) 3425-8400	tania.ribas@ccivil.pr.gov.br	
		Carla Maria Naves Ferreira	Controle Interno / Rel. Inst. do PR em Brasília	(61) 3425-8400	carlaferreira@representacao.pr.gov.br	
Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia - Rio Grande do Sul	FE/RS	Jorge Imperatore	Coordenador de Microcrédito - SDECT DAMEPP	(51) 3288-5555	jorge-imperatore@sdect.rs.gov.br	
		Rafael Braga Librelotto	Diretor do Departamento de Apoio a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte	(51)3210-5574	rafael-braga@sdect.rs.gov.br	

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
SECRETARIA ESPECIAL DE MICRO E PEQUENA EMPRESA
FÓRUM PERMANENTE DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

REUNIÃO ORDINÁRIA DOS COMITÊS TEMÁTICOS DO FPMPE

DIA 05/07/2018 - HORA: 17:15H - LOCAL: CNC (SETOR BANCÁRIO NORTE - QUADRA 01 - BLOCO B - Nº 14 - 18º ANDAR - ED. CNC - ASA NORTE - BRASÍLIA/DF)

CT4 - COMITÊ TEMÁTICO DE INVESTIMENTO, FINANCIAMENTO E CRÉDITO

LISTA DE PRESENÇA

REPRESENTAÇÃO		NOME	CARGO	TELEFONE	EMAIL	ASSINATURA
Fórum Estadual das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Tocantins - Secretaria de Desenvolvimento Econômico,	FE/TO	Juliane Barbosa Costa Carneiro	Diretora de Desenvolvimento Econômico	(63) 3218-2183 / 9.9252-2035	julianebcarneiro@hotmail.com	
Federação Brasileira de Bancos	FEBRABAN	Marina Guedes de Azevedo Pereira	Assessora Técnica III	(11) 3244-9919 / 3186-9919	marina.guedes@febraban.org.br	
Federação Nacional das Juntas Comerciais	FENAJU	Luiz A. Paranhos Velloso Júnior	Presidente - JUCERJA	(21) 2334-5434 / 35	luiz.velloso@jucerja.rj.gov.br / presidencia@jucerja.rj.gov.br	
		Vladimir Oliani	Presidente da JC do Estado de Rondônia	(69) 3216-8622	gabinete@jucer.ro.gov.br; vladmiroliani@hotmail.com	
		Sergio Silva Sombra	Presidente da Junta Comercial do Estado do Maranhão	(98) 2106-8522	presidencia@jucema.ma.gov.br; sergiosombra@jucema.ma.gov.br	
		Mauro dos Santos Leônidas	Vice Presidente da Junta Comercial do Estado do Pará (JUCEPA)	(91) 3217-5800 / 5840 / 9 8429-4722 / 9 8443-6655	mauroleonidas16@hotmail.com	
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	MDIC	Nizar Ratib Midrei	Diretor	(61) 3411-8442	nizar.midrei@mdic.gov.br	
		João Adolfo de Farias Machado	Chefe de Divisão	(61) 3411-8334	joao.machado@mdic.gov.br	
		Amanda Cristina Paranhos Knup	Supervisora	(61) 3411-8374	amanda.knup@mdic.gov.br	
		Bruno de Araújo Lima Saldanha Martins	Assistente de Administração	(61) 3411-8396	brunoalsm@hotmail.com	
		Matheus Guedes Dantas de Moura	Estagiário	(61) 3411-8382	matheus.moura@mdic.gov.br	
		Marcelo da Costa Oliveira	Assistente de Administração	(61) 3411-8369	mcomarcello@yahoo.com.br	
		Flávio Martins Pimentel	Coordenador	(61) 3411-8388	flavio.pimentel@mdic.gov.br	
		Elias dos Santos Amorim	Supervisor	(61) 3411-8368	elias.amorim@mdic.gov.br	
		Tânia Batista da Silva	Assistente de Administração	(61) 3411-8333	tanialider2@gmail.com	

FÓRUM PERMANENTE
DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
SECRETARIA ESPECIAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
SECRETARIA ESPECIAL DE MICRO E PEQUENA EMPRESA
FÓRUM PERMANENTE DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

REUNIÃO ORDINÁRIA DOS COMITÊS TEMÁTICOS DO FPMPE

DIA 05/07/2018 - HORA: 17:15H - LOCAL: CNC (SETOR BANCÁRIO NORTE - QUADRA 01 - BLOCO B - Nº 14 - 18º ANDAR - ED. CNC - ASA NORTE - BRASÍLIA/DF)

CT4 - COMITÊ TEMÁTICO DE INVESTIMENTO, FINANCIAMENTO E CRÉDITO

LISTA DE PRESENÇA

REPRESENTAÇÃO		NOME	CARGO	TELEFONE	EMAIL	ASSINATURA
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	MDIC	Maria José Esteves de Matos	Economista	(61) 3411-8390	maria.esteves@mdic.gov.br	
		Gilvaneide de Jesus Gonçalves	Assistente de Administração			
		André Emediato Barbosa da Silva			andre.silva@mdic.gov.br	
		Anne Caroline Nascimento da Silva	Diretora Substituta	(61) 3411-8303	anne.silva@mdic.gov.br	
		Fábio Santos Pereira Silva	Diretor	(61) 3411-8304	fabio.santos.silva@mdic.gov.br	
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	MTPAC	Lucia Helena Ferreira de Oliveira	Analista Técnico Administrativo	(61) 2029-7386	luciahelena.oliveira@transportes.gov.br	
Ministério do Trabalho e Emprego	MTb	Luciene Estevam Santana		(61) 2031-6353	lucilene.santana@mte.gov.br	
Movimento Nacional da Micro e Pequena Empresa	MONAMPE	Eliane Bento	Diretora/Tesoureira	(44) 3028-6106 / 99912-0144	fampeparmga@gmail.com	
		Armando Santos Lira	Diretor e Presidente da Microtiba - Curitiba/PR	(41) 99614-9641 / 3022-5472	armandos.lira@gmail.com	
		Raimundo Nonato Carneiro da Silva	Diretor	(61) 98533-8070	aspromnorte@hotmail.com	
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	PGFN	Guilherme Lazarotti Oliveira	Procurador	(61) 2025-5100 / 5131	guilherme.l.oliveira@pgfn.gov.br	
		Helena Maria do Pojo Rego	Analista Técnica da Unidade de Políticas Públicas e de Desenvolvimento Territorial	(61) 3348-7223	helena.rego@sebrae.com.br	
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas	SEBRAE	Mariana A. Eghrari Pereira	Analista Técnica da Unidade de Assessoria Institucional	(61) 3348-7524	mariana.pereira@sebrae.com.br	
		Alexandre Guerra de Araujo	Analista Técnico da Unidade de Acesso Serviços Financeiros	(61) 3348-7238	alexandre@sebrae.com.br	

FÓRUM PERMANENTE
DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
SECRETARIA ESPECIAL DE MICRO E PEQUENA EMPRESA
FÓRUM PERMANENTE DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

REUNIÃO ORDINÁRIA DOS COMITÊS TEMÁTICOS DO FPMPE

DIA 05/07/2018 - HORA: 17:15H - LOCAL: CNC (SETOR BANCÁRIO NORTE - QUADRA 01 - BLOCO B - Nº 14 - 18º ANDAR - ED. CNC - ASA NORTE - BRASÍLIA/DF)

CT4 - COMITÊ TEMÁTICO DE INVESTIMENTO, FINANCIAMENTO E CRÉDITO

LISTA DE PRESENÇA

REPRESENTAÇÃO		NOME	CARGO	TELEFONE	EMAIL	ASSINATURA
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas	SEBRAE	Hugo Henrique Roth Cardoso	Analista Técnico	(61) 3348-7127	hugo.cardoso@sebrae.com.br	
Superintendência da Zona Franca de Manaus	SUFRAMA	Kamyle Medina		(61) 2027-7473	kamyle.rey@suframa.gov.br	
		Adlaide Cavalcanti	Economista	(61) 2027-7473	adlaine.cavalcanti@mdic.gov.br	
Endeavor		Pedro				
Banco Central	BCB	Cleofas Salviano				
Procuradoria da Fazenda	PGFN	Marcus Malta	Procurador	(61) 20255100	marcus.malta@pgfn.gov.br	
FEHAJU	JUCEPE	Carlos Queiroz	Presidente	(82) 98833-8504	presidencia.jucealagoas@gmail.com	
Banco do Nordeste	BNB	Fábio Lúcio Cunha	Assessor	(61) 2102-7600	FLUCIO@BNB.GOV.BR	
DAMPE	MDIC	Gabriel Vinicius P. Rocha	Estagiário	(61) 98487-9161	gabriel.rocha@mdic.gov.br	
DAMPE	MDIC	André Emediato	Administrador	(61) 9992754944	andre.ruiz@mdic.gov.br	
DAMPE	MDIC	Jaqueline C. Ribeiro	Secretária	3411-8425	jaqueline.ribeiro@mdic.gov.br	
Banco Central	BACEN	Antonio Marcos Santos	Chefe de Divisão	3414-3063	antonio.marcos@bcb.gov.br	
CVM	CVM	Florisvaldo Machado	Inspetor	(61) 98201 9992	fjgoncalves@cvm.gov.br	

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
SECRETARIA ESPECIAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

REGISTRO DE REUNIÃO FPMPE/2018

TEMA DA REUNIÃO
REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ TEMÁTICO DE RACIONALIZAÇÃO LEGAL E BUROCRÁTICA – CT1

MEMBROS
Lista de presença anexa

DATA	HORÁRIO	LOCAL
05/07/2018	09:00h às 11:30h	Confederação Nacional do Comércio - Setor Bancário Norte – Quadra 01 - Bloco B - Nº 14 - 18º Andar - Edifício CNC - Asa Norte – Brasília/DF

REGISTRO DE REUNIÃO

ITEM 01 – ABERTURA

Aos cinco dias do mês de julho do ano de 2018, às nove horas, na Confederação Nacional do Comércio (Setor Bancário Norte, Quadra 01, Bloco B, Nº 14, 18º Andar – Edifício CNC – Asa Norte – Brasília/DF), reuniram-se os representantes nominados na lista de presença anexa a este documento para a realização da Reunião Ordinária do Comitê Temático de Racionalização Legal e Burocrática do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – FPMPE/SEMPE/MDIC.

A reunião foi presidida pelos senhores:

- Nizar Ratib Midrei - Diretor do Departamento de Apoio à Micro e Pequena Empresa da Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (DAMPE/SEMPE/MDIC) e Secretário Técnico do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FPMPE).
- Edivan do Socorro Fonseca de Miranda – Coordenador Geral do Departamento de Apoio à Micro e Pequena Empresa da Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e Coordenador Governamental do Comitê Temático de Racionalização Legal e Burocrática do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte/FPMPE/SEMPE/MDIC.
- Ercílio Santinoni (CONAMPE) – Coordenador Privado do Comitê Temático de Racionalização Legal e Burocrática.

O Sr. Nizar Midrei agradeceu a presença de todos, em especial aos membros do Comitê Temático de Racionalização Legal e Burocrática – CT1. Informou estarem previstas, além das discussões acerca das ações trabalhadas nos Grupos de Trabalho do CT1, apresentações que versam sobre o eSocial para MPEs (Sr. Altemir Linhares/RFB), Recuperação Judicial (Sr. Renato Scardoa/Franco Advogados) e o Decreto da Lei Brasileira de Inclusão de Pessoas com Deficiência (Sr. Edivan Miranda/DAMPE/SEMPE/MDIC).

O Sr. José Ricardo Veiga - Secretário Especial da Micro e Pequena Empresa/MDIC externou seu contentamento em participar de mais uma rodada de Reuniões Ordinárias do FPMPE. Agradeceu a presença de todos, em especial dos palestrantes. Exaltou que os temas a serem tratados são de amplo interesse de todos os membros do FPMPE, motivo pelo qual todos os comitês foram convidados.

FÓRUM PERMANENTE
DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
SECRETARIA ESPECIAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

ITEM 02 - DISCUSSÕES

REGULAMENTAÇÃO DO ART. 122 DA LEI 13.146/2015

O Sr. Edivan Miranda apresentou o que sugeria a Nota Técnica n° 01/2018 do DAMPE/SEMPE/MDIC, que trata da Minuta do Decreto sobre a Proposta de Regulamentação do Artigo 122 da Lei Nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência) e, o que foi incluído na publicação final do mesmo. Abaixo, em negrito, estão explícitas as propostas e o que foi regulamentado pelo Decreto 9405:

PROPOSTO:
- Art. 1º (...) § 2º Para fins da realização de adaptações razoáveis previstas neste Decreto, entende-se por adaptações, modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional e indevido aqueles que não ultrapassem os seguintes percentuais da receita bruta do exercício contábil anterior:

I - **um por cento**, no caso de microempreendedor individual, exceto quanto ao disposto no **§6º do art. 2º;**

II - três por cento, no caso da microempresa;

III - quatro por cento, no caso da empresa de pequeno porte.

DECRETO 9405:
Art. 1º (...) § 2º Para fins da realização de adaptações razoáveis, previstas neste Decreto, entende-se por adaptações, modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretam ônus desproporcional e indevido aqueles que não ultrapassem os seguintes percentuais da receita bruta do exercício contábil anterior:

I - **dois e meio por cento**, no caso de microempreendedor individual, exceto quanto ao disposto no **§ 4º do art. 2º;**

II - três e meio por cento por cent**o**, no caso da microempresa;

III - quatro e meio por cento, no caso da empresa de pequeno porte.

PROPOSTO:
Art. 1º (...) § 3º caso as adaptações necessárias **ultrapassem o valor definido no § 2º, estas poderão ser realizadas de forma gradual.**

DECRETO 9405:
Art. 1º (...) § 3º As adaptações necessárias ao **cumprimento do disposto neste Decreto deverão seguir as normas técnicas previstas na legislação e nas normativas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.**

PROPOSTO:
Art. 2º A microempresa e a empresa de pequeno porte deverão, na relação com pessoas com deficiência, assegurar:

I - condições de acessibilidade ao estabelecimento**;**

DECRETO 9405:
Art. 2º A microempresa e a empresa de pequeno porte deverão, na relação com pessoas com deficiência, assegurar:

I - Condições de acessibilidade ao estabelecimento **e suas dependências abertos ao público;**

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
SECRETARIA ESPECIAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

PROPOSTO:
Art. 4º (...) § 1º **Aos estabelecimentos** já existentes ou em construção serão concedidos os seguintes prazos, contados da data de publicação deste Decreto, para que as adaptações necessárias para o cumprimento do previsto no caput sejam realizadas:

I - **quarenta e oito meses**, no caso de empresas de pequeno porte; e

II - **sessenta meses**, no caso de microempresas e microempreendedores individuais.

DECRETO 9405:
Art. 4º (...) § 1º **Aos hotéis, às pousadas e aos outros estabelecimentos similares** já existentes ou em construção serão concedidos os seguintes prazos, contados da data de publicação deste Decreto, para que as adaptações necessárias para o cumprimento do previsto no caput sejam realizadas:

I - **trinta e seis meses**, no caso de empresas de pequeno porte; e

II - **quarenta e oito meses**, no caso de microempresas e microempreendedores individuais.

PROPOSTO:
Art. 4º (...) § 2º **Ficam isentas do cumprimento do disposto no § 1º as microempresas e as empresas de pequeno porte que possuam até cinco dormitórios.**
(...)
§ 4º Para os estabelecimentos já existentes, construídos antes de 30 de junho de 2004, que comprovarem a impossibilidade técnica de alcançar o percentual previsto no caput, será permitida a redução necessária do percentual, desde que garantido dois por cento com, no mínimo, uma unidade.

§ 5º A comprovação de que trata o § 4º será realizada perante o órgão competente para aprovação, licenciamento ou emissão de certificado de conclusão de projeto arquitetônico, ou para expedição de alvará de funcionamento, por meio da apresentação de laudo técnico emitido por profissional habilitado e registrado com a Anotação de Responsabilidade Técnica ou o Registro de Responsabilidade Técnica.

DECRETO 9405:
Art. 4º (...) **§ 2º As unidades serão localizadas em rotas acessíveis dentro do estabelecimento.**

§ 3º Os estabelecimentos que possuam dormitórios sem banheiro assegurarão, no mínimo, um banheiro acessível na edificação.

(...)

§ 5º As empresas disponibilizarão, com antecedência mínima de seis meses dos prazos previstos no § 1º, os projetos de adaptação, para fiscalização dos órgãos competentes.

PROPOSTO:
Art. 5º (...) § 2º Serão concedidos os seguintes prazos, contados da data de publicação deste Decreto, para que as adaptações necessárias para garantir as condições de acessibilidade das instalações, das estações, dos portos e dos terminais operados por microempresa ou empresa de pequeno porte sejam realizadas:

I - **quarenta e oito meses**, no caso de empresas de pequeno porte; e

II - **sessenta meses**, no caso de microempresas.

DECRETO 9405:
Art. 5º (...)§ 2º Serão concedidos os seguintes prazos, contados da data de publicação deste Decreto, para que as adaptações necessárias para garantir as condições de acessibilidade das instalações, das estações, dos portos e dos terminais operados por microempresa ou por empresa de pequeno porte sejam realizadas:

I - **vinte e quatro meses**, no caso de empresas de pequeno porte; e

II - **trinta e seis meses**, no caso de microempresas.

PROPOSTO:
Art. 6º (...)§ 1º Ficam isentas do cumprimento do disposto no caput empresas que operem frota de **até dez veículos.**

DECRETO 9405:
Art. 6º (...)§ 1º Ficam isentas do cumprimento do disposto no caput empresas que operem frota de **até sete veículos.**

PROPOSTO:
Art. 7º A acessibilidade nos sítios eletrônicos mantidos por microempresa ou empresa de pequeno porte é obrigatória e poderá ser feita gradativamente nos seguintes prazos, contados da data de publicação deste Decreto:

I - **vinte e quatro meses**, no caso de empresas de pequeno porte; e

II - **trinta e seis meses**, no caso de microempresas e microempreendedores individuais.

DECRETO 9405:
Art. 7º A acessibilidade nos sítios eletrônicos mantidos por microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual é obrigatória e poderá ser feita gradativamente nos seguintes prazos, contados da data de publicação deste Decreto:

I - **doze meses**, no caso de empresas de pequeno porte; e

II - **dezoito meses**, no caso de microempresas e microempreendedores individuais.

O Sr. Edivan chamou a atenção para o fato de que muitas das condições impostas no novo Decreto seguem iguais ao que já existia na Lei nº 13.146/2015.

O Sr. Ercílio Santinoni - CONAMPE e o Sr. Antônio Everton Chaves Júnior - CNC defenderam que o decreto não é severamente prejudicial às MPEs, porém está longe do ideal e, se o mesmo continuar se distanciando da proposta do Grupo de Trabalho, haverá um momento em que o tratamento diferenciado não existirá.

O Sr. Edivan reforçou os próximos passos a serem seguidos, sendo eles:

- Elaboração de um documento para ser entregue à Casa Civil da Presidência. Neste sentido, seria muito importante apresentar estudos quantitativos de modo a tentar sensibilizar o Executivo de que o Decreto é prejudicial às MPEs, impondo-lhes punições e causando-lhes prejuízos.
- Mobilização da Frente Parlamentar das MPEs no Congresso Nacional. Mostrando aos parlamentares a necessidade de fazer alguma coisa em sentido contrário ao que prega o Decreto. Se for o caso, tentar estabelecer uma nova lei que suplantasse o que legaliza o Decreto. E, em seguida finalizou a pauta.

FÓRUM PERMANENTE
DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
SECRETARIA ESPECIAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

ITEM 03 – APRESENTAÇÕES

APRESENTAÇÃO DO eSOCIAL

O Sr. Altemir Linhares Melo - RFB iniciou a apresentação do eSocial destacando como é a realidade atual do relacionamento entre os dados (RAIS, CAGED, FGTS e etc). Em seguida apresentou um esboço de como seria a nova realidade, onde todos os dados se concentrariam no eSocial, evitando redundância e burocracia.

Em seguida, apresentou o cronograma de implantação do projeto. O cronograma é dividido em Grandes Empresas; Pessoas Físicas; Órgãos Públicos e Demais Empresas. Os pontos são: Cadastros do empregador e tabelas; Dados dos trabalhadores e seus vínculos com as empresas; Folha de Pagamento; Substituição da GFIP (guia de informações à Previdência Social) e dados de segurança e saúde do trabalhador. A expectativa é de que todos os pontos já tenham sido implantados até julho de 2019.

Sobre o Portal WEB, explicou para que ou quem servirá o Módulo Completo e o Módulo simplificado.

Módulo Completo:
- Solução de Contingência;
- Prestar informações que não constam em seus sistemas.

Módulo simplificado:
- Empregador Doméstico;
- Segurado Especial;
- Pequeno Produtor Rural;
- Micro e Empresa de Pequeno Porte;
- MEI.

O Sr. Altemir Linhares apresentou o sequenciamento de eventos do eSocial. Sendo ele:
- Informações do empregador. (Inicial)
- Eventos de tabelas.
- Cadastramento inicial de veículos. (Inicial)
- Eventos não periódicos.
- Eventos periódicos.

O Sr. Altemir Linhares fez um breve tutorial de como criar um código de acesso ao portal. Em seguida apresentou algumas telas do Portal Web, explicou rapidamente os campos e apresentou o portal do MEI.

Sr. Altemir Linhares esclareceu que as demais funcionalidades não apresentadas estão sendo desenvolvidas e em breve serão concluídas. Informou que o Portal Web Geral já está com as fases iniciais do sistema funcionando.

O Sr. Nizar Ratib Midrei abriu o espaço para questionamentos e perguntas ao representante da Receita Federal.

O Sr. Edivan Miranda questionou a viabilidade da criação de um programa parecido com o IRPF para o eSocial onde a empresa faça e inserção de todas as informações.

O Sr. Altemir Linhares respondeu que se trata de um modelo que foi bastante discutido pelos órgãos consultivos e então acabou-se optando por esse formato que foi considerado mais rápido e seguro pois reduz a questões de erros que já geraram um grande valor em multas para a Receita Federal.

O Sr. Armando Lira - MONAMPE relatou que alguns contadores estão tendo problemas com o link teste do eSocial no que se refere a transferência de informações. Questionou como será o cronograma de implantação do sistema.

O Sr. Altemir Linhares considerou que o grande teste para implantação do programa será agora pois já foram realizados todos os testes e que durante esse período de aumento de informações inseridas no link não haverá alteração no cronograma por causa do ambiente tecnológico e sim uma análise de como ele se comporta e a partir dessa análise obter elementos para a avaliação das etapas. O que poderá acontecer é postergar a substituição da GFIP para o primeiro grupo de empresas que está fechando a folha de pagamento pois esse número ainda não é suficiente para dar segurança para essa substituição ainda e se após o segundo ou terceiro mês se verificar que ainda existe essa insegurança, poderá sim a Receita Federal postergar a implantação do sistema.

O Sr. Ercílio Santinoni questionou a possibilidade de a Receita Federal aumentar o período de testes fazendo a implantação do sistema de forma gradativa.

O Sr. Altemir Linhares registrou a manifestação feita pelo representante e informou que o cronograma será flexível e adaptável ao comportamento do sistema e das empresas, podendo o prazo ser prorrogável.

A Sra. Helena Rego – SEBRAE informou que não são todas as MPEs e MEIs que precisão ter o certificado digital. Levantou os seguintes questionamentos:
- Confirmação que o certificado digital não será exigido para o módulo MEI;
- O CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) será solicitado aos MEIs.
- Se o sistema abrirá algum Pop-Up criticando o cadastramento de mais de um funcionário o que alteraria a classificação do MEI como ME, EPP pois a contratação de mais de um empregado é o desejo de todos os envolvidos ali presentes.
- Com relação a data de entrada em funcionamento do sistema em 16 de julho será facultativo o ingresso do MEI, ele poderá aguardar até novembro ou haverá alguma a necessidade de atualização das informações inseridas pelo primeiro grupo a ingressas até a segunda data de abertura para ingressos de novos MEIs no eSocial.
- Se existirá o pleito de uma guia única de recolhimento de tributos do eSocial para MEI e MPEs.
- Será permitido o WebService para o MEI e se o MEI sem o intermédio do contador caso ele queira fazer a contratação por meio próprio e se ele conseguirá recuperar as informações que o contador inseriu com o sistema dele.

O Sr. Altemir Linhares, a respeito da CNAE informou que a legislação exige o enquadramento e que a migração de classificação é inevitável. Com relação aos dados acumulados, a Receita Federal pretende criar um marco inicial que será o mês de novembro. A Guia Única é coordenada pela Casa Civil e reafirmou o interesse da Receita em unificar as guias. A respeito do WS pode ser utilizado pelo contador ou pelo empresário a partir do código de acesso não sendo o contador proprietário das informações, mas sim um procurador do empresário.

O Sr. Antônio Everton questionou se a base do eSocial vai permitir obter informações estatísticas para as entidades que fazem estudos de acompanhamento do mercado de trabalho.

O Sr. Altemir Linhares confirmou que esse é um dos fundamentos do eSocial, fornecer informações com qualidade e dentro de um padrão que favorece as empresas ou mesmo o governo com dados confiáveis.

O Sr. Nizar agradeceu ao Sr. Altemir Linhares pela apresentação e esclarecimentos e passou a palavra para as finalizações dos Coordenadores do CT1.

O Sr. Ercílio alegou que após a apresentação do representante da Receita Federal, ele continua preocupado com os aproveitadores, com o certificado digital e salientou que o restante do ano de 2018 está comprometido com o período das eleições e de instabilidade econômica. Sugeriu que fosse iniciado em janeiro de 2019 a substituição da GFIP com o

fechamento da primeira folha de pagamento, para se ter um exercício fiscal cheio e deixou registrada sua reclamação em relação a falta de informações e interação com a equipe do eSocial e, sobre o registro no CNAE, de que algumas empresas possuem vários e o sistema do eSocial somente permite a inclusão de um, na Guia. Deixou registrada a insatisfação com a forma que tratamento do governo com as entidades representativas das MPEs e sugeriu novamente a postergação do prazo de opção de troca da GFIP para eSocial para evitar que a falta de informação gere multas aos MEIs.

O Sr. Armando Lira - MONAMPE fez a sugestão de haver uma previsibilidade do que ocorrerá no cronograma e de mais visibilidade ao Fórum pois as questões que julgavam serem simples não foram esclarecidas.

O Sr. Nizar Midrei agradeceu as colocações e deixou registrado que o Fórum irá se manifestar formalmente através de um documento que circulará dentro do Comitê Temático de Racionalização Legal e Burocrática e irá formalizar o entendimento das entidades e tudo que foi colocado pelos participantes contemplando a questão de aprovação de prazos e os motivos de se propor a questão. Informou aos integrantes que o eSocial não trouxe nenhuma obrigação nova as MPEs e que ele veio a ordenar a situação de caos que viviam antes e que todos entendem que existe um prazo de adaptação necessário para atender ao tratamento diferenciado às MPEs.

ASSINATURA DO TERMO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Ao final da pauta apresentada pelo Sr. Altemir Linhares, o Sr. Nizar Ratib Midrei convidou o Secretário Especial, José Ricardo de Freitas Martins da Veiga, junto dos representantes do CNC e do SENAC, Antônio Everton e Daniela Papelbaum, a assinarem o Termo de Acordo de Cooperação técnica entre o SENAC e a SEMPE. Em seguida o Acordo foi assinado por ambas as partes.

APERFEIÇOAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL PARA AS MICOEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

O Sr. Edivan Miranda apresentou o Sr. Renato Scardoa, advogado e participante do FPMPE, que realizou a apresentação.

O Sr. Renato Scardoa elencou as premissas da Recuperação Judicial, sendo elas:
- O insucesso faz parte do processo da natureza empreendedora e que é necessário dar uma nova chance para o empresário.
- O empresário insolvente, o "empresário zumbi", a "dissolução irregular/fechamento das portas" geram informalidade nociva ao mercado e a sociedade.
- Ressaltou também a necessidade de um concurso de credores com uma regulamentação melhor e citou o ditado "Farinha pouca, meu pirão primeiro" para explicar o que acontece atualmente.
- O empreendedor precisa ter a chance do recomeço "dentro da Lei". *Fresh start:* necessidade de promover o empreendedorismo e retorno do empreendedor falido à atividade econômica.
- Salientou que as ME/EPPs necessitam de um regramento específico que atendam às suas necessidades.
- As normas à disposição das ME/EPPs são ineficazes e, portanto, pouco utilizadas.

Após apresentar as Premissas, demonstrou alguns problemas da legislação da Recuperação judicial atual dentre os quais:
- Subjetividade: Apenas as ME/EPPs "enquadradas formalmente" podem utilizar. Exclusão das ME/EPPs "informais", exemplo: Empresas com sócios pessoas jurídicas, sociedades anônimas, cooperativas, MEI.
- Ineficaz para o empreendedor: Já que RJ, RJ Especial e Falência protegem a empresa, mas não o empreendedor. Em seguida, ele afirma que, hoje, se sabe que proteger a empresa é proteger o empreendedor e que os dois são completamente ligados.
- Condições de Pagamento Engessadas:
- 36 parcelas mensais, iguais e sucessivas, acrescidas de juros equivalentes à taxa SELIC.

FÓRUM PERMANENTE
DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
SECRETARIA ESPECIAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

- 1ª Parcela no prazo máximo de 180 dias, contado da distribuição do pedido de recuperação judicial
  - Inflexibilidade: Novas despesas e contratações devem ser aprovadas pelo juiz.
  - Custo: RJ, RJ Especial e Falência são processos caros e ineficientes para o devedor e também para os credores. Lembrou que a recuperação Judicial é um mecanismo que também privilegia o credor, não só o devedor.
  - Recuperação Extrajudicial: Falta de tratamento específico para as ME/EPPs.

Demonstrou as propostas para os problemas anteriormente identificados e colocou os seguintes pontos:
- Subjetividade: As ME/EPPs "enquadradas formalmente" e as pessoas equiparadas (devedor de 20.000 salários mínimos). Citou um estudo feito em São Paulo que constata que processos de Recurações Judiciais até esse valor, acabam tendo um custo mais alto do que o benefício em si. Assim, o "remédio acaba virando veneno".
- PF: Empresário e MEI
- PJ: Todas as pessoas jurídicas de direito privado (ex. sociedades empresarias, simples, cooperativas e associações)
- Feitos para os Garantidores (avalistas, fiadores e coobrigados)
- Suspensão dos processos contra os garantidores. Frisou que estava falando, também, do empresário, quando cita "garantidor".
- Em caso de homologação de plano (RJ Especial ou RExtrajudicial), permanecem como garantidores, mas da dívida novada.
- 1ª Parcela no prazo máximo de 180 dias, contado da distribuição do pedido de recuperação judicial
- Custo: As ME/EPPs ficam dispensadas de publicação em jornais de grande circulação, sempre que previsto por esta Lei.
- Proteção aos Credores: A decretação da falência, o deferimento do processamento da recuperação judicial, da recuperação judicial especial ou do procedimento extrajudicial de encerramento da atividade suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor, inclusive aquelas dos credores particulares dos Garantidores.

Demonstrou as mudanças sugeridas na Recuperação Extrajudicial e colocou os seguintes pontos sugeridos:
- Suspensão dos Processos e Início da Negociação com Credores: A ME/EPP poderá ajuizar pedido de suspensão de ações, desde que conte com a adesão de credores que representem mais de 2/5 de todos os créditos que serão abrangidos pelo plano.
- Aprovação automática do Plano de Recuperação Extrajudicial:
- A ME/EPP poderá requerer a homologação do Plano de Recuperação Extrajudicial a todos os credores por ele abrangidos, desde que assinado por credores que representem mais de 3/5 de todos os créditos de cada espécie por ele abrangidos.
- A ME/EPP poderá requerer a homologação do plano de recuperação extrajudicial que contar com a adesão de pelo menos 2/5 de todos os créditos de cada classe ou de 3/5 do total de créditos por ele abrangidos, sob a condição de, no prazo máximo de 90 dias do ajuizamento do pedido, obter as assinaturas faltantes.

Demonstrou as mudanças na Recuperação Judicial Especial e colocou os seguintes pontos:
- Condições de Pagamento:
- Livre negociação entre devedor e credores "privados" (exceto fisco e trabalhistas). Possibilidade de carência, parcelas diferentes, periodicidade.
- Trabalhista, pagamento em até 03 anos.
- Novos gastos e investimentos: Dispensada a aprovação pelo juiz.
-Procedimento Simplificado:
  - Credor apresenta pedido. A partir desta data ele terá 30 dias para apresentar plano e para notificar todos os credores.
  - Credores notificados terão 30 dias para manifestar a sua oposição ao Plano, mediante simples petição nos autos.
  - Credores não notificados serão considerados como oposição ao plano.

- O plano será rejeitado se houver a oposição de mais da metade de qualquer uma das classes de credores.
- Plano rejeitado, o juiz transformará em falência. Exceto se o devedor comprovar no prazo de 15 (quinze) dias da decisão, o registro do Procedimento Extrajudicial de Encerramento da Atividade.

Falou sobre o Procedimento Extrajudicial de Encerramento da Atividade, hoje, e em seguida colocou os sugeriu os seguintes pontos:
- Procedimento Extrajudicial: Todos os atos relacionados ao procedimento extrajudicial de encerramento da atividade, deverão ser registrados no Registro Público de Empresas ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, em que estiverem registrados os atos constitutivos da sede do devedor.
- Liquidação dos Ativos da "empresa":
- Processo supervisionado e conduzido por liquidante (devedor ou profissional especializado, ex. contadores).
- Levantamento dos bens: Os processos não demoram mais do que um mês.
- Venda por leilão. Leiloeiro nomeado pelo liquidante, mas poderá ser substituído pelos credores (mais de 50% dos créditos).
- Publicação de 01 único edital, 15 dias antes da 1ª Praça.
- 1ª Praça, o bem deve ser vendido, por no mínimo, pelo seu valor contábil.
- 2ª Praça (até 05 dias da primeira), 50% do valor contábil.
- 3ª Praça (a partir de 05 dias depois da segunda), qualquer valor.

O Sr. Scardoa citou ainda que, caso chegue à 3ª Praça e o bem ainda não houver sido liquidado, o mesmo poderá ser destinado pelo liquidante a entidades de caridade ou, na falta de interesse, poderá ser doado ou até mesmo destruído. Afirmou que, de fato, esse último ponto é algo simples.
- Adesão dos avalistas, fiadores e coobrigados do devedor:
- Avalistas, fiadores e coobrigados do devedor, podem liquidar seus bens, ficando de fora os bens protegidos por lei, por exemplo, bens de família.

No último ponto citado ele levanta a questão "qual é a vantagem disso? " E responde que, a vantagem é que o devedor terá uma "proteção" para que possa se restabelecer sem ficar refém da dívida para o resto da vida.
- Procedimento de liquidação deve ser iniciado até 05 (cinco) dias da terceira chamada do leilão do devedor, seguindo o mesmo rito e condições da liquidação do devedor.
- Os credores comuns com o devedor, terão direito de receber até o saldo da diferença do valor da dívida e do valor pago pela liquidação dos ativos do devedor.
- Desoneração do Devedor e dos Garantidores: O titular, os sócios e administradores do devedor, assim como os avalistas, fiadores e coobrigados que de boa-fé tiveram seus bens liquidados no âmbito do procedimento extrajudicial de encerramento da atividade da ME/EPP, estarão livre de quaisquer ônus e obrigações, inclusive as de natureza tributária, as derivadas da legislação do trabalho e as decorrentes de acidentes de trabalho, que tenha sido informados no correspondente procedimento extrajudicial de encerramento.
- Entretanto, se o devedor agir com má fé, ele permanece responsável por estes atos fraudulentos.
- Desoneração dos Bens: O bem objeto de alienação está livre de qualquer ônus e não haverá sucessão do arrematante nas obrigações do devedor, inclusive as de natureza tributária, as derivadas da legislação do trabalho e as decorrentes de acidente de trabalho.
- Proteção do Adquirente: O adquirente de bem da microempresa e empresa de pequeno porte em processo de recuperação judicial especial, recuperação extrajudicial e no procedimento extrajudicial de encerramento da atividade, livre de qualquer ônus e obrigações, inclusive de natureza tributária, previdenciária e trabalhista, principais ou acessórias, inadimplidas pela microempresa e empresa de pequeno porte ou que recaíram sobre o bem alienado. Ou seja, ele compra apenas o bem "limpo".

Demonstrou os Aspectos Tributários e colocou os seguintes pontos:

- Para o Credor: O prejuízo e a perda do credor com a redução do seu crédito, deverão ser integralmente deduzidos da apuração da base de cálculo dos tributos e das contribuições sociais que tiverem como hipótese de incidência a renda e o ganho de capital. Aqui ele explica que hoje um grande problema é que o credor deve pagar imposto sobre o perdão de dívida que ele concedeu. A proposta é que isso mude e, quando um credor perdoar uma dívida durante um processo de Recuperação judicial, esse valor não será tributado.
- Para o Devedor:
- A receita da ME/EPP obtida com a redução ou com o perdão do seu endividamento não será computada na apuração da base de cálculo dos tributos e contribuições sociais que tiverem como hipótese de incidência a obtenção de receita e não se sujeita a qualquer limite, na apuração dos tributos e contribuições sociais.
- A ME/EPP poderá optar por parcelamento de seus débitos tributários, de acordo com os parâmetros estabelecidos na legislação específica, cujo prazo de adesão a tal parcelamento não tenha expirado há mais de 05 (cinco) anos do pedido de processamento da recuperação judicial especial.

O Sr. Renato Scardoa finalizou sua apresentação e deu espaço a perguntas. Antes destas, o Sr. Nizar elogia sua apresentação e dá prosseguimento a pauta.

O Presidente da Junta Comercial do Estado de Alagoas, Sr. Carlos Araújo, questionou o fato de haver mudanças contínuas no enquadramento do empregador, sempre alternando entre ME e EPP e o Sr. Renato Scardoa esclareceu que os efeitos serão os mesmos, haverá um grande número de pessoas que poderão aderir, sem distinção entre elas e não ocorrerá este problema de enquadramento.

O Sr. Júlio César Moreira Barbosa - CNI fez três questionamentos relacionados a arbitragem, credores fiduciários e a não exigência da CND (Certidão Negativa de Débito).

O Sr. Renato Scardoa afirmou que foi considerada a possibilidade de haver algum tipo de arbitragem, mas teria o problema de capilaridade e, como o Brasil é um país continental, não conseguiria atender a todos. Com relação a recuperação judicial essa arbitragem poderia ser feita a critério dos credores e os devedores dessa forma não obrigaria ninguém a ter essa arbitragem, mas também não proibiria. Sobre os credores fiduciários, como as MPEs geralmente não possuem bens, este tema foi deixado para discutir em outro momento, em que pese ser favorável a avançar com este assunto, poderia inviabilizar o andamento do projeto. Com relação a exigência da CND preferiu-se seguir com o entendimento jurisprudencial, muito bem consolidado, de manter a não exigência da CND.

O Sr. Gabriel Rizza Ferraz - SEBRAE questionou a respeito da proteção do patrimônio do sócio e do posicionamento pró-devedor.

O Sr. Renato Scardoa respondeu dizendo que as MPEs terão que proteger o que é seu de direito, liquidar todo o resto e ter caminho livre para produzir, acumular riquezas, gerar emprego e etc. A diferença é que dessa forma o processo será mais rápido do que era anteriormente.

ITEM 04 – ENCERRAMENTO

O Sr. Nizar Ratib Midrei agradeceu a contribuição e participação de todos os presentes e deu por encerrada a reunião do Comitê Temático de Racionalização Legal e Burocrática.

FÓRUM PERMANENTE
DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
SECRETARIA ESPECIAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

LISTA DE PRESENÇA

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
SECRETARIA ESPECIAL DE MICRO E PEQUENA EMPRESA
FÓRUM PERMANENTE DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

REUNIÃO ORDINÁRIA DOS COMITÊS TEMÁTICOS DO FPMPE

DIA 05/07/2018 - HORA: 09:00H - LOCAL: CNC (SETOR BANCÁRIO NORTE - QUADRA 01 - BLOCO B - Nº 14 - 18º ANDAR - ED. CNC - ASA NORTE - BRASÍLIA/DF)

CT1 - COMITÊ TEMÁTICO DE RACIONALIZAÇÃO LEGAL E BUROCRÁTICA

LISTA DE PRESENÇA

REPRESENTAÇÃO		NOME	CARGO	TELEFONE	EMAIL	ASSINATURA
Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos	ABIMAQ	Walter Filippetti	Diretor de Relações Governamentais	(61) 3364-0521	walter.filippetti@abimaq.org.br	
		Eduardo Galvão	Gerente Executivo de Relações Governamentais	(61) 3364-0521	eduardo.galvao@abimaq.org.br	
Associação Brasileira da Indústria de Panificação e Confeitaria	ABIP	Gilson Pereira Santos	Advogado	(31) 9.8488-3704	gilson@advminas.com.br	
Associação Brasileira das Sociedades de Microcrédito	ABSCM	Rubens de Andrade Neto	Diretor	(21) 3852-4797	rubens@socialcred.com.br	
Banco Bradesco	BANCO BRADESCO	Rinaldo de Martini	Gerente Departamento de Empréstimos e Financiamentos	(11) 3684-7722	rinaldo.martini@bradesco.com.br	
Caixa Econômica Federal	BANCO CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	Saulo Mendes Passos Brígida	Gerente de Clientes e Negócios	(61) 3206-9913	saulo.passos@caixa.gov.br	
Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil	CACB	Rafael Machado	Assessor jurídico	(61) 3344-0388 / 3344-0389	rafael.machado@mlbadvogados.com.br	
Câmara Brasileira da Industria da Construç ão	CBIC	Luis Fernando Melo Mendes	Economista	(61) 3327-1013	economista@cbic.org.br	
Central Brasileira do Setor de Serviç os	CEBRASSE	Renato Fortuna Campos		(31) 9.8434-9132	seacmg@seacmg.com.br	
		Adriana Saliba	Advogada	(31) 3278-3008	gerencia@seacmg.com.br	
Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil	CFOAB	Jacques Maurício Ferreira Veloso de Melo	Membro da Comissão Especial de Direito Tributário do CFOAB	(61) 3225-1157 / 99688-6317	jacques@velosodemelo.com.br	
		Antonio Everton Chaves Júnior	Economista	(21) 3804-9200 / 9364	antonioevertonjunior@cnc.org.br	
		Evandro Américo Costa	Economista - Divisão Econômica da CNC	(21) 3804-9371	evandrocosta@cnc.org.br	
Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo	CNC	Arno Gleisner	VP - Coord. do Conselho de Comércio Exterior da Fecomércio/RS	(51) 3378-1029 / 3220-3143	arno.gleisner@gmail.com	
		Daniela Jorge de Brito	Assessora Técnica - Gerência de Implementação e Integração Educacional do SENAC/DN	(21) 2136-5952	desenvolvimento.educacional@senac.br	Vídeo

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
SECRETARIA ESPECIAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

FÓRUM PERMANENTE DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
SECRETARIA ESPECIAL DE MICRO E PEQUENA EMPRESA
FÓRUM PERMANENTE DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

REUNIÃO ORDINÁRIA DOS COMITÊS TEMÁTICOS DO FPMPE

DIA 05/07/2018 - HORA: 09:00H - LOCAL: CNC (SETOR BANCÁRIO NORTE - QUADRA 01 - BLOCO B - Nº 14 - 18º ANDAR - ED. CNC - ASA NORTE - BRASÍLIA/DF)

CT1 - COMITÊ TEMÁTICO DE RACIONALIZAÇÃO LEGAL E BUROCRÁTICA

LISTA DE PRESENÇA

REPRESENTAÇÃO		NOME	CARGO	TELEFONE	EMAIL	ASSINATURA
Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo	CNC	Daniela Papelbaum	Gerente de Desenvolvimento Educacional do SENAC/DN	(21) 2136-5701 / 5740	daniela.papelbaum@senac.br	
		Adelmir Araújo Santana	Vice Presidente	(61) 3038-7500 / 7502	presidencia@fecomerciodf.com.br	
Confederação Nacional da Indústria	CNI	Patricia Fernandes de Carvalho	Especialista	(61) 3317-8940	pfcarvalho@cni.com.br	
		Caroline Letícia Lompa	Especialista	(61) 3317-9477	clompa@cni.com.br	
Confederação Nacional de Serviços	CNS	João Adilberto Pereira Xavier	Diretor Jurídico	(11) 2165-1300	secretaria@cnservicos.org.br	
Confederação Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	COMICRO	José Augustinho Flogiatto	Presidente - FEMICRO/GO	(62) 99975-4732 / 98583-0786	augustinho9@hotmail.com	
Confederação Nacional dos Jovens Empresários	CONAJE	Giovani de Souza Bernardo		(48) 99919-0087	bernardo.giovani@gmail.com	
Confederação Nacional das Micro e Pequenas Empresas e Empreendedores Individuais	CONAMPE	Ercílio Santinoni	Presidente	(41) 3351-7604 / 99155-6300	presidencia@conampe.org.br / erciliosantinoni@hotmail.com	
		Peterson Santana	Presidente	(48) 9.9147-0000	presidente@ampemetropolitana.com.br	
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	CORREIOS	Tânia Regina Teixeira Munari	Assessora	(61) 2141-6280	tmunari@correios.com.br	
		Alex do Nascimento	Gerente Corporativo de Negócios de Exportação	(61) 2141-7487	alexn@correios.com.br	
		Daniel de Oliveira dos Santos	Analista de Comércio Exterior	(61) 2141-7137	dansantos@correios.com.br	
		Andrea da Silva Carreira	Analista de Comércio Exterior	(61) 2141-7448	andreascarreira@correios.com.br	
Instituto Empreender Endeavor	ENDEAVOR	Rodrigo Brandão de Andrade e Silva	Gerente de Advocacy	(11) 9 9485-0735	rodrigo.brandao@endeavor.org.br	
		Fernanda Melo	Analista de Advocacy		fernanda.melo@endeavor.org.br	
Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado da Bahia	FE/BA	Rubia Tatiane Santana de Melo Almeida	Técnica	(71) 3115-7833	rubia.melo@sde.ba.gov.br	

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
SECRETARIA ESPECIAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

FÓRUM PERMANENTE DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
SECRETARIA ESPECIAL DE MICRO E PEQUENA EMPRESA
FÓRUM PERMANENTE DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

REUNIÃO ORDINÁRIA DOS COMITÊS TEMÁTICOS DO FPMPE

DIA 05/07/2018 - HORA: 09:00H - LOCAL: CNC (SETOR BANCÁRIO NORTE - QUADRA 01 - BLOCO B - Nº 14 - 18º ANDAR - ED. CNC - ASA NORTE - BRASÍLIA/DF)

CT1 - COMITÊ TEMÁTICO DE RACIONALIZAÇÃO LEGAL E BUROCRÁTICA

LISTA DE PRESENÇA

REPRESENTAÇÃO		NOME	CARGO	TELEFONE	EMAIL	ASSINATURA
Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado da Bahia	FE/BA	Tiana Régila Mota Góes de Araújo	Assessora Chefe/JUCEB BA	(71) 3326-8072	tiana.araujo@juceb.ba.gov.br	
Forum Estadual de Mic roempresa e Empresa de Pequeno Porte do Estado de Goiás	FE/GO	Larissa R. de Freitas Moreira	Coordenadora da FEMEP/GO	(62) 3201-5531	femep@sed.go.gov.br	Vídeo
Fórum Permanente das Mic roempresas e Empresas de Pequeno Porte do Estado do Paraná - PR	FE/PR	Adriana Cordeiro	Assessora Técnica	(41) 3351-7636	adriana.cordeiro@sepl.pr.gov.br	
		Tania Mara Queiroz Ribas	Ass. do Grupo Intersecretarial de Rel. Inst. em Brasília	(61) 3425-8400	tania.ribas@ccivil.pr.gov.br	
		Carla Maria Naves Ferreira	Controle Interno / Rel. Inst. do PR em Brasília	(61) 3425-8400	carlaferreira@representacao.pr.gov.br	
Secretaria do Desenvolvimento Ec onômico, Ciência e Tecnologia - Rio Grande do Sul	FE/RS	Jorge Imperatore	Coordenador de Microcrédito - SDECT DAMEPP	(51) 3288-5555	jorge-imperatore@sdect.rs.gov.br	
		Rafael Braga Librelotto	Diretor do Departamento de Apoio a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte	(51)3210-5574	rafael-braga@sdect.rs.gov.br	
Fórum Estadual das Mic roempresas e Empresas de Pequeno Porte do Toc antins - Secretaria de Desenvolvimento Ec onômico,	FE/TO	Juliane Barbosa Costa Carneiro	Diretora de Desenvolvimento Econômico	(63) 3218-2183 / 9.9252-2035	julianebcarneiro@hotmail.com	
Federação Nacional das Juntas Comerc iais	FENAJU	Luiz A. Paranhos Velloso Júnior	Presidente - JUCERJA	(21) 2334-5434 / 35	luiz.velloso@jucerja.rj.gov.br / presidencia@jucerja.rj.gov.br	
		Antonio Carlos Marcial Tramm	Presidente da Junta Comercial do Estado da Bahia (JUCEB)	(71) 3326-8020	juceb@juceb.ba.gov.br / actramm@ ig.com.br	
		Sergio Silva Sombra	Presidente da Junta Comercial do Estado do Maranhão	(98) 2106-8522	presidencia@jucema.ma.gov.br; sergiosombra@jucema.ma.gov.br	
		Mauro dos Santos Leônidas	Vice Presidente da Junta Comercial do Estado do Pará (JUCEPA)	(91) 3217-5800 / 5840 / 9 8429-4722 / 9 8443-6655	mauroleonidas16@hotmail.com	
		Letícia Rangel Serrão Chieppe	Presidente da Junta Comercial do Estado do Espírito Santo	(27) 3636-9341	leticia.chieppe@jucees.es.gov.br	
Franco Advogados	FRANCO ADVOGADOS	Renato Scardoa	Advogado	(11) 5052-0571	renato.scardoa@francoadv.com	

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
SECRETARIA ESPECIAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

FÓRUM PERMANENTE DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
SECRETARIA ESPECIAL DE MICRO E PEQUENA EMPRESA
FÓRUM PERMANENTE DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

REUNIÃO ORDINÁRIA DOS COMITÊS TEMÁTICOS DO FPMPE

DIA 05/07/2018 - HORA: 09:00H - LOCAL: CNC (SETOR BANCÁRIO NORTE - QUADRA 01 - BLOCO B - Nº 14 - 18º ANDAR - ED. CNC - ASA NORTE - BRASÍLIA/DF)

CT1 - COMITÊ TEMÁTICO DE RACIONALIZAÇÃO LEGAL E BUROCRÁTICA

LISTA DE PRESENÇA

REPRESENTAÇÃO		NOME	CARGO	TELEFONE	EMAIL	ASSINATURA
Ministério da Indústria, Comérc io Exterior e Serviços	MDIC	José Ricardo de Freitas Martins da Veiga	Secretário Especial	(61) 3411-8345/51	jose.veiga@mdic.gov.br	
		Nizar Ratib Midrei	Diretor	(61) 3411-8442	nizar.midrei@mdic.gov.br	
		João Adolfo de Farias Machado	Chefe de Divisão	(61) 3411-8334	joao.machado@mdic.gov.br	
		Amanda Cristina Paranhos Knup	Supervisora	(61) 3411-8374	amanda.knup@mdic.gov.br	
		Bruno de Araújo Lima Saldanha Martins	Assistente de Administração	(61) 3411-8396	brunoalsm@hotmail.com	
		Matheus Guedes Dantas de Moura	Estagiário	(61) 3411-8382	matheus.moura@mdic.gov.br	
		Marcelo da Costa Oliveira	Assistente de Administração	(61) 3411-8369	mcomarcello@yahoo.com.br	
		Flávio Martins Pimentel	Coordenador	(61) 3411-8388	flavio.pimentel@mdic.gov.br	
		Elias dos Santos Amorim	Supervisor	(61) 3411-8368	elias.amorim@mdic.gov.br	
		Tânia Batista da Silva	Assistente de Administração	(61) 3411-8333	tanialider2@gmail.com	
		Maria José Esteves de Matos	Economista	(61) 3411-8390	maria.esteves@mdic.gov.br	
		Gilvaneide de Jesus Gonçalves	Assistente de Administração			
		André Emediato Barbosa da Silva			andre.silva@mdic.gov.br	
		Anne Caroline Nascimento da Silva	Diretora Substituta	(61) 3411-8303	anne.silva@mdic.gov.br	
		Fábio Santos Pereira Silva	Diretor	(61) 3411-8304	fabio.santos.silva@mdic.gov.br	
Movimento Nac ional da Micro e Pequena Empresa	MONAMPE	Eliane Bento	Diretora/Tesoureira	(44) 3028-6106 / 99912-0144	fampeparmga@gmail.com	

FÓRUM PERMANENTE DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
SECRETARIA ESPECIAL DE MICRO E PEQUENA EMPRESA
FÓRUM PERMANENTE DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

REUNIÃO ORDINÁRIA DOS COMITÊS TEMÁTICOS DO FPMPE

DIA 05/07/2018 - HORA: 09:00H - LOCAL: CNC (SETOR BANCÁRIO NORTE - QUADRA 01 - BLOCO B - Nº 14 - 18º ANDAR - ED. CNC - ASA NORTE - BRASÍLIA/DF)

CT1 - COMITÊ TEMÁTICO DE RACIONALIZAÇÃO LEGAL E BUROCRÁTICA

LISTA DE PRESENÇA

REPRESENTAÇÃO		NOME	CARGO	TELEFONE	EMAIL	ASSINATURA
Movimento Nacional da Micro e Pequena Empresa	MONAMPE	Armando Santos Lira	Diretor e Presidente da Microtiba - Curitiba/PR	(41) 99614-9641 / 3022-5472	armandos.lira@gmail.com	
		Raimundo Nonato Carneiro da Silva	Diretor	(61) 98533-8070	aspromnorte@hotmail.com	
Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB / Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - Sesc oop	OCB / SESCOOP	Leonardo Meira Reis	Analista de Relações Institucionais	(61) 3217-2151	leonardo.reis@ocb.coop.br / representacao@ocb.coop.br	
		Daniel Campos Antunes	Analista/Advogado da OCB	(61) 3217-1512	daniel.antunes@ocb.coop.br; representacao@ocb.coop.br	
Receita Federal do Brasil	RFB	Altemir Linhares de Melo	Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil	(61) 3412 2708	altemir.melo@rfb.gov.br	
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas	SEBRAE	Helena Maria do Pojo Rego	Analista Técnica da Unidade de Políticas Públicas e de Desenvolvimento Territorial	(61) 3348-7223	helena.rego@sebrae.com.br	
		Gabriel Rizza Ferraz	Anal. Téc. da Unidade de Políticas Públicas e de Desenvolvimento Territorial	(61) 3348-7634	gabriel.ferraz@sebrae.com.br	
		Mariana A. Eghrari Pereira	Analista Técnica da Unidade de Assessoria Institucional	(61) 3348-7524	mariana.pereira@sebrae.com.br	
Superintendência da Zona Franca de Manaus	SUFRAMA	Kamyle Medina		(61) 2027-7473	kamyle.rey@suframa.gov.br	
		Adlaide Cavalcanti	Economista		adlaine.cavalcanti@mdic.gov.br	
		Carlos Araújo	Presidente	(89) 98833 8504	Presidencia.geral@gmail.com	
	CNI	JULIO CESAR MOREIRA BARBOSA	ADVOGADO	(61) 3317 9645	JBARBOSA@CNI.COM.BR	
CONRADO LOPES	DREI	ELVIO MARIO DE PÁDUA	ASSISTENTE	61 98269 7091	ELVIO.PADUA@MDIC.GOV.BR	
RENATO PORTO	OAB-DF	RENATO PORTO	COMISSÃO TRIBUTÁRIO	(61) 98356146	RENATO.PORTO.ADVOGADO@GMAIL.COM	
MEC		RODRIGO NOGUEIRA	ASSESSOR	(61) 99857799	RODRIGO.NOGUEIRA@MEC.GOV.BR	
EPIGO		DANIELA VIANNA	Subsecretária	6219 8401 1002	VIANNA.DS@GMAIL.COM	

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
SECRETARIA ESPECIAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

FÓRUM PERMANENTE DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
SECRETARIA ESPECIAL DE MICRO E PEQUENA EMPRESA
FÓRUM PERMANENTE DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

REUNIÃO ORDINÁRIA DOS COMITÊS TEMÁTICOS DO FPMPE

DIA 05/07/2018 - HORA: 09:00H - LOCAL: CNC (SETOR BANCÁRIO NORTE - QUADRA 01 - BLOCO B - Nº 14 - 18º ANDAR - ED. CNC - ASA NORTE - BRASÍLIA/DF)

CT1 - COMITÊ TEMÁTICO DE RACIONALIZAÇÃO LEGAL E BUROCRÁTICA

LISTA DE PRESENÇA

REPRESENTAÇÃO		NOME	CARGO	TELEFONE	EMAIL	ASSINATURA
Luciana Ferreira Freitas	BNB	Banco do Nordeste	Assistente	(61)2102-7609	lucianaf@bnb.gov.br	
MDIC	DAMPE	Gabriel Unicovsk Rocha	Estagiario	(61)8487-9161	gabriel.rocha@mdic.gov.br	
MDIC - ASCOM		Gizella Rodrigues	Assessor	2027-7139	gizella.rodrigues@mdic.gov.br	
MDIC - ASCOM		DAVI HEROLD	Agente adm	2027 7965	DAVI.CARVALHEDO@MDIC.GOV.BR	
MDIC SEMPE/DAMPE		Jaqueline C. Ribeiro	Secretária	3311-8425	jaqueline.ribeiro@mdic.gov.br	
Itaú		Manuel Julio				Vídeo
Itaú		Ana Paula Adala				Vídeo
Itaú		Wellington Vieira				Vídeo
MDIC/SEMPE		Leonardo Ganem				Vídeo
MDIC/SEMPE		EDIVAN S F MIRANDA	ACE	34118365		

FÓRUM PERMANENTE
DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

SECRETARIA ESPECIAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

REGISTRO DE REUNIÃO ORDINÁRIA

TEMA DA REUNIÃO
REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ TEMÁTICO: CT3 – TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

COORDENADOR DE GOVERNO
EDUARDO FLÁVIO MARTINS PIMENTEL SEMPE/MDIC

COORDENADORES DA INICIATIVA PRIVADA
JOSÉ AUGUSTINHO FOGLIATTO COMICRO - Confederação Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

PAUTA	
DESCRIÇÃO	**RESPONSÁVEL**
ITEM 01 – ABERTURA DO COMITÊ TEMÁTICO	COORDENADORES
ITEM 02 – APRESENTAÇÕES E DEBATES	COORDENADORES
ITEM 03 – DISCUSSÕES	COORDENADORES
ITEM 04 – ENCERRAMENTO	COORDENADORES

DATA	HORÁRIO	LOCAL
05/07/2018	14:00 às 15:00	Confederação Nacional do Comércio – SETOR BANCÁRIO NORTE - QUADRA 01 - BLOCO B - Nº 14 - 18º ANDAR - ED. CNC - ASA NORTE - BRASÍLIA/DF

MEMBROS
Lista de presença anexa

REGISTRO DE REUNIÃO

ITEM 01- ABERTURA DO COMITÊ TEMÁTICO

- Aos cinco dias do mês de julho do ano de 2018, às quatorze horas no edifício da Confederação Nacional de Comércio – SBN – Quadra 01, bloco B, n°14, Brasília/DF, reuniram-se os representantes nominados na lista de presença em anexo, para a realização da Reunião Ordinária do Comitê Tecnologia e Inovação do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - FPMPE/2018.
- O diretor da SEMPE, Sr. Nizar Midrei iniciou a Reunião passando a palavra para o Coordenador do Governo, Sr. Flávio Pimentel.
- O Sr. Flávio Pimentel deu boas-vindas aos participantes e concedeu a palavra ao Coordenador da iniciativa privada que saudou os participantes.
- O Sr. Flávio Pimentel iniciou as discussões.

ITEM 2 - APRESENTAÇÕES E DEBATES

- Não houve nenhuma apresentação.

ITEM 3 - DISCUSSÕES

GT DESENVOLVIMENTO E ACESSO À TECNOLOGIAS E INOVAÇÕES

AÇÃO: **Cartilha e Divulgação do Registro de Marcas e Patentes/ Facilitação do Acesso ao Banco de Patentes e Estímulo à Geração de Inteligência e Inovação**. **Proponente: INPI**

- O Coordenador Governamental falou da situação atual da ação, informando que o Acordo de Cooperação Técnica entre o INPI, FENAJU, FENACOM e SEMPE foi assinado na Plenária do FPMPE.
- Ressaltou que essa Ação se encontra em fase de implementação do Acordo que tem prazo de 2 anos.
- Informou da realização de 3 reuniões com os representantes do INPI, FENAJU e FENACOM.
- Destacou que o segundo semestre de 2018 será utilizado para a realização de palestras de sensibilização nos Estados e que o INPI irá utilizar essas palestras para verificar o nível que se encontram os contabilistas, para que em 2019 o objeto do acordo se inicie.
- O Sr. Flávio Pimentel concedeu a palavra ao representante da FENAJU, o Sr. Leônidas.
- O Sr. Leônidas informou que as cidades beneficiadas pelo acordo já foram indicadas, adicionando que a FENAJU e FENACOM irão indicar as mesmas cidades a serem beneficiadas.
- O Sr. Flávio destacou que o Acordo irá capacitar quem atende às microempresas e empresas de pequeno porte.
- O Sr. Antônio Chaves da CNC destacou que é importante que as entidades do Fórum a divulguem nos seus sítios eletrônicos.
- O Coordenador Governamental destacou que a SEMPE tem uma verba destinada para essa divulgação.
- O Sr. Flávio informou que a Cartilha para utilização nos treinamentos deverá ficar pronta até o final do ano de 2018.

Marco Legal da Inovação e Acesso à Tecnologia: Proponente: COMICRO

- O Coordenador Governamental falou da elaboração de um estudo com uma linguagem acessível para as MPE's.
- Destacou que o Analista de Comércio Exterior Leonardo Ganem está elaborando essa minuta com os benefícios que atingem as MPE's.
- O Sr. José Augustinho destacou a importância dessa Ação e a necessidade de capacitar às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, para que assim elas possam usufruir ao máximo dos benefícios, seja desse Marco Legal, seja de outros assuntos atinentes às MPE's.
- Os representantes do Fórum solicitaram que antes da divulgação da minuta, que a mesma fosse divulgada.
- O Sr. Nizar Midrei informou que todos os documentos elaborados no âmbito do Fórum são divulgados para validação dos participantes.
- Destacou ainda que se faz necessária a divulgação dessa "cartilha" após a finalização.
- O Sr. Nizar destacou que a SEMPE irá propor a criação de um cartão, no presente Comitê, para discutir a produtividade das MPE's usando o **Sistema Brasileiro de Respostas Técnicas** como base, no sentido de melhorar a produtividade. A ABDI manifestou o interesse em participar dessa ação com a SEMPE.
- O Sr. José Augustinho ratificou que é importante a criação dessa ação, para que seja utilizado na ponta pelas MPE's.
- O Sr. Flávio agradeceu a colocação do Diretor da SEMPE e acrescentou a inclusão do Brasil mais produtivo, SIBRATEC e SEBRAETEC.
- O Sr. Representante da ABSCM solicitou que na próxima reunião fosse realizada uma apresentação a respeito do Sistema Brasileiro de Respostas Técnicas.

GT ECOSSISTEMAS DE INOVAÇÃO

AÇÃO: **Lei do Bem – MPE**

- O Sr. Flávio Pimentel falou da profunda discussão que já aconteceu a respeito do tema e destacou que a conclusão foi que as MPE's optantes pelo Simples nacional não poderiam usufruir desse novo benefício fiscal.
- O Representante do Ministério da Fazenda informou que essa questão tem sido debatida pela Receita Federal e destacou que seria muito bem-vinda a ajuda da SEMPE.

AÇÃO: Marco Legal Startups: Proponente: CONAJE

- O Sr. Flávio Pimentel identificou a dificuldade de se definir startup, para então se começar a rascunhar um marco legal das Startups.
- Destacou que somente após a pesquisa que está sendo realizada pela SEMPE, sobre a compilação de dados de definições de Startup, seria possível unir esforços com o MCTIC a respeito do tema.
- O Sr. Nizar Midrei ressaltou o Projeto de Lei n° 462/2017, proposto pelo Deputado Otávio Leite, que cria o Inova Simples, **além de definir Startup**. O Projeto de Lei referido também cria um novo tipo societário. O Diretor convocou os participantes do Fórum para que esforços sejam envidados na definição de Startup.
- Os participantes do Fórum demonstraram a preocupação na definição da Startup, e ressaltaram a preocupação na criação de um novo tipo societário específico para as Startups.
- O Sr. Diretor Nizar Midrei destacou que o MEI é uma porta de entrada para novos empreendedores no mercado formal e que as Startups poderiam ser enquadradas como MEI, porém com a possibilidade de ter sócios.
- E finalizou, salientando que aprofundarão as discussões nos grupos de trabalho. Da mesma forma que ressaltou que o Deputado Otávio Leite poderá ser o interlocutor dos interesses das MPE's no PL do Inova Simples.

AÇÃO: Fortalecimento e descontingenciamento do Fundo Verde e Amarelo (FINEP) e sua utilização apara estimular a Inovação tecnológica das MPE's

- O Sr. Flávio Pimentel informou que o tema já foi amplamente discutido e esclarecido tanto nas reuniões dos grupos de trabalho, como em outras reuniões do Comitê.
- Informou que essa proposta foi desdobrada em 2 ações.
- **A 1ª ação** é a elaboração de um **guia da inovação** semelhante ao MEI Tools específico para as MPE's, com linguagem acessível para Micro e Pequenas empresas.
- Informou de uma reunião realizada na CNI, destacando que está na agenda da CNI fazer uma compilação dos programas acessíveis para as MPE's. Na mesma reunião foi informado que o IEL está preparando um treinamento para as MPE's poderem usar os programas acessíveis voltados para a Inovação.
- **A 2ª ação** foi a edição de uma **Moção de Apoio** ao Projeto de Lei nº 5.876 de 2016, do Deputado Federal Celso Pansera, que decreta que dos recursos que compõem o Fundo Social do pré-sal, criado pela Lei n° 12.351, de 22 de dezembro de 2010, vinte e cinco por cento (25%) serão obrigatoriamente destinados a programas e projetos nas áreas de Ciência e Tecnologia, conforme regulamento do Poder Executivo.
- O Sr. Nizar Midrei fez uma colocação a respeito da moção de apoio, ressaltando o quão importante é a aprovação do Projeto de Lei, porém ressaltou a necessidade que o relator inclua no Projeto de Lei a destinação de, pelo menos, 20% dos 25% dos recursos às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.
- O Sr. Flávio informou que a SEMPE irá circular o texto da moção de apoio com as alterações necessárias.

BANCO DE PROPOSTAS

Criação da Sala Virtual do Empreendedor. Proponente: CONAMPE.

- O Sr. Flávio informou que houve uma apresentação sobre o "Programa Sebrae Digital", conteúdos e serviços digitais, aplicativos, vídeos e cursos a distância, pelo Sr. Francisco Florêncio Canindé Filho, Analista do Sebrae e Coordenador do Portal Sebrae.
- Destacou que a ação foi considerada concluída, e houve o arquivamento examinado pelo Grupo de Trabalho.

Fortalecimento da Sala do Empreendedor. Proponente: CONAJE.

- O Coordenador Flávio fez um breve relato da apresentação do representante da CONAJE e Secretário de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de Tubarão – SC sobre o projeto da nova Sala do Empreendedor de Tubarão.

- O Sr. Flávio relembrou da ideia surgida no âmbito do Fórum, na qual será definido um Projeto padrão de instalações físicas de uma Sala do Empreendedor para serem adotados nos projetos de transferência de recursos de emendas parlamentares para a Secretaria, visando a construção, desenvolvimento, compra de equipamento, melhorias nas salas de empreendedores.
- Ressaltou, ainda, a possibilidade de mais emendas parlamentares para outros projetos, e que depende apenas da solicitação da sociedade, através de entidades de apoio, para pressionarem os parlamentares.
- Os participantes do Fórum destacaram a importância da Sala do empreendedor, utilizaram o exemplo de Alagoas e suas prefeituras.

Portal MPE. Proponente: CONAJE

- Adicionada pelo Sr. Flávio Pimentel na realização do último grupo de trabalho do Comitê. A ideia é que os membros do Fórum possam colaborar no que está sendo construído pela SEMPE, com conteúdo e forma.
- O Sr. Nizar Midrei informou da decisão do Governo Federal, por meio de uma parceria com a SEMPRE, SEBRAE, Receita Federal e a Casa Civil, de criar um portal REDESIM. Será um portal para o empreendedor de simplificação de registro, abertura, operação e encerramento. Porém, não será apenas um portal de registro, terá módulos específicos para capacitação, acesso à crédito, exportação, dentre outros.
- O Sr. Diretor informou que a elaboração do portal está na competência da Secretaria, porém abriu ao Fórum a possibilidade de uma elaboração a várias mãos, com as demandas das entidades e sociedade.
- A CONAJE se manifestou, informando que irá participar dos debates a respeito da construção das funcionalidades no Portal.

Fundo de Aval para Inovação. Proponente: CONAJE

- Segundo o Sr. Flávio Pimentel, existem 5 fundos de aval no Brasil. Um deles é o Fundo de Aval do SEBRAE, o FAMPE. Esse fundo disponibiliza financiamentos para iniciativas de apoio à MPE's de inovação.
- A ideia seria na próxima Reunião do Grupo de Trabalho trazer um representante da SEBRAE para explicar melhor o FAMPE.
- O Sr. José Augustinho acrescentou que é importante entender melhor o Fundo de Aval.

ITEM 4 - ENCERRAMENTO

- O Sr. Nizar Midrei encerrou a reunião, agradecendo a presença de todos.

FÓRUM PERMANENTE
DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

SECRETARIA ESPECIAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

LISTA DE PRESENÇA

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
SECRETARIA ESPECIAL DE MICRO E PEQUENA EMPRESA
FÓRUM PERMANENTE DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

REUNIÃO ORDINÁRIA DOS COMITÊS TEMÁTICOS DO FPMPE

DIA 05/07/2018 - HORA: 14:00H - LOCAL: CNC (SETOR BANCÁRIO NORTE - QUADRA 01 - BLOCO B - Nº 14 - 18º ANDAR - ED. CNC - ASA NORTE - BRASÍLIA/DF)

CT3 - COMITÊ TEMÁTICO DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

LISTA DE PRESENÇA

REPRESENTAÇÃO		NOME	CARGO	TELEFONE	EMAIL	ASSINATURA
Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos	ABIMAQ	Walter Filippetti	Diretor de Relações Governamentais	(61) 3364-0521	walter.filippetti@abimaq.org.br	
		Eduardo Galvão	Gerente Executivo de Relações Governamentais	(61) 3364-0521	eduardo.galvao@abimaq.org.br	
Associação Brasileira da Indústria de Panificação e Confeitaria	ABIP	Gilson Pereira Santos	Advogado	(31) 9.8488-3704	gilson@advminas.com.br	
Associação Brasileira das Sociedades de Microcrédito	ABSCM	Rubens de Andrade Neto	Diretor	(21) 3852-4797	rubens@socialcred.com.br	
Associação Brasileira do Segmento de Reforma de Pneus	ABR	Eduardo Martins		(11) 97682-6079	comercial@abr.org.br	
Associação Nacional dos Sindicatos da Micro e Pequena Indústria	ASSIMPI	George Doi	Gerente de Negócios	(11) 3145-1278	george@simpi.org.br	
Banco Santander Brasil	BANCO SANTANDER	Alexandre Villas Boas Fontenelle		(11) 3553-7536 / 9.9144-3959	afontenelle@santander.com.br	
Banco Bradesco	BANCO BRADESCO	Elder Carlos de Carvalho	Gerente Comercial de Produtos - Nichos de Mercado	(11) 3684-7324/99690-8747	elder.carvalho@bradesco.com.br	
		Rinaldo de Martini	Gerente Departamento de Empréstimos e Financiamentos	(11) 3684-7722	rinaldo.martini@bradesco.com.br	
Caixa Econômica Federal	BANCO CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	Saulo Mendes Passos Briglia	Gerente de Clientes e Negócios	(61) 3206-9913	saulo.passos@caixa.gov.br	
Central Brasileira do Setor de Serviços	CEBRASSE	Renato Fortuna Campos		(31) 9.8434-9132	seacmg@seacmg.com.br	
		Adriana Saliba	Advogada	(31) 3278-3008	gerencia@seacmg.com.br	
Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo	CNC	Antonio Everton Chaves Júnior	Economista	(21) 3804-9200 / 9364	antonioevertonjunior@cnc.org.br	
		Arno Gleisner	VP - Coord. do Conselho de Comércio Exterior da Fecomércio/RS	(51) 3378-1029 / 3220-3143	arno.gleisner@gmail.com	

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
SECRETARIA ESPECIAL DE MICRO E PEQUENA EMPRESA
FÓRUM PERMANENTE DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

REUNIÃO ORDINÁRIA DOS COMITÊS TEMÁTICOS DO FPMPE

DIA 05/07/2018 - HORA: 14:00H - LOCAL: CNC (SETOR BANCÁRIO NORTE - QUADRA 01 - BLOCO B - Nº 14 - 18º ANDAR - ED. CNC - ASA NORTE - BRASÍLIA/DF)

CT3 - COMITÊ TEMÁTICO DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

LISTA DE PRESENÇA

REPRESENTAÇÃO		NOME	CARGO	TELEFONE	EMAIL	ASSINATURA
Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo	**CNC**	Charles Dickens Ázara Amaral	Presid. do Sindicato das Emp. de Serviços de Informática do DF	(61) 3201-6869 / 3039-5500	rcinicial@gmail.com	
		Adelmir Araújo Santana	Vice Presidente	(61) 3038-7500 / 7502	presidencia@fecomerciodf.com.br	
Confederação Nacional da Indústria	**CNI**	Afonso de Carvalho Costa Lopes	Analista	(61) 3317-9128	afonso.lopes@cni.com.br	
		Suzana Squeff Peixoto Silviera	Especialista	(61) 3317-9483	suzana@cni.com.br / representacao@cni.com.br	
Confederação Nacional de Serviços	**CNS**	João Adilberto Pereira Xavier	Diretor Jurídico	(11) 2165-1300	secretaria@cnservicos.org.br	
Confederação Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	**COMICRO**	José Augustinho Flogiatto	Presidente - FEMICRO/GO	(62) 99975-4732 / 98583-0786	augustinho9@hotmail.com	
Confederação Nacional dos Jovens Empresários	**CONAJE**	Giovani de Souza Bernardo		(48) 99919-0087	bernardo.giovani@gmail.com	
Confederação Nacional das Micro e Pequenas Empresas e Empreendedores Individuais	**CONAMPE**	Ercílio Santinoni	Presidente	(41) 3351-7604 / 99155-6300	presidencia@conampe.org.br / erciliosantinoni@hotmail.com	
		Peterson Santana	Presidente	(48) 9.9147-0000	presidente@ampemetropolitana.com.br	
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	**CORREIOS**	Tânia Regina Teixeira Munari	Assessora	(61) 2141-6280	tmunari@correios.com.br	
		Alex do Nascimento	Gerente Corporativo de Negócios de Exportação	(61) 2141-7487	alexn@correios.com.br	
		Daniel de Oliveira dos Santos	Analista de Comércio Exterior	(61) 2141-7137	dansantos@correios.com.br	
		Andrea da Silva Carreira	Analista de Comércio Exterior	(61) 2141-7448	andreascarreira@correios.com.br	
Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado da Bahia	**FE/BA**	Rubia Tatiane Santana de Melo Almeida	Técnica	(71) 3115-7833	rubia.melo@sde.ba.gov.br	

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
SECRETARIA ESPECIAL DE MICRO E PEQUENA EMPRESA
FÓRUM PERMANENTE DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

REUNIÃO ORDINÁRIA DOS COMITÊS TEMÁTICOS DO FPMPE

DIA 05/07/2018 - HORA: 14:00H - LOCAL: CNC (SETOR BANCÁRIO NORTE - QUADRA 01 - BLOCO B - Nº 14 - 18º ANDAR - ED. CNC - ASA NORTE - BRASÍLIA/DF)

CT3 - COMITÊ TEMÁTICO DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

LISTA DE PRESENÇA

REPRESENTAÇÃO		NOME	CARGO	TELEFONE	EMAIL	ASSINATURA
Forum Estadual de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte do Estado de Goiás	FE/GO	Larissa R. de Freitas Moreira	Coordenadora da FEMEP/GO	(62) 3201-5531	femep@sed.go.gov.br	
		Sérgio Menezes	Diretor de Indústria, Comércio e Serviços		diretoriadics@gmail.com; gabinetesedeme@gmail.com	Vídeo
Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Estado do Paraná - PR	FE/PR	Adriana Cordeiro	Assessora Técnica	(41) 3351-7636	adriana.cordeiro@sepl.pr.gov.br	
		Tania Mara Queiroz Ribas	Ass. do Grupo Intersecretarial de Rel. Inst. em Brasília	(61) 3425-8400	tania.ribas@ccivil.pr.gov.br	
		Carla Maria Naves Ferreira	Controle Interno / Rel. Inst. do PR em Brasília	(61) 3425-8400	carlaferreira@representacao.pr.gov.br	
Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia - Rio Grande do Sul	FE/RS	Jorge Imperatore	Coordenador de Microcrédito - SDECT DAMEPP	(51) 3288-5555	jorge-imperatore@sdect.rs.gov.br	
		Rafael Braga Librelotto	Diretor do Departamento de Apoio a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte	(51)3210-5574	rafael-braga@sdect.rs.gov.br	
Fórum Estadual das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Tocantins - Secretaria de Desenvolvimento Econômico,	FE/TO	Juliane Barbosa Costa Carneiro	Diretora de Desenvolvimento Econômico	(63) 3218-2183 / 9.9252-2035	julianebcarneiro@hotmail.com	
Federação Nacional das Juntas Comerciais	FENAJU	Luiz A. Paranhos Velloso Júnior	Presidente - JUCERJA	(21) 2334-5434 / 35	luiz.velloso@jucerja.rj.gov.br / presidencia@jucerja.rj.gov.br	
		Vladimir Oliani	Presidente da JC do Estado de Rondônia	(69) 3216-8622	gabinete@jucer.ro.gov.br; vladmiroliani@hotmail.com	
		Mauro dos Santos Leônidas	Vice Presidente da Junta Comercial do Estado do Pará (JUCEPA)	(91) 3217-5800 / 5840 / 9 8429-4722 / 9 8443-6655	mauroleonidas16@hotmail.com	
		Letícia Rangel Serrão Chieppe	Presidente da Junta Comercial do Estado do Espírito Santo	(27) 3636-9341	leticia.chieppe@jucees.es.gov.br	
Instituto Nacional da Propriedade Industrial	INPI	Michele de Moraes Sedrez	Coordenadora de Relações Institucionais do DF	(61) 3224-1114	msedrez@inpi.gov.br	
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	MCTIC	Jorge Mario Campagnolo	Diretor do Departamento de Políticas e Programas de Apoio à Inovação	(61) 2033-8062	campagnolo@mctic.gov.br	

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
SECRETARIA ESPECIAL DE MICRO E PEQUENA EMPRESA
FÓRUM PERMANENTE DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

REUNIÃO ORDINÁRIA DOS COMITÊS TEMÁTICOS DO FPMPE

DIA 05/07/2018 - HORA: 14:00H - LOCAL: CNC (SETOR BANCÁRIO NORTE - QUADRA 01 - BLOCO B - Nº 14 - 18º ANDAR - ED. CNC - ASA NORTE - BRASÍLIA/DF)

CT3 - COMITÊ TEMÁTICO DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

LISTA DE PRESENÇA

REPRESENTAÇÃO		NOME	CARGO	TELEFONE	EMAIL	ASSINATURA
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	MCTIC	Diogo Bezerra Borges	Analista e Ciência e Tecnologia	(61) 2033-8230	diogo.borges@mctic.gov.br	
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	MDIC	Nizar Ratib Midrei	Diretor	(61) 3411-8442	nizar.midrei@mdic.gov.br	
		João Adolfo de Farias Machado	Chefe de Divisão	(61) 3411-8334	joao.machado@mdic.gov.br	
		Amanda Cristina Paranhos Knup	Supervisora	(61) 3411-8374	amanda.knup@mdic.gov.br	
		Bruno de Araújo Lima Saldanha Martins	Assistente de Administração	(61) 3411-8396	brunoalsm@hotmail.com	
		Matheus Guedes Dantas de Moura	Estagiário	(61) 3411-8382	matheus.moura@mdic.gov.br	
		Marcelo da Costa Oliveira	Assistente de Administração	(61) 3411-8369	mcomarcello@yahoo.com.br	
		Flávio Martins Pimentel	Coordenador	(61) 3411-8388	flavio.pimentel@mdic.gov.br	
		Elias dos Santos Amorim	Supervisor	(61) 3411-8368	elias.amorim@mdic.gov.br	
		Tânia Batista da Silva	Assistente de Administração	(61) 3411-8333	tanialider2@gmail.com	
		Maria José Esteves de Matos	Economista	(61) 3411-8390	maria.esteves@mdic.gov.br	
		Gilvaneide de Jesus Gonçalves	Assistente de Administração			
		André Emediato Barbosa da Silva			andre.silva@mdic.gov.br	
		Anne Caroline Nascimento da Silva	Diretora Substituta	(61) 3411-8303	anne.silva@mdic.gov.br	
Movimento Nacional da Micro e Pequena Empresa	MONAMPE	Eliane Bento	Diretora/Tesoureira	(44) 3028-6106 / 99912-0144	fampeparmga@gmail.com	

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
SECRETARIA ESPECIAL DE MICRO E PEQUENA EMPRESA
FÓRUM PERMANENTE DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

REUNIÃO ORDINÁRIA DOS COMITÊS TEMÁTICOS DO FPMPE

DIA 05/07/2018 - HORA: 14:00H - LOCAL: CNC (SETOR BANCÁRIO NORTE - QUADRA 01 - BLOCO B - Nº 14 - 18º ANDAR - ED. CNC - ASA NORTE - BRASÍLIA/DF)

CT3 - COMITÊ TEMÁTICO DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

LISTA DE PRESENÇA

REPRESENTAÇÃO		NOME	CARGO	TELEFONE	EMAIL	ASSINATURA
Movimento Nacional da Micro e Pequena Empresa	MONAMPE	Armando Santos Lira	Diretor e Presidente da Microtiba - Curitiba/PR	(41) 99614-9641 / 3022-5472	armandos.lira@gmail.com	
		Raimundo Nonato Carneiro da Silva	Diretor	(61) 98533-8070	aspromnorte@hotmail.com	
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas	SEBRAE	Helena Maria do Pojo Rego	Analista Técnica da Unidade de Políticas Públicas e de Desenvolvimento Territorial	(61) 3348-7223	helena.rego@sebrae.com.br	
		Mariana A. Eghrari Pereira	Analista Técnica da Unidade de Assessoria Institucional	(61) 3348-7524	mariana.pereira@sebrae.com.br	
Superintendência da Zona Franca de Manaus	SUFRAMA	Kamyle Medina	Economista	(61) 2027-7473	kamyle.rey@suframa.gov.br	
		Adlaide Cavalcanti	Economista		adlaine.cavalcanti@mdic.gov.br	
SESU - MEC	SESU	Rodrigo H.D. Nowaki	Assistente	(61) 99851 7739	rodrigo.nowaki@mec.gov.br	Rodrigo Nowaki
SESU - MEC	SESU	Edson Sadao	Assessor	(11) 99105-6306	esadao@fei.edu.br	
FENAJV	JUCEMA	SERGIO SOMBRA	PRESIDENTE	(98) 98725 8308	[illegible]	
Jeragee	JUCEAL	Carlos Araújo	Presidente	(82) 98833-8504	presidencia.juceal@gmail.com	
Banco do Nordeste	BNB	Natália Murad	Consultor	(61) 2102-7600	nataliamurad@bnb.gov.br	
BANCO DO NORDESTE	BNB	Fábio Lúcio Cardoso	Assessor	(61) 2102-7600	FLUCIO@BNB.GOV.BR	
DAMPE	MDIC	Gabriel Vinicius R.R	Estágiario	(61) 98487-9161	gabriel.rocha@mdic.gov.br	Gabriel Roa
DAMPE/SEMPE/MDIC		Leonardo Ganem				Vídeo

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
SECRETARIA ESPECIAL DE MICRO E PEQUENA EMPRESA
FÓRUM PERMANENTE DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

REUNIÃO ORDINÁRIA DOS COMITÊS TEMÁTICOS DO FPMPE

DIA 05/07/2018 - HORA: 14:00H - LOCAL: CNC (SETOR BANCÁRIO NORTE - QUADRA 01 - BLOCO B - Nº 14 - 18º ANDAR - ED. CNC - ASA NORTE - BRASÍLIA/DF)

CT3 - COMITÊ TEMÁTICO DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

LISTA DE PRESENÇA

REPRESENTAÇÃO		NOME	CARGO	TELEFONE	EMAIL	ASSINATURA
MDIC	MDIC	André Emedeiro [illegible]	Administrador	61999275494	andre.silva@mdic.gov.br	[illegible]
MDIC	DAMPE	Jaqueline C. Ribeiro	Secretária	3411-8425	jaqueline.ribeiro@mdic.gov.br	[illegible]

MARCO LEGAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Decreto nº 9.283, de 07 de fevereiro de 2018

Rafael Wandrey

Secretaria de Inovação e Novos Negócios

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC

Brasília, 23 de maio de 2018.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS

BRASIL GOVERNO FEDERAL

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

BRASIL GOVERNO FEDERAL

Cenário para Inovação

- ✓ **Conhecimento** – Científico e Tecnológico;
- ✓ **Pessoas** – Cientistas, Pesquisadores e Empreendedores;
- ✓ **Infraestrutura** – Laboratórios, Instalações e Equipamentos;
- ✓ **Recursos Financeiros** – Públicos e Privados;
- ✓ **Segurança** – Jurídica, Administrativa, Política, Econômica e Social;
- ✓ **Estímulos** – Ambiente Criativo, Competitividade, Incentivos.

Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação

(Lei Nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016)

Altera nove Leis para Estimular o Desenvolvimento Científico, a Pesquisa, a Capacitação Científica e Tecnológica, e Inovação (18 Artigos):

- ✓ Lei de Inovação - 10.973 (02/12/2004)
- ✓ Lei das Fundações de Apoio – 8.958 (20/12/1994)
- ✓ Lei de Licitações e Contratos - 8.666 (21/06/1993)
- ✓ Regime Diferenciado de Contratações Públicas – 12.462 (04/08/2011)
- ✓ Lei do Magistério Federal – 12.772 (28/12/2012)
- ✓ Lei do Estrangeiro - 6.815 (19/08/1980)
- ✓ Lei de Importações de Bens para Pesquisa - 8.010 (29/03/1990)
- ✓ Lei de Isenções ou Redução de Imposto de Importação – 8.032 (12/04/1990)
- ✓ Lei das Contratações Temporárias – 8.745 (09/12/1993)

Marco Legal da CT&I

Princípios e Diretrizes:

- ✓ Promoção das atividades científicas e tecnológicas como estratégicas para o **desenvolvimento econômico** e **social**;
- ✓ Promoção da **cooperação e interação** entre os entes públicos, entre os setores público e privado, e entre empresas;
- ✓ Incentivo à constituição de **ambientes favoráveis à inovação** e às atividades de **transferência de tecnologia**;
- ✓ Estímulo à atividade de **inovação** nas Instituições Científica, Tecnológica e de Inovação (ICTs) e nas empresas;
- ✓ Simplificação de procedimentos para **gestão de projetos de ciência**, tecnologia e inovação e adoção de **controle por resultados** em sua avaliação;

Marco Legal da CT&I

Resultados Esperados:

- ✓ **Simplificação** da gestão, controle e regulamentação de projetos de C,T&I;
- ✓ **Pacificação** e clareza no uso e na interpretação dos mecanismos regulatórios inerentes às atividades de P,D&I;
- ✓ **Estímulo** à competitividade e à eficiência dos institutos públicos e privados de P,D&I;
- ✓ **Ampliação** da segurança jurídica no desenvolvimento de projetos de pesquisa compartilhados e na transferência de tecnologia;
- ✓ **Facilitação** e **viabilização**, ágil e desburocratizada da cooperação entre empresa, academia e governo;
- ✓ **Ampliação** do investimento sobretudo privado em atividades de P&D;
- ✓ **Estímulo** ao Desenvolvimento Tecnológico e Inovação.

Decreto de Regulamentação do Marco Legal da C,T&I

(Decreto nº 9.283, de 07 de fevereiro de 2018)

Regulamenta cinco Leis e um Decreto para Estabelecer Medidas de Incentivo à Inovação e à Pesquisa Científica e Tecnológica no Ambiente Produtivo, com vistas à Capacitação Tecnológica, ao Alcance da Autonomia Tecnológica e ao Desenvolvimento do Sistema Produtivo Nacional e Regional (84 Artigos):

- ✓ **Marco Legal da C,T&I – 13.243 (11/01/2016)**
- ✓ **Lei de Inovação - 10.973 (02/12/2004)**
- ✓ Lei de Licitações e Contratos - 8.666 (21/06/1993)
- ✓ Lei de Importações de Bens para Pesquisa - 8.010 (29/03/1990)
- ✓ Lei de Isenções ou Redução de Imposto de Importação – 8.032 (12/04/1990)
- ✓ Decreto das Atividades Aduaneiras e Operações de Comércio Exterior - 6.759 (05/02/2009)

Decreto de Regulamentação do Marco Legal da C,T&I

Estruturação:

- ✓ **Capítulo I** - Disposições Preliminares (Art. 1º e Art. 2º)
- * ✓ **Capítulo II** - Estímulo à Construção de **Ambientes** Especializados e Cooperativos de Inovação (Art. 3º ao Art. 10º)
  - ✓ Seção I – Alianças Estratégicas e Projetos de Cooperação
  - ✓ Seção II – Participação Minoritária no Capital e Fundos de Investimentos
  - ✓ Seção III – Ambientes Promotores de Inovação
- * ✓ **Capítulo III** - Estímulo à **Participação** da Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação no **Processo de Inovação** (Art. 11º ao Art. 18º)
  - ✓ Seção I – Transferência de Tecnologia
  - ✓ Seção II – Política de Inovação da Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação
  - ✓ Seção III – Internacionalização da Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação

Decreto de Regulamentação do Marco Legal da C,T&I

Estruturação (continuação):

* ✓ **Capítulo IV** - Estímulo à **Inovação nas Empresas** (Art. 19º ao Art. 33º)
  - ✓ Seção I – Disposições Gerais
  - ✓ Seção II – Subvenção Econômica
  - ✓ Seção III – Apoio a Projetos
  - ✓ Seção IV – Bônus Tecnológico
  - ✓ Seção V – Encomenda Tecnológica
    - ✓ Subseção I – Disposições Gerais
    - ✓ Subseção II – Formas de Remuneração
    - ✓ Subseção III – Fornecimento à Administração

Decreto de Regulamentação do Marco Legal da C,T&I

Estruturação (continuação):

- ✓ **Capítulo V** - Instrumentos Jurídicos de **Parceria** (Art. 34º ao Art. 45º)
  - ✓ Seção I – Termo de Outorga
  - ✓ Seção II – Acordo de Parceria para P,D&I
  - ✓ Seção III – Convênio para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
    - ✓ Subseção I – Celebração do Convênio para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
    - ✓ Subseção II – Execução do Convênio para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
- ✓ **Capítulo VI** - **Alterações Orçamentárias** (Art. 46º)

Decreto de Regulamentação do Marco Legal da C,T&I

Estruturação (continuação):

- ✓ **Capítulo VII - Prestação de Contas** (Art. 47º ao Art. 60º)
  - ✓ Seção I – Disposições Gerais
  - ✓ Seção II – Monitoramento e Avaliação
  - ✓ Seção III – Prestação de Contas Final
- ✓ **Capítulo VIII - Contratação de Produtos** para P&D (Art. 61º ao Art. 70º)
  - ✓ Seção I – Procedimentos Especiais para Dispensa de Licitação de Obras e Serviços de Engenharia enquadrados como Produtos de P&D
  - ✓ Seção II – Dispensa da Documentação para Aquisição de Produtos para Pronta Entrega
  - ✓ Seção III – Disposições Gerais sobre Contratação de Produtos de P&D
- *✓ **Capítulo IX - Importação de Bens** para PD&I (Art. 71º e Art. 72º)
- ✓ **Capítulo X** - Disposições Finais (Art. 73º ao Art. 84º)

Regulamentação do Marco Legal

Alianças Estratégicas e Projetos de Cooperação

Ampliação dos estímulos à constituição de alianças estratégicas e o desenvolvimento de projetos de cooperação que envolvam empresas, ICT e entidades privadas sem fins lucrativos, podendo contemplar:

- ✓ Ações de **empreendedorismo tecnológico** e de criação de **ambientes promotores da inovação;**
- ✓ **Parceiros estrangeiros**, especialmente quando da atração de Centros de P,D&I de empresas estrangeiras;
- ✓ Formação e capacitação de **recursos humanos** qualificados.

*

Regulamentação do Marco Legal
Participação Minoritária e Fundo de Investimento

As ICT públicas integrantes da administração pública indireta, as agências de fomento, as empresas públicas e as sociedades de economia mista estão autorizadas a participar minoritariamente do capital social de empresas.

- ✓ A entidade estabelecerá a sua **política de investimento** direto e indireto;
- ✓ O investimento poderá ser de forma direta, na **empresa**, com ou sem coinvestimento com investidor privado; ou de forma indireta, por meio de **fundos de investimento;**
- ✓ Facilidades quando a ICT pública aporta somente contribuição não financeira ou o investimento da ICT pública seja inferior a cinquenta por cento e haja coinvestimento com investidor privado;

*

Regulamentação do Marco Legal

Ambientes Promotores da Inovação

A administração pública direta, as agências de fomento e as ICT poderão apoiar a criação, a implantação e a consolidação de ambientes promotores da inovação

- ✓ **Ceder o uso de imóveis** à entidade privada, com ou sem fins lucrativos, ou diretamente às empresas e às ICT interessadas;
- ✓ Participar da **criação e da governança** das entidades gestoras;
- ✓ Conceder, quando couber, financiamento, subvenção econômica, outros tipos de apoio financeiro reembolsável ou não reembolsável e incentivos fiscais e tributários, para a **implantação e a consolidação de ambientes promotores da inovação;**
- ✓ **Disponibilizar espaço** em prédios compartilhados.

*

Regulamentação do Marco Legal

Transferência de Tecnologia

Facilidades para a transferência de tecnologia de ICT pública para o setor privado.

- ✓ A **realização de licitação** é dispensável;
- ✓ Definição pela ICT da modalidade de oferta a ser adotada, podendo incluir **concorrência pública** e **negociação direta**;
- ✓ A ICT pública poderá **ceder os seus direitos sobre a criação** ao criador, para que os exerça em seu próprio nome e sob a sua inteira responsabilidade, ou a terceiro, mediante remuneração.

*

Regulamentação do Marco Legal

Política de Inovação

A ICT de direito público deverá instituir sua política de inovação que disporá sobre:

- ✓ A organização e a gestão dos processos que orientarão a **transferência de tecnologia**;
- ✓ A **geração de inovação** no ambiente produtivo incluindo:
  - ✓ A participação, a remuneração, o **afastamento e a licença de servidor** ou empregado público nas atividades decorrentes das disposições deste Decreto;
  - ✓ A captação, a gestão e a aplicação das **receitas próprias** decorrentes das disposições deste Decreto;
  - ✓ A qualificação e a avaliação do uso da adoção dos **resultados** decorrentes de atividades e projetos de pesquisa;
  - ✓ O atendimento ao **inventor independente**.

*

Regulamentação do Marco Legal

Política de Inovação

Continuação:

- ✓ A administração pública poderá conceder ao pesquisador público licença não remunerada para **constituir empresa** com a finalidade de desenvolver atividade empresarial relativa à inovação;
- ✓ O NIT poderá ser constituído com **personalidade jurídica própria**, como entidade privada sem fins lucrativos, inclusive sob a forma de fundação de apoio;
- ✓ A representação da ICT pública, no âmbito de sua política de inovação, poderá ser delegada ao **gestor do Núcleo de Inovação Tecnológica.**

*

Regulamentação do Marco Legal

Estímulo à Inovação nas Empresas

- ✓ **Subvenção Econômica**
  - ✓ Admitida sua destinação para despesas de **capital** e **custeio**;
  - ✓ Demanda contrapartida por parte da empresa beneficiária;
  - ✓ A FINEP credenciará agências regionais, estaduais e locais para aumentar a capilaridade dos programas de concessão a MPEs. Além disso adotará procedimentos simplificados para MPEs.

*

Regulamentação do Marco Legal

Estímulo à Inovação nas Empresas

- ✓ **Encomenda Tecnológica**
- ✓ Contratar diretamente **ICT pública ou privada**, entidades de direito privado sem fins lucrativos ou **empresas**, isoladamente ou em consórcio;
- ✓ Contratada deve ser voltadas para atividades de pesquisa e de reconhecida capacitação tecnológica no setor
- ✓ Realização de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação que envolvam **risco tecnológico**, para solução de problema técnico específico ou obtenção de produto, serviço ou processo inovador.
- ✓ Pode incluir a elaboração de **protótipos, criação de planta piloto** e construção de **planta comercial**.
- ✓ O fornecimento, em escala ou não, do produto ou processo inovador poderá ser contratado mediante **dispensa de licitação**.

*

Regulamentação do Marco Legal

Estímulo à Inovação nas Empresas

Bônus Tecnológico

- ✓ Subvenção com contrapartida financeira ou econômica;
- ✓ Foco: Microempresas e a empresas de pequeno e médio porte;
- ✓ Destinada ao pagamento de:
  - ✓ Compartilhamento e uso de infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento tecnológicos;
  - ✓ Contratação de serviços tecnológicos especializados;
  - ✓ Transferência de tecnologia.

Características:

- ✓ Utilização no prazo máximo de 12 meses
- ✓ Poderá servir para contratar ICT ou empresa
- ✓ Prestação de Contas Simplificada

*

Regulamentação do Marco Legal

Importação de Bens para P,D&I

- ✓ É concedida **isenção do imposto de importação** aos bens importados por empresas, na execução de projetos de P,D&I;
- ✓ Os bens importados por instituições científicas e tecnológicas ficam **dispensadas de controles prévios** ao despacho aduaneiro;
- ✓ Definição de prazo para publicação de decreto para **quotas de importação**;
- ✓ Os processos de importação e de desembaraço aduaneiro de bens, insumos, reagentes, peças e componentes utilizados em pesquisa científica e tecnológica ou em projetos de inovação terão **tratamento prioritário** e **procedimentos simplificados**.

Regulamentação do Marco Legal

Internacionalização de ICTs

O poder público manterá mecanismos de fomento, apoio e gestão adequados à internacionalização das ICT públicas, que poderão exercer fora do território nacional atividades relacionadas com ciência, tecnologia e inovação, incluindo:

- ✓ Instituir **laboratórios**, **centros**, **escritórios** com ICT estrangeiras ou representações em instalações físicas próprias no exterior;
- ✓ Enviar **equipamentos** para atuação no Exterior;
- ✓ Negociação de ativos de **propriedade intelectual** com entidades internacionais ou estrangeiras;
- ✓ Enviar **recursos humanos** para atuação no exterior.

Regulamentação do Marco Legal

Instrumentos Jurídicos de Parcerias

- ✓ **Termo de Outorga**
  - ➢ Utilizado para concessão de **bolsas**, de **auxílios**, de **bônus tecnológico** e de **subvenção** econômica.
- ✓ **Acordo de Parceria para P,D&I**
  - ➢ Celebrado por ICT com instituições públicas ou privadas para realização de atividades conjuntas de pesquisa científica e tecnológica e de desenvolvimento de tecnologia, produto, serviço ou processo, **sem transferência de recursos financeiros públicos para o parceiro privado**.
- ✓ **Convênio para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação**
  - ➢ Celebrado entre os órgãos e as entidades da União, as agências de fomento e as ICT públicas e privadas para execução de projetos de P,D&I, **com transferência de recursos financeiros públicos.**

Regulamentação do Marco Legal

Alterações Orçamentárias

- ✓ Poderão ocorrer a **transposição**, o **remanejamento** ou a **transferência de recursos** de categoria de programação para outra;
- ✓ Alterações na distribuição entre grupos de natureza de despesa que não ultrapassarem vinte por cento do valor total do projeto ficarão **dispensadas de prévia anuência** da concedente;
- ✓ O Poder Executivo federal deverá adotar medidas de descentralização na responsabilidade por tais alterações, com o intuito de possibilitar o ajuste tempestivo dos recursos previstos inicialmente.

Regulamentação do Marco Legal

Prestação de Contas e Contratação de Produtos para Pesquisa

- ✓ **Prestação de Contas:**
  - ➢ A prestação de contas será **simplificada**, e privilegiará os **resultados** obtidos.

- ✓ **Contratação de Produtos para Pesquisa:**
  - ➢ **Dispensa de licitação** para a aquisição ou contratação de **produto para pesquisa e desenvolvimento**;
  - ➢ Dispensa de licitação para **obras e serviços de engenharia**, limitado a R$ 300 mil (anteriormente era de R$ 15 mil);
  - ➢ **Dispensa de documentação** para pronta entrega ou até R$ 80 mil.

Para mais informações:

marco.legal@mctic.gov.br



Próximos Passos

- ✓ **Edição de atos subsequentes (portarias, resoluções, normas e formulários);**
- ✓ **Manuais para os usuários;**
- ✓ **Uniformização mínima de interpretação jurídica;**
- ✓ **Ampla divulgação.**

Vetos no Marco Legal da Inovação

(Mensagem Presidencial nº 8, de 11 de janeiro de 2016)

1. **Isenção fiscal de bolsa de pesquisa** e concessão destas a pesquisadores de empresas privadas;
2. **Concessão de bolsas** aos preceptores de residência médica e multiprofissional e aos envolvidos com projetos de ensino, pesquisa e extensão no âmbito dos HUs;
3. **Isenção de impostos de importação**, IPI, e adicional de frete para renovação da Marinha Mercante, para as empresas em máquinas, equipamentos e matérias primas destinados à pesquisa científica, tecnológica e inovação;
4. **Taxas de administração** nos instrumentos firmados com ICTs, empresas, fundações de apoio, agências de fomento e pesquisadores;
5. * **Dispensa de licitação** pela administração pública na contratação de micro, pequena e média empresa, com receita bruta inferior a R$ 90 milhões;
6. **Autonomia gerencial, orçamentária e financeira** a ICTs públicas na celebração de contratos envolvendo atividades de P,D&I e produção.

Agradecimentos

- ✓ **Às entidades de C,T&I que incansavelmente contribuíram para a elaboração do decreto: ABC, SBPC, CONFAP, CNI, CONSECTI, FORTEC, ANDIFES, CONFIES, ANPROTEC, ANPEI, ABRUEM;**
- ✓ **Às agências de fomento: CNPq, FINEP e CAPES;**
- ✓ **Aos servidores dos Ministérios envolvidos: MCTIC, MDIC, MD, MF, MP, MEC, CGU e Casa Civil;**

Agradecimentos

- ✓ À Profa. Helena Nader
- ✓ À Profa. Francilene Procópio Garcia

Agradecimentos Especiais

- ✓ Jorge Campagnolo – SETEC/MCTIC
- ✓ Luiz Fernando Fauth – SEXEC/MCTIC
- ✓ Rafael Dubeaux – CONJUR/MCTIC
- ✓ Sávio Raeder – SEPED/MCTIC
- ✓ Arthur Valério – CONJUR/MCTIC
- ✓ Leopoldo Muraro – CONJUR/CNPq
- ✓ Igor Nazareth – SIN/MDIC
- ✓ Caio Barbosa – CONJUR/MDIC
- ✓ Bruno Portela – CONJUR/MDIC

CENTELHA

Programa Nacional de Apoio à Geração de Empreendimentos Inovadores

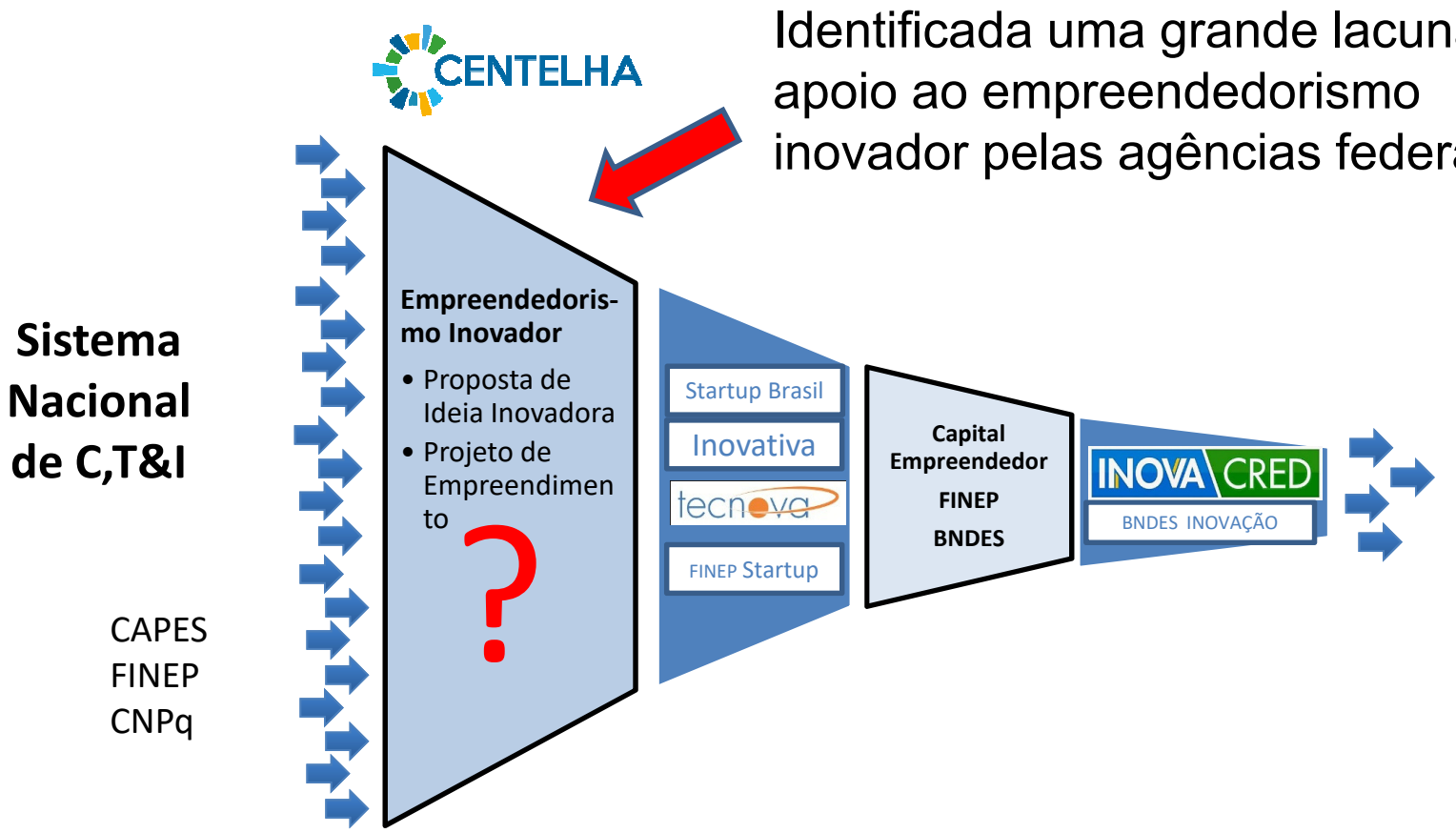
Operação: certi

Parcerias: CONFAP, CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

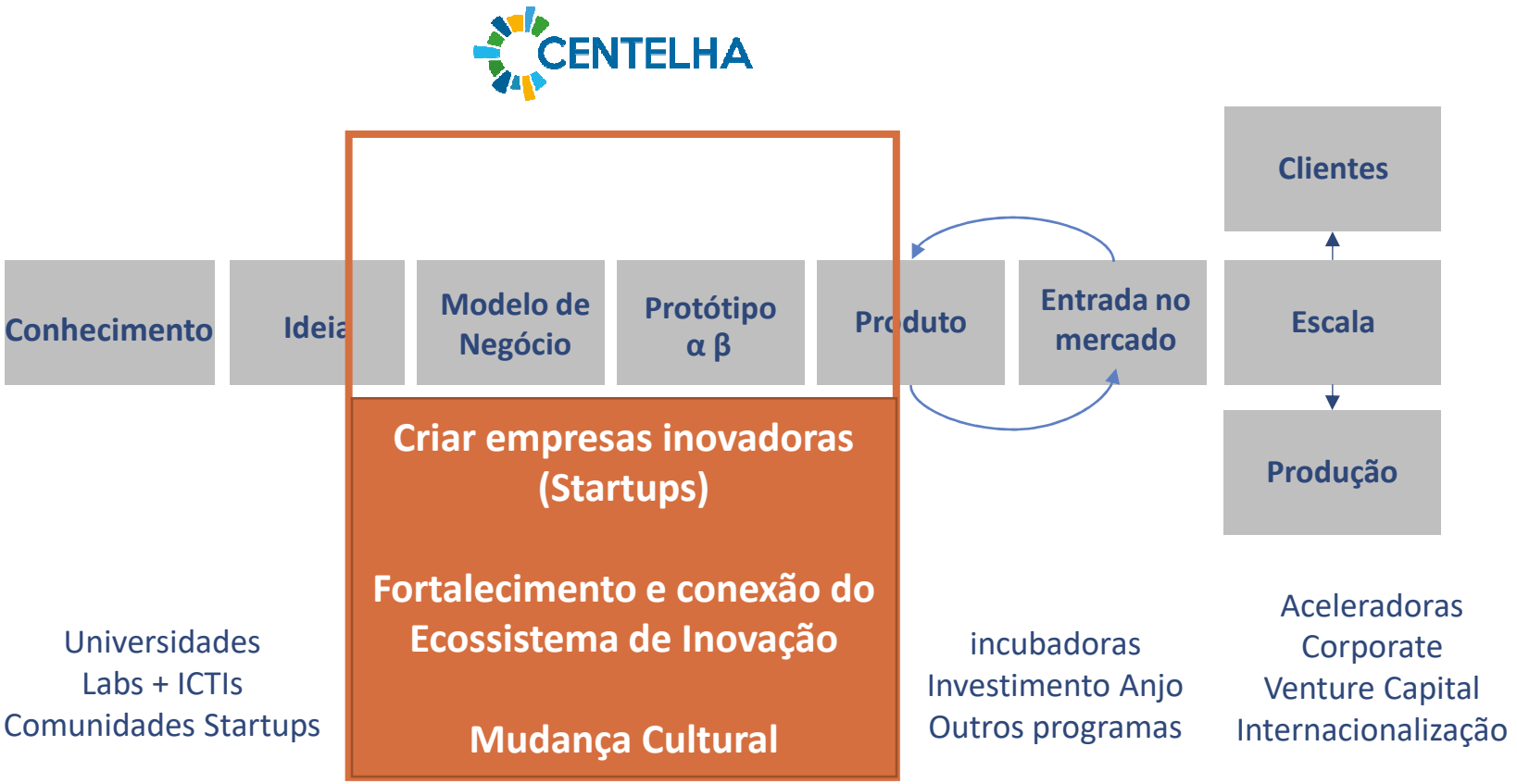
Promoção: Finep Inovação e Pesquisa, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

POLÍTICA NACIONAL DE C,T&I

Identificada uma grande lacuna de apoio ao empreendedorismo inovador pelas agências federais.



CONTEXTO E PROPÓSITO DO PROGRAMA



OBJETIVO







*"Estimular, orientar e promover a **formação de empreendedores** e **geração de empresas inovadoras** e de alto crescimento (startups) em todo o território nacional".*



Geração e disseminação de uma **cultura empreendedora** nas **instituições de ensino e pesquisa**, incentivando alunos e pesquisadores a criarem **novas startups**

Objetivos Específicos

- Aproveitar os resultados da pesquisa das ICT no **desenvolvimento de produtos, processos e serviços inovadores**;
- Formar uma **nova geração de empreendedores** inovadores;
- Criar ***startups* em áreas/setores estratégicos** para o desenvolvimento econômico e social do País;
- Promover o **adensamento tecnológico** das **cadeias produtivas** da economia brasileira;
- Ampliar a quantidade de **empresas brasileiras** atuando em **segmentos de alto conteúdo tecnológico** no mercado internacional.

DIRETRIZES

- **Execução descentralizada** em parceria com as FAPs;
- Mobilização e articulação dos **ecossistemas de inovação** (Governo, ICTs e empresas);
- **Metodologia única** para o programa;
- Priorizar empreendimentos com **impacto social, ambiental e tecnológico**;
- Gerar *startups* para os **ambientes de inovação** (incubadoras, aceleradoras, parques tecnológicos etc.)

IMPLEMENTAÇÃO

✓ Portaria MCTIC Nº 4.082, de 10 de Agosto de 2018

- **Institucionalização do Programa** – definição dos **Objetivos**, **Diretrizes**, **Comitê Consultivo**, estratégia de **Execução** e **Competências** dos parceiros.

✓ Edital SETEC/MCTIC nº 117/2018

- **Parceria com a Fundação CERTI** para o **projeto de suporte à implementação do Programa;**
- Repasse de **metodologia**, **orientação e suporte** para as operações estaduais.

✓ Carta-convite MCTIC/Finep 01/2018

- Seleção dos **Parceiros Estaduais** (FAP) para operação dos recursos de **Subvenção Econômica Descentralizada**.
- Submissão de propostas **até 01/10/2018.**

CENTELHA

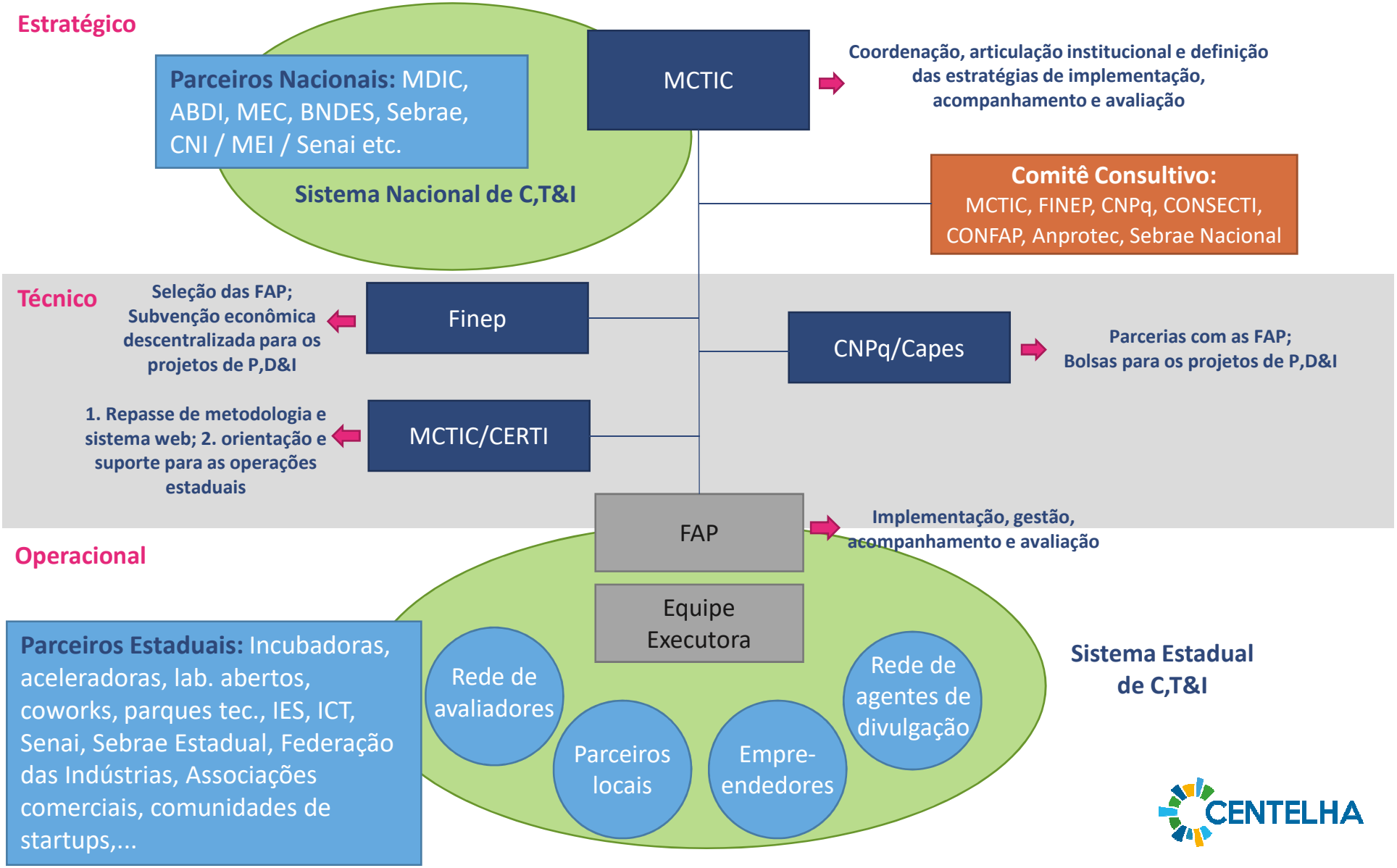
1ª Rodada - Estimativa de investimentos (todas as UF)

Modalidade de apoio	Fonte	TOTAL (R$ mil)
Suporte a implementação do programa	Setec/MCTIC	3.000
Subvenção descentralizada	FNDCT/Finep	30.000
Bolsas de fomento tecnológico	MCTIC/CNPq/Capes	-
Contrapartidas Estaduais	FAP	14.000
TOTAL		**R$ 47.000**

Distribuição dos recursos de subvenção econômica

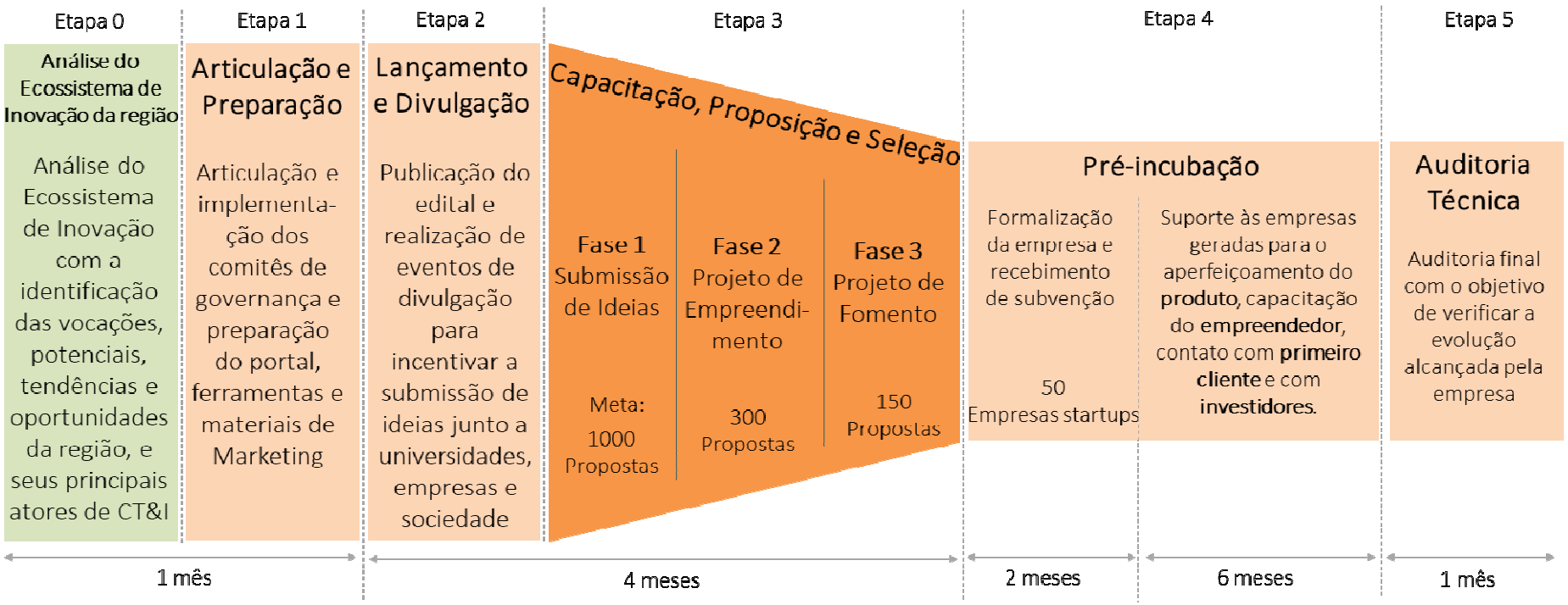
Grupo[1]	UF	SUBVENÇÃO DESCENTRALIZADA FINEP			CONTRAPARTIDA FAP			TOTAL (FINEP + FAP)	
		Empresas / UF	Subvenção /empresa (R$ mil)	TOTAL / UF (R$ mil)	Fator[1]	TOTAL / UF (R$ mil)	Subvenção /empresa (R$ mil)	Subvenção /empresa (R$ mil)	TOTAL (R$ mil)
A	SP	**28**	40	**1.120**	1,00	**1.120**	40	**80**	**2.240**
B	MG, RJ, RS	**28**	40	**1.120**	0,75	**840**	30	**70**	**1.960**
C	AM, BA, CE, DF, ES, GO, MS, MT, PA, PB, PE, PR, SC	**28**	40	**1.120**	0,50	**560**	20	**60**	**1.680**
D	AC, AL, AP, MA, PI, RN, RO, RR, SE, TO	**28**	40	**1.120**	0,33	**369,6**	13	**53**	**1.490**

Nota: 1) Critério de aporte de contrapartida financeira, conforme Carta de Salvador (2004): Grupo A (1 x 1); Grupo B (1 x 1,5); Grupo C (1 x 2); Grupo D (1 x 3).


Estratégico
Parceiros Nacionais: MDIC, ABDI, MEC, BNDES, Sebrae, CNI / MEI / Senai etc.
Sistema Nacional de C,T&I
MCTIC
Coordenação, articulação institucional e definição das estratégias de implementação, acompanhamento e avaliação
Comitê Consultivo: MCTIC, FINEP, CNPq, CONSECTI, CONFAP, Anprotec, Sebrae Nacional
Técnico
Seleção das FAP; Subvenção econômica descentralizada para os projetos de P,D&I
Finep
CNPq/Capes
Parcerias com as FAP; Bolsas para os projetos de P,D&I
1. Repasse de metodologia e sistema web; 2. orientação e suporte para as operações estaduais
MCTIC/CERTI
FAP
Implementação, gestão, acompanhamento e avaliação
Operacional
Equipe Executora
Rede de avaliadores
Parceiros locais
Empre-endedores
Rede de agentes de divulgação
Sistema Estadual de C,T&I
Parceiros Estaduais: Incubadoras, aceleradoras, lab. abertos, coworks, parques tec., IES, ICT, Senai, Sebrae Estadual, Federação das Indústrias, Associações comerciais, comunidades de startups,...
CENTELHA

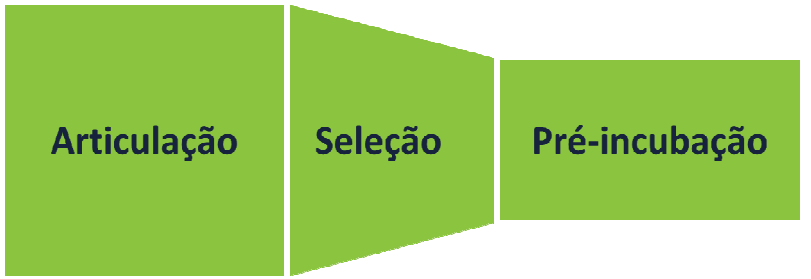
METODOLOGIA

Desenvolvida pela:

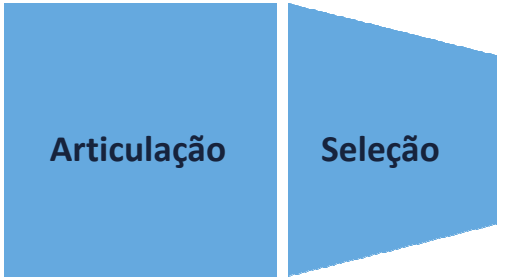


MCTIC/CERTI

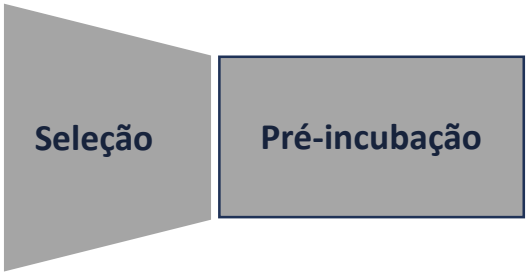
1. Repasse Metodológico



2. Orientação e suporte para as operações estaduais

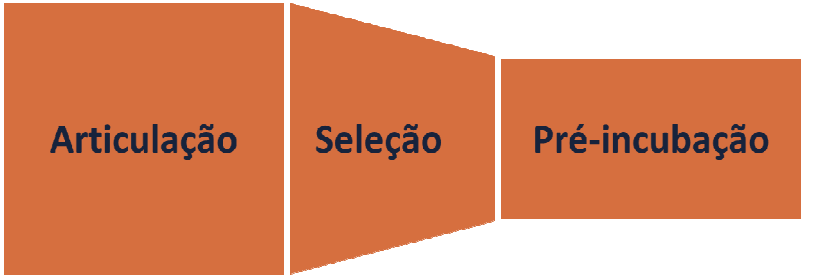


3. Repasse do Software

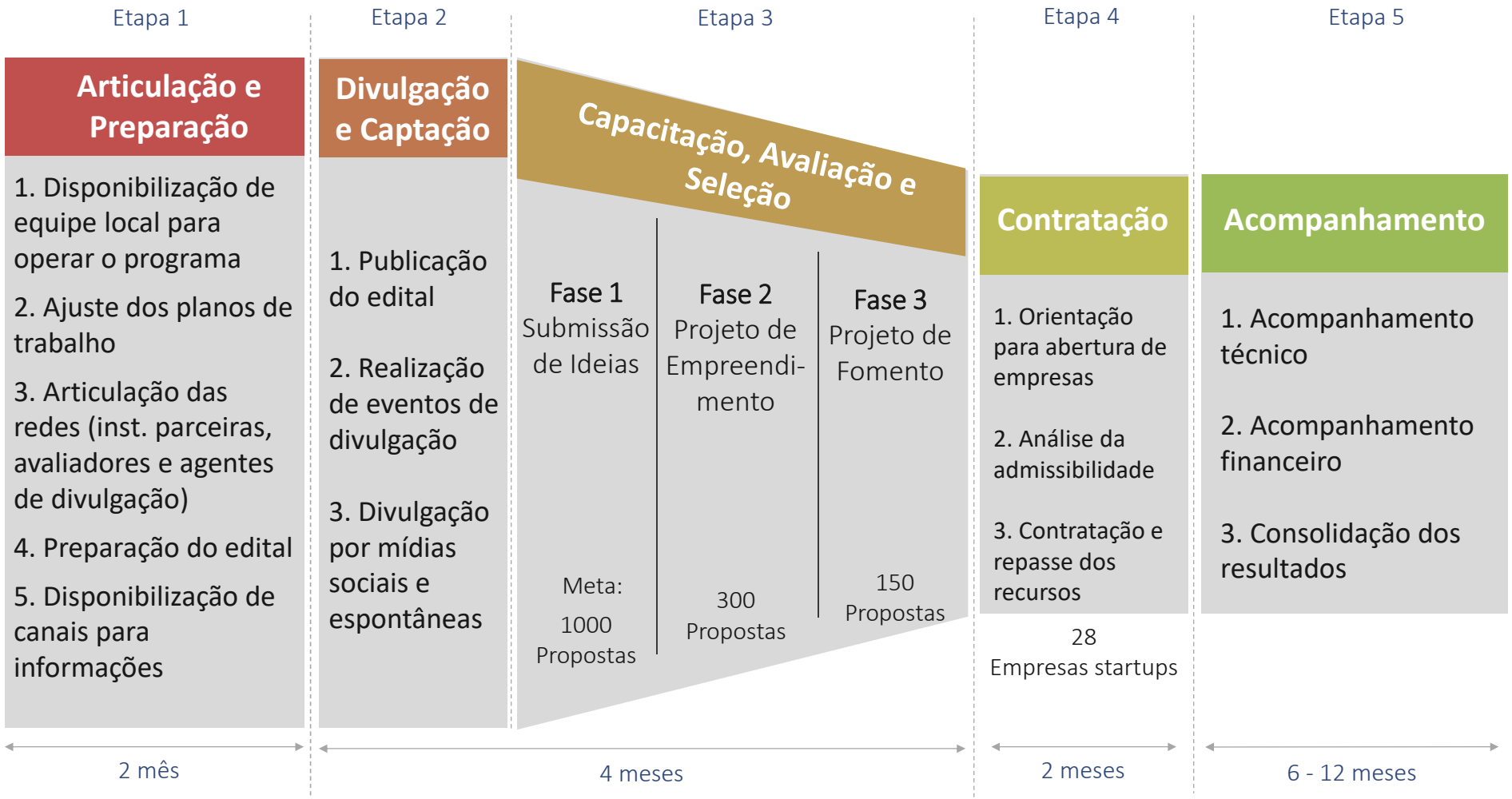


FAP ou terceiros

Operação



METODOLOGIA DO PROGRAMA CENTELHA



Capacitação dos Empreendedores

Redes de especialistas atuando como avaliadores das ideias



Introdução



Marketing Digital



Vendas e Negociação



Lean Startup e MVP



Gestão de Projetos



Processos Produtivos



Precificação



Aspectos Jurídicos



Pitch e Storytelling



P&D e Cooperação



Gestão Financeira

+50 vídeos

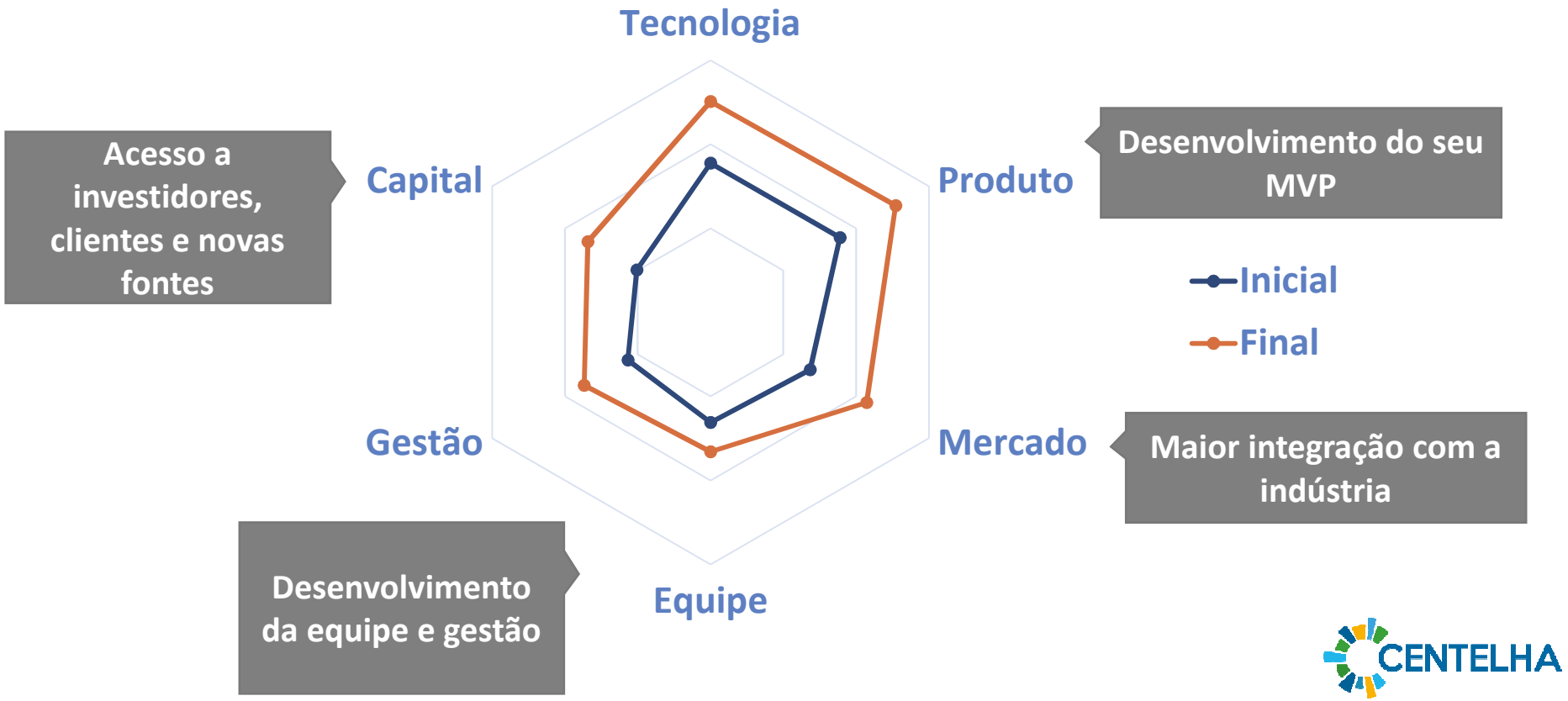

Subvenção
+
Bolsas
+
Capacitação


Oficinas presenciais

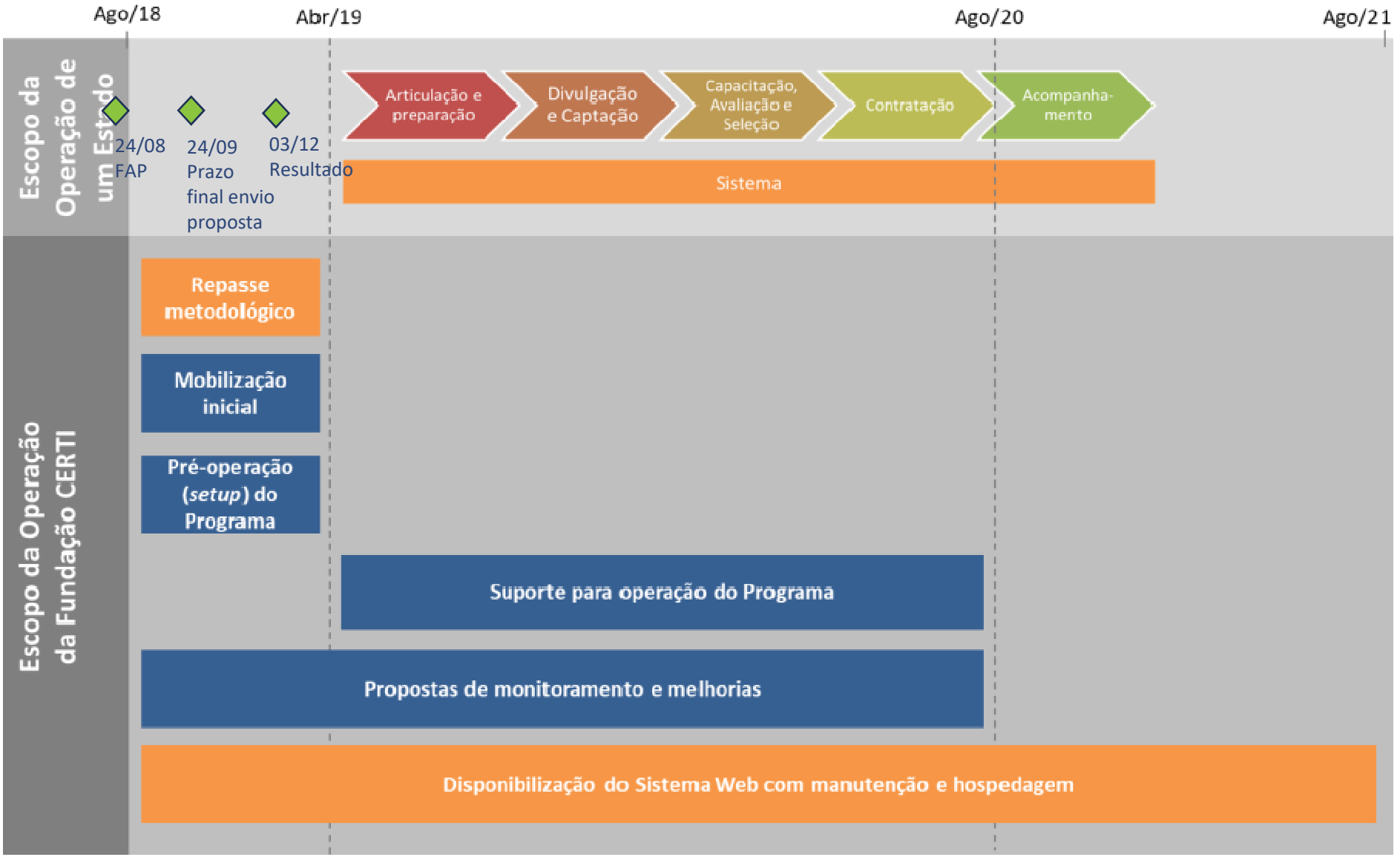

Feira de Negócios e Network
(Clientes e Investidores)


Exposição dos produtos

EVOLUÇÃO DA EMPRESAS NA PRÉ-INCUBAÇÃO



CENTELHA


Ago/18
Abr/19
Ago/20
Ago/21
Escopo da Operação de um Estado
24/08 FAP
24/09 Prazo final envio proposta
03/12 Resultado
Articulação e preparação
Divulgação e Captação
Capacitação, Avaliação e Seleção
Contratação
Acompanha-mento
Sistema
Escopo da Operação da Fundação CERTI
Repasse metodológico
Mobilização inicial
Pré-operação (setup) do Programa
Suporte para operação do Programa
Propostas de monitoramento e melhorias
Disponibilização do Sistema Web com manutenção e hospedagem

METAS

Realização da 1ª rodada em pelo menos 15 Estados de todas as regiões do País



15.000 ideias submetidas

10.000 empreendedores capacitados

28 empreendimentos apoiados por UF (Subvenção)

CENTELHA



400 startups geradas

Fique por dentro das novidades!

http://bit.ly/Centelha



CENTELHA

Públio Vieira Valadares Ribeiro

Coordenador de Empreendedorismo

Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

publio.ribeiro@mctic.gov.br / (61) 2033-8159

Operação: certi

Parcerias: CONFAP; CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Promoção: Finep Inovação e Pesquisa; Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Parcerias Estratégicas e Inovação no CNPq

Comitê Temático de Tecnologia e Inovação do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte
Brasília,17 de outubro de 2018

CNPq
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

MISSÃO

Fomentar a Ciência, Tecnologia e Inovação e atuar na formulação de suas políticas, contribuindo para o avanço das fronteiras do conhecimento, o desenvolvimento sustentável e a soberania nacional.

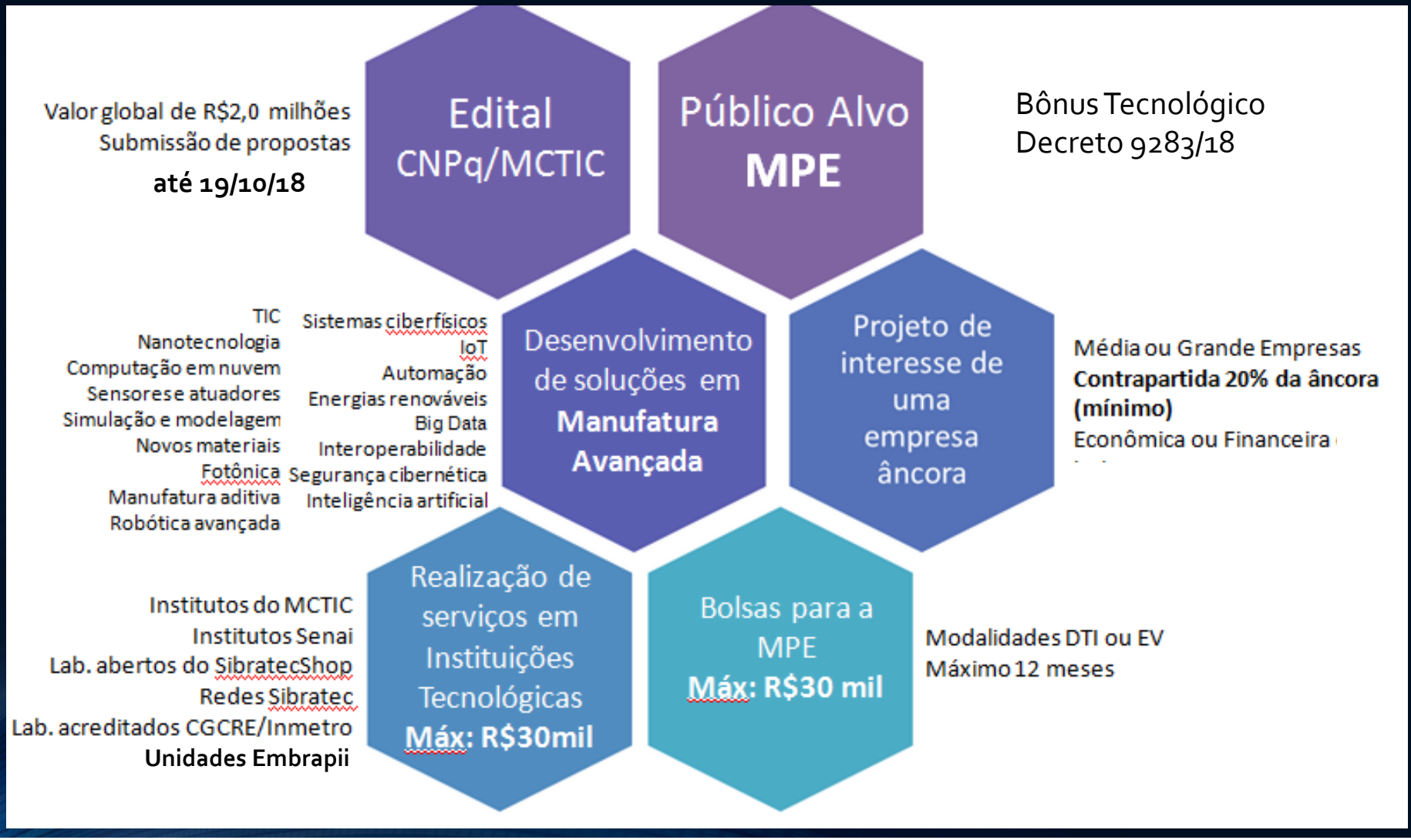
Programas de Inovação – ICT-Empresa

Universidades
Institutos Pesquisa



Empresas

Chamada Pública CNPq/MCTIC/SETEC
Bônus Tecnológico e Bolsas para Inovação em Manufatura Avançada



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Diretoria de Cooperação Institucional

Coordenação de Capacitação
Tecnológica e Competitividade

Márcio Ramos de Oliveira, D.Sc.
marcior@cnpq.br

OBRIGADO!

MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

METODOLOGIA DE TRABALHO

FÓRUM PERMANENTE DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - FPMPE

Secretaria Especial
da Micro e Pequena Empresa

Ministério da Indústria,
Comércio Exterior e Serviços

BRASIL
GOVERNO FEDERAL

METODOLOGIA DE TRABALHO

ESTRUTURA DO FPMPE

FÓRUM PERMANENTE

FÓRUM PERMANENTE É A ENTIDADE QUE SERÁ REPRESENTADA EM MEIOS DE COMUNICAÇÃO, PUBLICIDADE E PROPAGANDA.

NESTA ESFERA NÃO HÁ DELIBERAÇÕES, APENAS COMUNICAÇÕES E ORIENTAÇÕES PARA OS PARTICIPANTES DO FÓRUM.

COMITÊ TEMÁTICO

CADA COMITÊ TEMÁTICO TEM A FUNÇÃO ESTRATÉGICA DE DELIBERAR SOBRE QUAIS TRABALHOS SERÃO OU NÃO EXECUTADOS NO ÂMBITO DO FÓRUM E DEFINIR AS PRIORIDADES DE CADA GRUPO, DISTRIBUINDO, INCLUSIVE, CARGA DE TRABALHO ENTRE AS ENTIDADES.

GRUPOS DE TRABALHO

É O LOCAL ONDE AS PROPOSTAS SERÃO DESENVOLVIDAS.

PARA CADA GRUPO DE TRABALHO PODEREMOS TER MULTIPLAS PROPOSTAS, QUE PODEM CONTER VÁRIAS OU DEZENAS DE PESSOAS ALOCADAS EM PROJETOS (PROPOSTAS APROVADAS PELOS COORDENADORES.

PROPOSTAS

MENOR NÍVEL DE TRABALHO DO FÓRUM PERMANENTE, MAS QUE POSSUI A MAIOR QUANTIDADE DE ESPECIFICAÇÕES SOBRE DEMANDA, CLIENTE, PROPOSTA DE VALOR, CUSTOS, ETC.

METODOLOGIA DE TRABALHO

ESTRUTURA DO FPMPE



METODOLOGIA DE TRABALHO

RESPONSABILIDADES



MEMBROS DO COMITÊS TEMÁTICOS

PROPOR E COBRAR PROPOSTAS, PARTICIPAR DAS DISCUSSÕES E REUNIÕES ORDINÁRIAS, ETC.



COORDENADORES DOS COMITÊS TEMÁTICOS

AVALIAR PROPOSTAS E APROVAR ENTRADA DELAS NAS DISCUSSÕES DOS GTs



LÍDERES DOS GT´s

DETERMINAR ALOCAÇÃO DE PESSOAS E ESTRUTURAR A DEMANDA



EQUIPES MATRICIAIS

EXECUTAR A PROPOSTA, TRANSFORMANDO-A EM UM PROJETO DO FÓRUM PERMANENTE

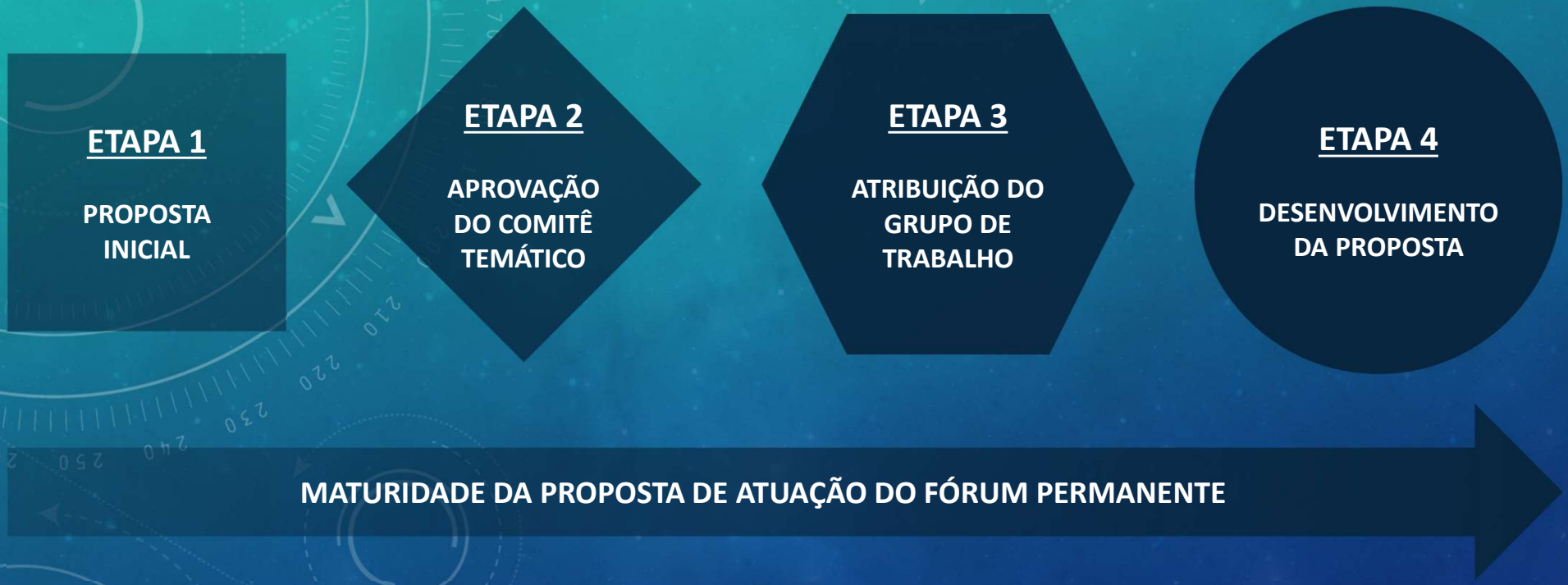
METODOLOGIA DE TRABALHO

PERIODICIDADE DE AÇÕES



METODOLOGIA DE TRABALHO

ETAPAS DO PROCESSO DE TRABALHO



METODOLOGIA DE TRABALHO

ETAPAS DO PROCESSO DE TRABALHO

PROPOSTA INICIAL

ETAPA 1 - Proposta Inicial

APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA PELOS **MEMBROS DOS COMITÊS TEMÁTICOS**, CUJA ESTRUTURA DE PROPOSIÇÃO TENHA RESPEITADO, DE FORMA MÍNIMA, OS CONCEITOS E INFORMAÇÕES DECLARADOS NAS REGRAS DE EXECUÇÃO DO FÓRUM PERMANENTE DA MICRO E PEQUENA EMPRESA.

METODOLOGIA DE TRABALHO

ETAPAS DO PROCESSO DE TRABALHO

APROVAÇÃO DO COMITÊ TEMÁTICO

ETAPA 2 - Aprovação do Comitê Temático

DE FORMA DELIBERATIVA, A PROPOSTA INICIAL **SERÁ SUBMETIDA DE FORMA AUTOMÁTICA** PELOS COORDENADORES DO FÓRUM PARA O RESPECTIVO COMITÊ TEMÁTICO A QUE A PROPOSTA SE REFERIR. ESTE COMITÊ TERÁ **PRAZO INICIAL PRÉ-ESTABELECIDO** PARA FORMALIZAR O ACEITE DA PROPOSTA. ESTA DECISÃO PODERÁ SER EMITIDA ATRAVÉS DE ATA DE REUNIÃO OU FORMALIZAÇÃO, FÍSICA OU VIRTUAL, DOS COORDENADORES DO COMITÊ TEMÁTICO.

METODOLOGIA DE TRABALHO

ETAPAS DO PROCESSO DE TRABALHO

ATRIBUIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO

ETAPA 3 - Atribuição do Grupo de Trabalho

APÓS A DELIBERAÇÃO DE ENTRADA DA PROPOSTA NO FÓRUM PERMANENTE, OS COORDENADORES DO COMITÊ TEMÁTICO **DEVERÃO INDICAR UM GRUPO DE TRABALHO ESPECÍFICO** PARA TRATAR DA PROPOSTA. ESTE GRUPO DE TRABALHO PODERÁ **FORMAR UMA NOVA EQUIPE MATRICIAL*** **PARA A EXECUÇÃO DA PROPOSTA**, CONFORME MELHOR DECISÃO DOS PARTICIPANTES DOS GRUPOS DE TRABALHO, COM **PRAZO A DEFINIR**.

* Equipe formada por pessoas com habilidades distintas e de diferentes localidades e entidades, com o intuito de estabelecer um time de alta performance.

METODOLOGIA DE TRABALHO

ETAPAS DO PROCESSO DE TRABALHO

DESENVOLVIMENTO DA PROPOSTA

ETAPA 4 - Desenvolvimento da Proposta

COM A EQUIPE MATRICIAL DEFINIDA, A PROPOSTA ENTRA EM FASE DE DESENVOLVIMENTO, E O SEU ACOMPANHAMENTO PASSA A SE DAR NO **MODELO DE GESTÃO DE PROJETOS**. ALTERAÇÕES NA EQUIPE OU DECISÃO POR EXCLUSÃO OU **MUDANÇA DE ESCOPO NA PROPOSTA** DEVERÃO SER LEVADAS AO CONHECIMENTO E **DELIBERAÇÃO NOVAMENTE DOS COORDENADORES** DO COMITÊ TEMÁTICO.

METODOLOGIA DE TRABALHO

FERRAMENTAS DE TRABALHO

Trello

É uma ferramenta eficiente e atual usada para organizar as tarefas de equipes, o serviço é tão polivalente que pode ser usado para qualquer projeto, inclusive de forma individual. O Trello é um site que pode ser acessado dos navegadores Google Chrome, Mozilla Firefox, Safari e Internet Explorer – não é necessário qualquer tipo de instalação.

zoom

É uma ferramenta para videoconferências online. Ela permite que os participantes troquem informações por áudio e vídeo. Pode ser utilizada para webinários, eventos online e outras aplicações. Possui um plano gratuito para teste. Sempe (Inovação) já possui uma licença básica que permite operacionalizar o fórum.

GOOGLE DRIVE

É uma ferramenta utilizada para armazenar arquivos e pastas de forma online ou em NUVEM. Serve para você manter seus arquivos guardados com segurança e acessar de qualquer lugar. E também, compartilhá-los online com terceiros, e esses podem ver, editar e baixar. A versão gratuita vem com 15GB de memória para armazenamento

METODOLOGIA DE TRABALHO

FERRAMENTAS DE TRABALHO

- Atribuição de Times;
- Criação de Tarefas;
- Definição de Prazos;
- Anexo de Documentos;
- Tags por Assunto;
- Criação de Checklists;
- Conversa e Interação Entre Usuários;
- Vínculo com Documentos Externos;
- Anexo de Arquivos;
- Online e Gratuito.

- Criação de Salas Virtuais de Áudio e Vídeo;
- Gravação de Reuniões;
- Controle de Microfones e Câmeras de Participantes;
- Agendamento e Marcação em Agendas Corporativas;
- Compartilhamento de Telas;
- Criação de Webinares;
- Ótimo para Grupos Grandes;
- Versão Paga Já Existente na Equipe do DMPE.

- Compartilhamento de Arquivos;
- Criação e Edição Colaborativa de Documentos;
- Altíssima Disponibilidade Remota;
- Grande Capacidade de Armazenamento Comunitário.

METODOLOGIA DE TRABALHO

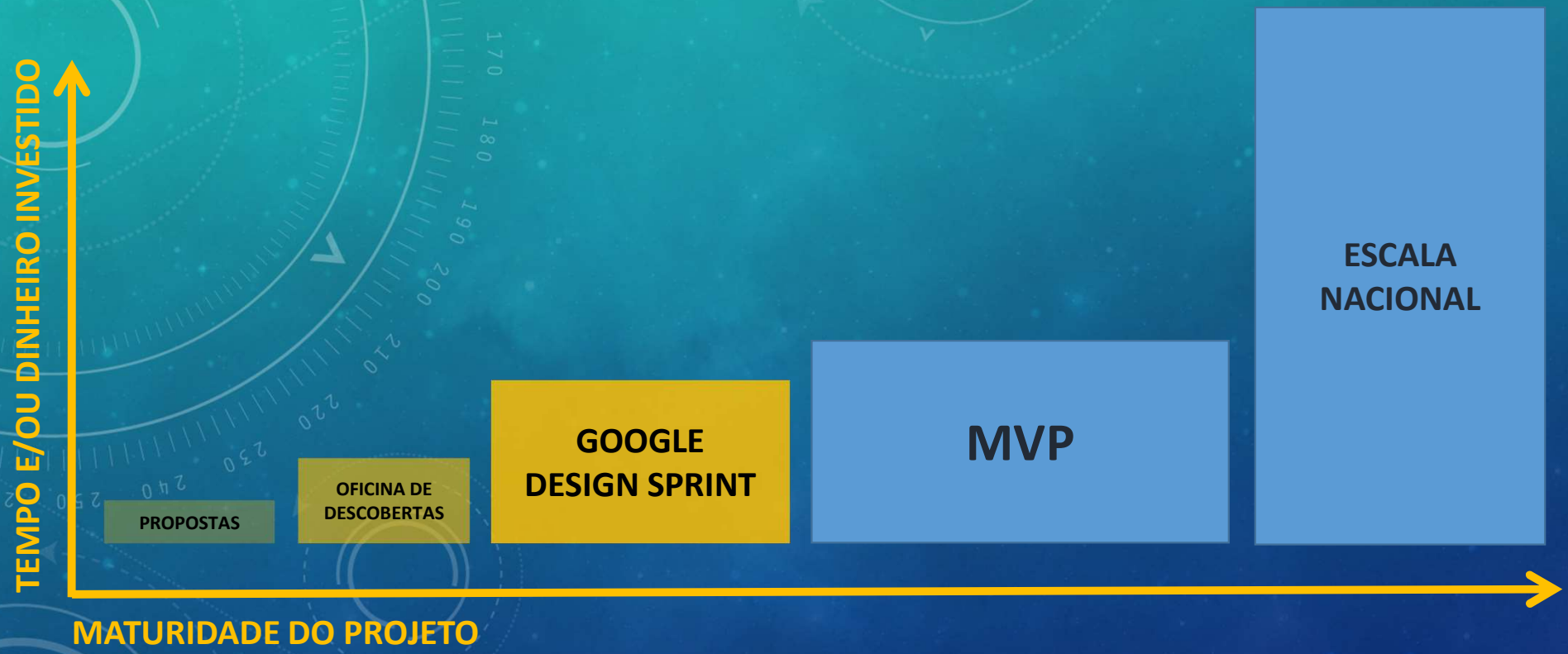
APLICAÇÃO DAS FERRAMENTAS DE TRABALHO

	TRELLO	ZOOM	GOOGLE DRIVE
PROJETOS	✓	✓	✓
FÓRUM PERMANENTE		✓	
COMITÊS		✓	✓
GRUPOS	✓	✓	✓

VER EXEMPLO | VER EXEMPLO | VER EXEMPLO

METODOLOGIA DE TRABALHO

GESTÃO DE PROJETOS (QUE PODEM TER SIDO PROPOSTAS DO FPMPE)



METODOLOGIA DE TRABALHO

CASO DE USO DO MÉTODO



PROPOSTAS E AÇÕES DE TRABALHO

COMITÊ TEMÁTICO DE RACIONALIZAÇÃO LEGAL E BUROCRÁTICA

1. Manutenção do Simples Nacional e priorização do tratamento diferenciado às MPEs
2. Elevada carga tributária e trabalhista para os micro e pequenos empresários
3. Excesso de regulamentação
4. Conselhos Regionais – Fontes de burocracia
5. Compilação/depuração das normas vigentes para as MPEs para evitar excessos de regulamentação
6. Utilização do FPMPE como entidade fiscalizadora para aplicação das normas vigentes
7. Importância da integração dos Fóruns Regionais
8. Simplificação para acesso ao crédito pelas micro e pequenas empresas
9. Proposta para composição de um projeto no modelo “Simples Trabalhista”
10. Dificuldades para o licenciamento ambiental nas pequenas indústrias
11. Levantamento para priorização de projetos dentro das bases estaduais
12. Importância de um estudo mais detalhado das Reformas (Trabalhista, Previdenciária e Tributária)
13. Regularização fundiária
14. Métodos e critérios de orientação para órgãos de licenciamento (padronização de fiscalização)
15. Cartilha de boas práticas com “poder de Instrução Normativa” (correta interpretação das Leis Federais, Estaduais e Municipais)
16. Incentivos para as MPEs na geração de emprego e renda
17. Importância do segmento MPE no ranking de crescimento da economia brasileira (98% da economia brasileira é de micro e pequenos empresários) – Conscientização dos entes públicos
18. Interação entre entes públicos e privados

PROPOSTAS E AÇÕES DE TRABALHO

COMITÊ TEMÁTICO DE RACIONALIZAÇÃO LEGAL E BUROCRÁTICA

19. Maior envolvimento dos entes públicos na questão dos Microempreendedores individuais – MEIs (inclusão, manutenção, descredenciamento)
20. Cartilha de Licenciamento Ambiental para as MPEs de risco ambiental
21. Constituição da Empresa - Foco no registro e no alvará
22. Importância da aprovação do texto da Reforma Trabalhista que já está no Senado Federal para votação
23. Prazo elevado para licenciamento
24. Boas práticas regionais para efeito multiplicador
25. Desburocratização das normativas para construção civil
26. Avaliação das CNAEs (Classificação Nacional das Atividades Econômicas) junto ao CONCLA/IBGE (Comissão Nacional de Classificação) para recepcionar novas tendências

OBRIGADO!